

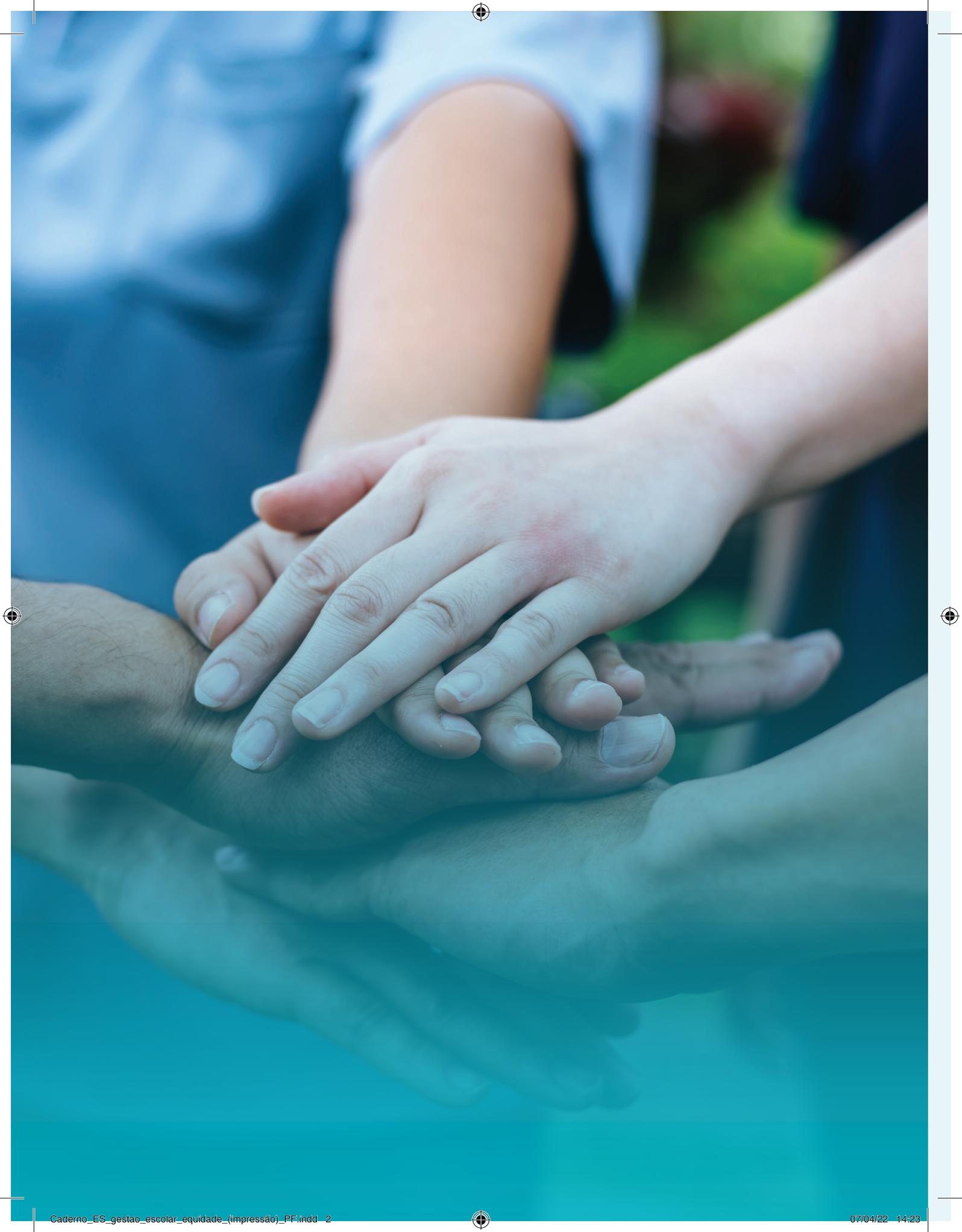
CADERNO DA GESTÃO ESCOLAR PARA EQUIDADE

Um guia para fortalecer
os marcos de promoção
da equidade racial no
contexto escolar

Abril de 2022



**INSTITUTO
UNIBANCO**



REALIZAÇÃO

Instituto Unibanco

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Pedro Moreira Salles

Vice-Presidente

Pedro Sampaio Malan

Conselheiros

Antonio Jacinto Matias

Claudia Costin

Cláudio de Moura Castro

Cláudio Luiz da Silva Haddad

Marcelo Luis Orticelli

Marcos de Barros Lisboa

Ricardo Paes de Barros

Rodolfo Villela Marino

Diretoria

Cláudio José Coutinho Arromatte

Jânio Francisco Ferrugem Gomes

Leila Cristiane Barboza Braga de Melo

Marcelo Luis Orticelli

Moises João do Nascimento

Paulo Sergio Miron

Valéria Aparecida Marretto

EQUIPE TÉCNICA

Superintendente Executivo

Ricardo Henriques

Gerentes

Maria Julia Azevedo

Mirela de Carvalho

Núbia Freitas de Souza

Tiago Borba

ELABORAÇÃO DO MATERIAL

Concepção metodológica

Jaqueline Lima Santos

Produção de conteúdo

Ivanilda Amado Cardoso

Jaqueline Lima Santos

Marilucia do Espírito Santo

Sistematização das práticas pedagógicas

Jaqueline Lima Santos

Apoio na sistematização das práticas pedagógicas

Ivanilda Amado Cardoso

Marcelo Moraes

Marcelo Rocha dos Santos

Uvandererson Vitor da Silva

Pesquisa

Adriana de Cassia Moreira

Jaqueline Lima Santos

Edição de conteúdo

Marilucia do Espírito Santo

Raiza Siqueira

Thiago Juremeira

PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenação de Articulação Institucional

Raiza Siqueira

Revisão

Carmem Nascimento

Projeto gráfico

Fernanda Aoki

Diagramação

Formato Comunicação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. CAMINHOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS LEIS 10.639/03, 11.645/08 E SUAS RESPECTIVAS DIRETRIZES	9
1.1 O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAS	15
2. PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: ATRIBUIÇÕES ÀS UNIDADES DE ENSINO	21
3. PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR PARA EQUIDADE RACIAL	25
4. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	31
4.1 BNCC E A AGENDA 2030	31
4.2 EIXOS E SUAS RESPECTIVAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	32
4.3 DETALHAMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	34
Pesquisa interdisciplinar sobre relações étnico-raciais, ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena e currículo	34
Visita à universidade	38
Oficina de formação em relações étnico-raciais	41
Elaboração de material didático interdisciplinar sobre relações étnico-raciais	44
Pesquisa desigualdades na comunidade escolar	47
Racismo institucional	52
Conhecendo a história e enfrentando o racismo na escola	55
Articulação Institucional	57
Inserção da Equipe Gestora da Instituição Escolar nos espaços de debates e ‘trocas’ sobre educação étnico-racial	60
Diagnóstico raça/cor (perfil étnico-racial da escola)	62
Festival de cinema negro na escola: Cine Black	67
Produção de máscaras africanas	70
Compartilhamento de Fotografias	73

SUMÁRIO – CONT.

Diversidade religiosa	76
Estímulo à leitura de livros paradidáticos sobre a temática racial	79
Oficina de Turbantes – Embarço	81
Etnomatemática: a matemática dos penteados trançados ou saberes fazeres de matrizes africanas	83
Racismo e colorismo	85
Teia de conhecimento	86
Oficina de break	90
Festival multicultural	92
Jornada Pedagógica	95
Alunos articuladores	97
Jovens Líderes para equidade racial	101
Espectáculo Lei 10.639/03 e Gestão para Equidade	104
Pesquisa sobre racismo em livros didáticos	107
Concurso de redação e histórias em quadrinhos	110
Entre jovens	113
Oficina de grafite	115
Sarau	117
Caminhada etnográfica: mapeando a comunidade	119
Central de mídia	122
Resgate de alunos evadidos	127
Redesenho curricular	129
Etnociências e a farmácia viva: as plantas medicinais	131
Indicadores de desenvolvimento	134
Criação de GT para monitorar e avaliar o programa e ampliar o modelo de gestão escolar para as relações étnico-raciais	139
Oficina de informação e formação com educadores, funcionários e direção da escola	142
Encontros de aprendizagem	145
APÊNDICE – ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA ESCOLA: AVANÇOS E LUTAS HISTÓRICAS DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO	147



Apresentação

Seja bem-vindo(a) ao Caderno da Gestão Escolar para Equidade. Esta publicação pretende ser um guia para fortalecer os marcos legais de promoção da equidade racial no contexto escolar e tem como objetivo fornecer um repertório teórico e de práticas que dialoguem com o debate das relações étnico-raciais no país.

Com 19 anos da lei 10.639/03, temos uma geração de pessoas que passou pela escola da educação infantil até o ensino médio sob um novo paradigma que, embora existente, ainda enfrenta muitos desafios para concretizar-se. A baixa institucionalidade da lei 10.639/03 e suas respectivas diretrizes ainda é um nó enfrentado pelas escolas hoje.

Como sabemos, a desigualdade entre negros e brancos no Brasil é amplamente discutida pelos movimentos sociais e organismos internacionais e nacionais e foco de importantes pesquisas socioeconômicas¹ desde o início do século 20. Uma das soluções propostas nesse debate gira em torno da educação, para que as desigualdades raciais sejam reduzidas.

Nós, do Instituto Unibanco, acreditamos que a gestão é força vital para garantir que todos e todas aprendam, no tempo esperado, com a idade adequada. Consideramos, portanto, que uma gestão escolar atenta, ativa e participativa é capaz de, a partir do reconhecimento das diferenças e das desigualdades existentes na escola, principalmente as raciais, planejar, executar e monitorar medidas de equidade para criar condições mais igualitárias de aprendizagem e, ao mesmo tempo, valorizar a diversidade.

Reconhecemos, assim, a importância dos marcos legais para a promoção da equidade étnico-racial da área da educação, com destaque para a Lei 10.639/03, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

.....
1. HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: Vértice: Luperj, 1988; HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Texto para discussão nº 807, IPEA. Rio de Janeiro, 2001.

Para que possa auxiliar as escolas nessa reflexão, convidamos você a conhecer um pouco desse debate e dos marcos legais existentes, realizar um diagnóstico sobre a temática no âmbito da gestão e implementar ações que possam contribuir com o fortalecimento dessa discussão no espaço escolar. Este material tem como objetivo ajudar você nessa tarefa.

Boa leitura!

1. Caminhos para Implementação das Leis 10.639/03, 11.645/08 e suas Respectivas Diretrizes

Os pontos de convergência dos caminhos necessários para estabelecer uma agenda de equidade racial na educação foram, de certa forma, sistematizados em dois documentos: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2008), ambos provenientes de processos participativos. No caso do Plano Nacional, este foi elaborado a partir de uma avaliação nacional sobre a implementação da lei 10.639/03 nas escolas, que escutou os diferentes atores envolvidos no processo educacional, e de uma consulta nacional que se dividiu em encontros regionais.

Estes documentos partem dos seguintes princípios:

- que o racismo e a invisibilidade de grupos étnico-raciais historicamente discriminados se configuram como um obstáculo para a garantia do direito humano à educação de qualidade para todas as pessoas;
- que não existe educação de qualidade com desigualdades;
- que a cultura escolar impacta na permanência e no desempenho dos estudantes;
- que a participação da comunidade escolar é fundamental para a sustentação da mudança de paradigmas proposta pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- que a educação é uma área estratégica para a formação cidadã e, conseqüentemente, para a construção de uma sociedade mais justa;
- que a educação oferece mobilidade social;
- que, para avançar, é preciso ter a equidade como dimensão da gestão escolar.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, documento que orienta a implementação da lei 10.639/03, apresenta cinco tópicos, dos quais destacamos dois como fundamentais no processo de implementação da temática em instituições de ensino:

1. Educação das relações étnico-raciais;
2. História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Estes dois eixos são fundamentais para que a temática seja enraizada nas políticas educacionais. Discutir educação para as relações étnico-raciais é possibilitar que pessoas envolvidas no processo educativo reflitam sobre: 1) como cidadãos negros, brancos, indígenas, asiáticos – e provenientes de diferentes grupos étnicos – se relacionam no cotidiano, 2) como produzem desigualdades, 3) a importância do respeito às diferenças² e 4) o exercício da alteridade. Esta reflexão ajuda os cidadãos a compreender e situar os fenômenos ao longo da história e a se reposicionar na construção de uma sociedade que respeite e valorize todas e todos. O ensino de história e cultura africana e afro-brasileira é uma chave para a valorização e reconhecimento da participação e contribuições dos povos africanos e afrodescendentes para a humanidade, deslocando-os para o lugar de sujeitos.

Neste sentido, a implementação da lei 10.639/03 e das suas respectivas diretrizes é considerada fundamental para a superação do paradigma que se instaurou após a atuação insistente do movimento negro sobre as iniquidades raciais: ao mesmo tempo em que a narrativa sobre o racismo como problemática social é aceita, esta não reverbera sobre as práticas cotidianas. Quando cobrados sobre seu lugar e papel na dinâmica das relações raciais para que a temática tenha, de fato, impacto sobre a realidade, essa agenda passa a ser geradora de conflito.

A pesquisa nacional “Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na Perspectiva de Lei 10.639/2003³”, coordenada pelo Programa de Ações Afirmativas da UFMG e financiada pela SECADI e UNESCO Brasil, revelou que:

.....

2. Durante muito tempo as diferenças foram tomadas como sinônimo de diversidade a fim de diluir as denúncias sobre as desigualdades produzidas no Brasil. A celebração da diversidade, fenômeno este internacional, aparece em vários momentos para despolitizar o debate sobre as contradições sociais existentes no país, ou seja, sobre como as diferenças são produtoras de hierarquias e desigualdades.

3. Ver GOMES, Nilma Lino and JESUS, Rodrigo Ednilson de (2013). As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. Educ. rev. [online]. n.47, pp.19-33.

- “Segundo os profissionais da escola que estavam à frente das práticas voltadas para a Educação das Relações Étnico-Raciais, a lei 10.639/2003 deu legitimidade ao trabalho que já vinha sendo realizado, muitas vezes de forma isolada e antes mesmo da sanção da referida lei.
- As escolas inseridas num contexto mais afirmativo e com processos mais democráticos de gestão revelaram-se realizadoras de práticas de Educação das Relações Étnico-Raciais envolventes, mais enraizadas e sustentáveis.
- Nas várias escolas visitadas existem projetos significativos que estão sendo desenvolvidos por coletivos de profissionais e, ao mesmo tempo, em uma mesma escola, há docentes que desconhecem esse processo histórico, não conhecem a Lei 10.639/2003 e suas Diretrizes, ou mantêm um conhecimento superficial delas, inclusive de resistência, entendendo-as como imposição do Estado ou “lei dos negros”.
- As escolas em que o mito da democracia racial se mostrou mais presente nos depoimentos colhidos, revelando a sua força enquanto concepção e imaginário social e pedagógico sobre a diversidade, apresentaram práticas mais individualizadas, projetos com menor envolvimento do coletivo de profissionais e pouco investimento na formação continuada na perspectiva da Lei e suas Diretrizes. Dessa forma, apresentam níveis mais fracos de enraizamento e sustentabilidade.
- A sustentabilidade das práticas pedagógicas está estreitamente relacionada com algumas características mais gerais da própria escola: (a) a gestão escolar e de seu corpo docente; (b) os processos de formação continuada de professores na temática étnico-racial; e (c) a inserção no PPP. Não se pode esquecer o peso da cultura escolar, a organização dos tempos e espaços, bem como a materialidade de da escola e sua relação com as práticas observadas.
- O desinteresse pelas questões étnico-raciais notado em algumas escolas não diz respeito apenas às questões do racismo, da discriminação, do preconceito e do mito da democracia racial. Está relacionado também ao modo como os/as educadores/as lidam com questões mais gerais de ordem política e pedagógica, por exemplo, formas autoritárias de gestão, descompromisso com o público, desestímulo à carreira e à condição do/a docente, bem como visões políticas conservadoras de maneira geral.
- No caso da gestão, é importante destacar que a implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas públicas relaciona-se à democratização da gestão escolar, ou seja, da instituição de canais democráticos que garantam a efetiva participação, de aprendizado do jogo democrático e do repensar das estruturas de poder autoritário, que permeiam as relações sociais e as práticas educativas.
- Os conhecimentos dos próprios docentes sobre as relações étnico-raciais e sobre História da África ainda são superficiais, cheios de estereótipos e por vezes confusos. O grupo de discussão com os/as estudantes foi revelador de tal situação. Os/as estudantes demonstraram de maneira geral que o trabalho envolvendo a Educação das Relações Étnico-Raciais tem conseguido alertá-los, sensibilizá-los, informá-los sobre a dimensão ética do racismo, do preconceito e da discriminação racial, mas lhes oferece pouco conhecimento conceitual sobre a África e sua interrelação com as questões afro-brasileiras.
- As datas comemorativas ainda são o recurso que os/as docentes utilizam para realizar os projetos interdisciplinares e trabalhos coletivos voltados para a Lei 10.639/2003. Nota-se que a oficialização do dia 20 de novembro

como Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar pelo artigo 79-B da Lei 10.639/2003 tem produzido resultados diferentes. Algumas escolas já trabalhavam com essa data antes mesmo da promulgação da Lei, mas outras passaram a adotá-la após esse momento. Esse dia tem se transformado em Semana da Consciência Negra em algumas escolas e outras conseguem até mesmo estendê-lo para o mês inteiro.

- A ação indutora das secretarias de Educação – somada à gestão da escola na viabilização

de processos de formação em serviço e no estímulo e na construção de condições de processos de formação continuada – revela-se como um forte componente para a construção de práticas pedagógicas condizentes com a Lei 10.639/2003 e suas Diretrizes.

- Algumas práticas pedagógicas desenvolvidas pelas escolas revelaram-se pautadas em interpretações dogmáticas de cunho religioso, demonstrando a presença da intolerância religiosa.”

Estes resultados demonstram a necessidade de ações que possibilitem a reflexão sobre racismo institucional e gestão escolar. Esta e outras pesquisas apontam que parte considerável das ações de equidade racial na educação são protagonizadas por atores isolados e pouco institucionalizadas. A gestão tem um importante papel de intervenção, mas a maioria dos programas de formação sobre a temática são direcionados aos professores. A capacitação de gestores escolares visando o fortalecimento da gestão democrática, a valorização das diferenças e a superação das desigualdades é uma estratégia que deve ser considerada para o enraizamento da temática, deslocando-os do lugar de quem aprova ou inviabiliza iniciativas pontuais e isoladas para aqueles que compreendem a importância da temática e protagonizam processos transformadores.

Após quase 20 anos da lei 10.639/03, é cada vez mais presente na narrativa de movimentos sociais e pesquisadores que atuam com essa temática o argumento de que não basta apenas reconhecer a existência do racismo e realizar atividades pontuais e isoladas sobre cultura africana e afro-brasileira. O compromisso com a superação do racismo passa, principalmente, por uma disputa e mudança de imaginário social.

É importante destacar que os movimentos antirracistas reconhecem que houve mudanças no plano legal, mas o Estado não investiu recursos suficientes para possibilitar uma mudança na estrutura educacional e na cultura curricular. O Brasil tem hoje uma legislação avançada no que se refere à educação para as relações étnico-raciais, mas não um suporte com capital humano e financeiro que garanta sua execução conforme as reivindicações da sociedade civil e as orientações técnicas de especialistas da área.

Diante disso, um dos desafios é pensar estratégias que elevem a temática a um lugar “não marginal”, articulando-a com as políticas educacionais

mais abrangentes – do nível micro para o nível macro. É fundamental que a gestão escolar reflita sobre as diferenças e a relação com as desigualdades. O imaginário social brasileiro despolitiza a questão das diferenças ao colocá-la no plano do encontro harmônico, no qual prevalece a ideia de que todos convivem bem em sociedade.

A construção de uma educação antirracista, em nossa compreensão, nos exige o reconhecimento do racismo como estruturante nas diferentes esferas sociais, principalmente na educação, por isso tal concepção exige a compreensão da educação como espaço de disputas epistemológicas e filosóficas para mudanças de imaginários construídos em bases hierarquizadas que distribui de forma desigual o acesso aos bens sociais básicos e os direitos constitucionais.

Diante do exposto, convidamos os/as profissionais da educação para esta jornada de implementação e implantação da Lei n. 10.639/03, das DCNs EREER e do Plano Nacional de Implementação da EREER.

PARA SABER MAIS!

Conheça o percurso histórico do movimento negro no Brasil e no seu Estado no apêndice deste material.

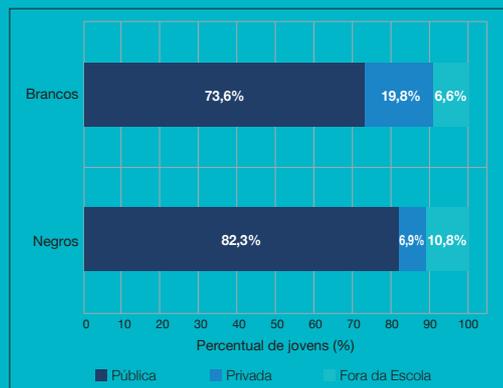


1.1 O Papel da Gestão Escolar na Educação das Relações Étnico-Raciais

O Circuito de Gestão⁴ é um método com foco em garantir a melhoria da aprendizagem de todos (as) os (as) estudantes. As desigualdades educacionais são reflexos do contexto socioeconômico no qual as pessoas estão inseridas, e a cor/raça é uma das características pessoais que carregam consigo uma bagagem histórica de discriminações relacionadas a esse contexto. Nesse sentido, a gestão escolar tem um papel fundamental e estratégico para a promoção da equidade racial na educação, juntamente com outras instâncias da secretaria da rede de ensino.

A gestão escolar por meio da utilização de indicadores para o desenvolvimento de análises e diagnósticos pode identificar melhor o cenário da desigualdade educacional entre estudantes negros e brancos, bem como outras desigualdades relacionadas a identidade de gênero, e orientação sexual e renda, ao longo do processo de implementação do Circuito de Gestão na sua unidade escolar.

Dados⁵ do roteiro de análise integrada em relação à desigualdade racial do Observatório de Educação do Instituto Unibanco evidenciam as desigualdades educacionais por cor/raça. Quando olhamos para a diferença no acesso à educação de brancos e negros, na faixa de 15 a 17 anos, a idade correta para frequentar o Ensino Médio, temos o seguinte quadro:

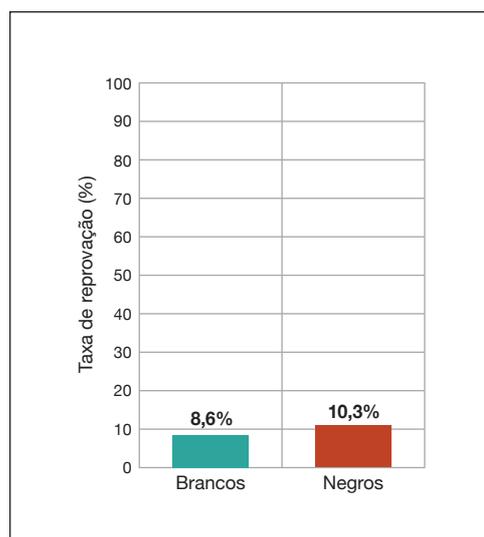
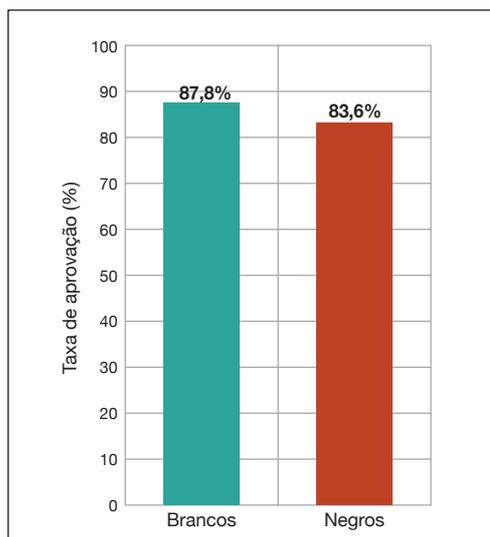


4. INSTITUTO UNIBANCO. *Circuito de Gestão: Princípios e Método*. São Paulo, 2017.

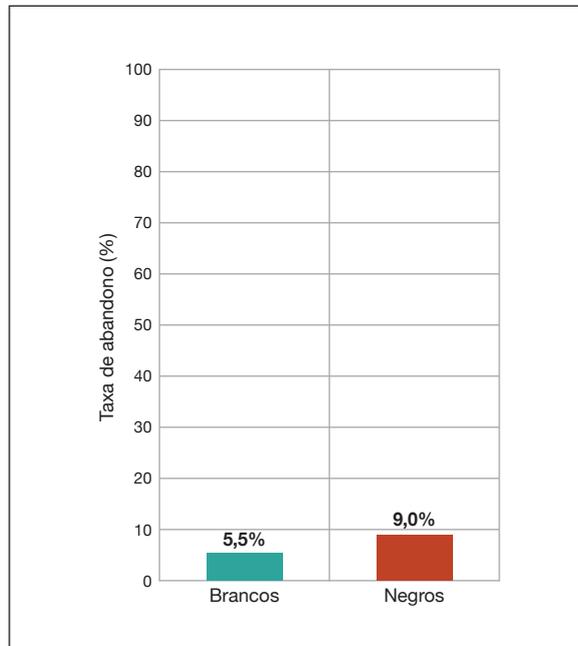
5. Os dados referentes à desigualdade racial entre estudantes brancos e negros apresentados neste capítulo são de 2019.

O cenário ideal é aquele em que 100% dos jovens com até 17 anos frequentem a escola e que o acesso seja semelhante, independentemente da raça/cor da população.

Quando analisamos o rendimento escolar, as desigualdades permanecem em relação à aprovação e reprovação. A situação almejada no processo de ensino-aprendizagem é que as taxas de jovens brancos e negros caminhem juntas em uma trajetória crescente.



Enquanto a aprovação indica o sucesso escolar na conclusão do ano letivo e a reprovação o fracasso, o abandono é a desistência do aluno de continuar os estudos. A taxa de abandono indica a proporção de estudantes que deixaram a escola antes da conclusão do ano letivo. É importante destacar que a decisão de desistir da escola relaciona-se tanto ao contexto escolar quanto ao contexto pessoal e familiar do estudante. Assim como nos dois indicadores de rendimento, o percentual dessa taxa entre jovens negros e brancos é desigual.



Chegamos agora a uma das principais consequências das dificuldades de acesso à escola, das reprovações e do abandono: o atraso escolar. Esse atraso é medido pela taxa de distorção idade-série, que é a parcela de alunos com dois anos ou mais de atraso em relação à idade ideal de frequentar a etapa de ensino. Esse indicador também é multicausal e, nesse sentido, a análise do gestor vai além dos limites da escola, por meio da observação do contexto socioeconômico e familiar em que os alunos vivem; questões de renda e trabalho são fatores que influenciam. Se um aluno for reprovado ou abandonar a escola e voltar em períodos seguintes, ele não terá mais a idade correta para frequentar a série.

A desigualdade de acesso e permanência na escola, entre jovens negros e brancos, persiste e amplia o abismo cor/raça. Se a discussão for interseccional, isto é, relacionar raça e gênero, as desigualdades se apresentarão de maneiras distintas para o grupo de jovens negras e jovens negros.

Sabemos que não há um caminho único para enfrentar tantos desafios educacionais⁶. Mas pretendemos, com este material, oferecer um roteiro para promover o debate de forma propositiva na sua escola.

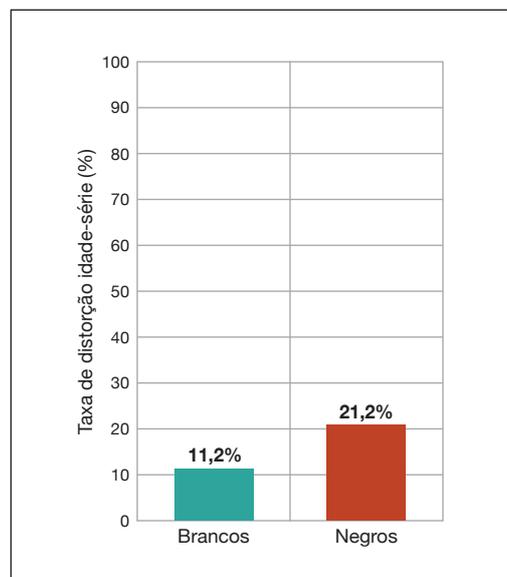
.....
 6. Os desafios educacionais foram agravados com a pandemia da COVID-19. Seus efeitos estão sendo experienciados e produzem desigualdades de modos diferentes considerando os grupos raciais e sociais que compõem o país e grupos menos favorecidos que já enfrentavam desigualdades no cenário pré-pandemia enfrentam ainda mais. Diante desse quadro, a escola, juntamente com outras instâncias e políticas, vão precisar unir esforços para lidar com a diversidade das consequências desse contexto na retomada das aulas.

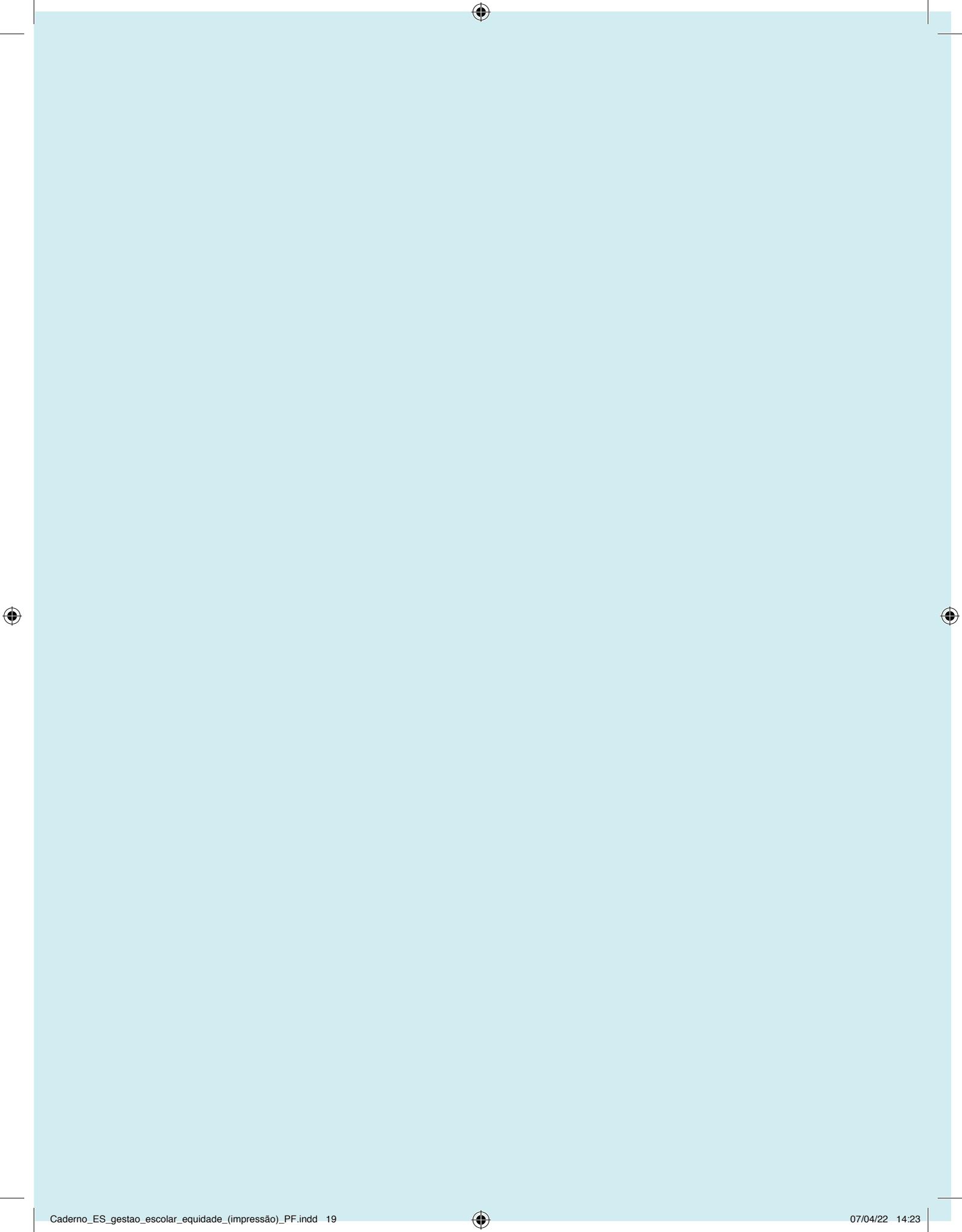
A apropriação das discussões relacionadas ao percurso histórico da agenda racial na educação e os principais marcos legais sobre a temática do campo das relações étnico-raciais, a realização de diagnóstico com base em evidências quantitativas e qualitativas, que visem reduzir as desigualdades raciais e gerar maior pertencimento e reconhecimento identitário da juventude negra no espaço escolar, podem ser um caminho.

O que temos observado, a partir das nossas experiências com formação para gestores escolares e secretarias, e também com a implementação de dois Editais Gestão Escolar para Equidade: Juventude Negra, é que os processos de avaliação da implementação da Educação para as Relações

étnico-raciais apontam que os projetos desenvolvidos são encabeçados por iniciativa individual de profissionais da educação, os quais dificilmente conseguem articulá-los com outras disciplinas, além de enfrentar, em muitos casos, o isolamento por parte dos colegas que personificam o debate.

Avançar nesse desafio de enraizamento da educação antirracista, demanda articulação do(a) gestor(a), como profissional responsável pela execução de políticas públicas, mediador de atividades administrativas e pedagógicas e profissional importante na articulação de diálogos com a secretaria, regional família e toda comunidade escolar. Além disso, a construção de uma educação democrática, equânime e antirracista demanda a compreensão dos gestores e gestoras dos marcos legais e conceituais do campo das relações étnico-raciais, bem como a identificação no cotidiano dos problemas relacionados ao racismo na escola e no território com objetivo de traçar estratégias locais que contribuam para a superação das desigualdades.







2. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: atribuições às unidades de ensino

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2008) está dividido em seis eixos. Para cada um deles são atribuídos papéis que envolvem diferentes instâncias. Apresentaremos abaixo aqueles que dizem respeito às unidades educacionais, relacionando cada um deles com as experiências sistematizadas e apresentadas no próximo tópico.

Apresentaremos abaixo aqueles que dizem respeito às unidades educacionais, relacionando cada um deles com as práticas pedagógicas sistematizadas e apresentadas no final deste material.

FORTALECIMENTO DO MARCO LEGAL

A gestão e os educadores das unidades educacionais precisam conhecer o as leis 10.639/03 e 11.645/08 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Os conhecimentos desses marcos legais devem ser aprofundados em reuniões pedagógicas e deve refletir nos documentos que orientam as ações pedagógicas da escola. Neste sentido, o Plano Nacional aponta que as escolas devem:

- conhecer e divulgar o conteúdo das diretrizes que orientam a implementação dessas leis;
- responder em tempo hábil às pesquisas e levantamentos sobre a temática;
- estudar e difundir os conteúdos da Resolução 01/2004 e do Parecer 03/2004, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PARA GESTORES E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

O currículo, o PPP (Projeto Político Pedagógico) e os planos de aula de aula devem ser revisados e alterados a fim de contemplar a inclusão da temática de forma contínua e transversal. Para isso, se faz necessária a implementação de programas de formação dos profissionais da educação. Para avançar neste campo a gestão escolar tem o papel de:

- incluir a temática no planejamento da formação dos profissionais de educação da unidade;
- encaminhar solicitação ao órgão da gestão educacional ao qual esteja vinculada para a realização de formação continuada para o desenvolvimento da temática;
- estimular estudos sobre a temática, propiciando as condições necessárias para os professores – materiais, tempo e estrutura;
- garantir a inclusão da temática no PPP e nos planejamentos de cursos/matérias/disciplinas, considerando os níveis e modalidades de ensino;
- estimular a interdisciplinaridade para o fortalecimento da inclusão da temática na escola, por meio de projetos colaborativos que envolvam professores de diferentes áreas e que garantam momentos de culminância para apresentação dos resultados;
- realizar orientações durante as reuniões pedagógicas sobre a importância de se combater práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias presentes no cotidiano escolar.

POLÍTICA DE MATERIAL DIDÁTICO E PARADIDÁTICO

Os profissionais da educação precisam ter acesso a materiais didáticos e paradidáticos que contemplem a temática. As unidades podem orientar os docentes das diferentes disciplinas a levar em consideração a abordagem positiva/ construtiva do tema – conforme as diretrizes – nos livros e materiais de apoio selecionados para uso em sala de aula. A pesquisa sobre fenômenos do território em que a escola está inserida contribui para a produção de novas referências e ampliação do repertório. Além das soluções encontradas no âmbito da escola, a gestão precisa:

- Encaminhar solicitação material didático e paradidático junto ao órgão superior da gestão educacional ao qual a escola estiver subordinado, a fim de manter acervo específico para o ensino da temática das relações étnico-raciais..

Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

Para garantir o trabalho contínuo dos profissionais de educação, além das demandas que ultrapassam a dimensão da unidade escolar, é preciso que os gestores escolares apontem as demandas aos órgãos superiores ao:

- encaminhar a solicitação de formação continuada ao órgão de gestão educacional ao qual a escola esteja vinculada;
- responder em tempo hábil às pesquisas e levantamentos sobre a temática;
- encaminhar a solicitação de material didático e paradidático ao órgão de gestão educacional ao qual a escola esteja vinculada com o intuito de manter um acervo específico para o ensino da temática.

AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Para aprimorar a política de promoção da equidade racial na educação, as escolas precisam responder pesquisas e levantamentos realizados por órgãos superiores sobre o processo de implementação dos marcos legais em educação para as relações étnico-raciais, bem como preencher o quesito raça-cor que nos possibilita visualizar as desigualdades raciais na educação. A resposta sincera não prejudica as unidades de ensino, mas possibilita identificar suas demandas e assim avançar em estratégias de implementação da temática e de programas de combate às desigualdades.

Além dos resultados das pesquisas que orientam a política pública educacional, as escolas podem promover espaços de participação social para planejar, monitorar e avaliar a implementação da temática dentro das ações pedagógicas da unidade.

Para este eixo, o Plano Nacional define que as escolas devem

- responder em tempo hábil as pesquisas e levantamentos externos sobre a temática;
- criar instrumentos internos que possibilitem identificar as desigualdades e orientar a atuação da escola;
- articular ações e instrumentos que permitam acompanhar a implementação.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O racismo existente na sociedade brasileiro reflete, inclusive, no conteúdo trabalhado com os alunos em sala de aula. Quando a equipe pedagógica propõe uma mudança de paradigmas que considera a inclusão das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos, é preciso que a comunidade escolar esteja sensibilizada. Neste sentido, mobilização da comunidade escolar é importante para amenizar atitudes de resistência e garantir a transformação necessária.

A participação no processo de implementação destes marcos legais faz parte do aprimoramento da política colabora para a garantia de uma educação de qualidade que valorize os diferentes atores que compõem a comunidade escolar. Desta forma, a escola precisa :

- mobilizar a comunidade escolar para a reformulação do projeto político pedagógico da escola conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- encaminhar aos responsáveis pela gestão municipal ou estadual de ensino as situações de preconceito, racismo e discriminação identificados na escola.



3. O Processo de Autoavaliação da Gestão Escolar para Equidade Racial

O processo de autoavaliação da gestão escolar para equidade é referente ao Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares de Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A partir desse diagnóstico, é possível propor caminhos possíveis de aplicação de práticas pedagógicas que visem instaurar uma educação antirracista no cotidiano das escolas.

É fundamental que os resultados da autoavaliação sejam agregados à etapa de diagnóstico do Circuito de Gestão aprofundando ainda mais o conhecimento sobre seus estudantes em prol da melhoria dos resultados de aprendizagem.

Para realizar a autoavaliação, o Instituto Unibanco desenvolveu o Sistema da Gestão Escolar para Equidade. Este tem como objetivo potencializar a apropriação das escolas acerca do Plano de Implementação das DCNs EREER, bem como garantir o monitoramento das demais instâncias em relação aos resultados obtidos pelas escolas acerca desse marco legal. A ferramenta apresenta as principais competências a ser desenvolvidas na implementação do plano, que devem ser avaliadas por conceitos (consistente, regular e frágil). Conforme o resultado alcançado em cada uma das competências, é gerada uma orientação e sugestão de prática pedagógica para ser aplicada na escola. Abaixo, os conceitos utilizados no processo de autoavaliação.

- **Consistente** – as coisas andam bem, ou seja, atingiram o objetivo da competência. Por exemplo: “A gestão escolar tem um calendário estabelecido e faz encontros regulares para orientar e oferecer subsídios à equipe pedagógica a fim de implementar a temática”; isso quer dizer que a atuação da gestão em “Orientar a equipe pedagógica sobre a implementação da temática” está consistente. Mesmo consistente, é preciso garantir a continuidade do status por meio de atuação vigilante e regular.
- **Regular** – a escola caminhou no que se refere à competência, mas precisa melhorar. Por exemplo: “A gestão escolar às vezes realiza encontros para orientar e oferecer subsídios à equipe pedagógica a fim de implementar a temática”. Nessa situação, a atuação da gestão em “Orientar a equipe pedagógica sobre a implementação da temática” é regular porque, embora a escola tenha ações esporádicas e/ou incompletas nessa área, ainda não institucionalizou a prática.

■ **Frágil** – a gestão escolar não realiza esse tipo de ação ou realizou apenas uma vez, de forma pontual e assistemática/isolada. Por exemplo: “A gestão escolar não realiza encontros para orientar e oferecer subsídios à equipe pedagógica a fim de implementar a temática, mas colocou a legislação no mural da escola”; ou “A gestão escolar realizou um encontro pontual para orientar e oferecer subsídios à equipe pedagógica a fim de implementar a temática, mas não voltou a tratar do assunto”. Dessa forma, a atuação da gestão é frágil porque não tratar da temática ou tratá-la de forma pontual não permite sua real institucionalização.

Para entrar no sistema da Gestão Escolar para Equidade Racial, clique no link abaixo:

<https://www.gestaoparaequidaderacial.institutounibanco.org.br/>



Sobre

Caderno Gestão Escolar para Equidade Racial

Olá, gestor (a)!

Seja bem-vindo ao Caderno de Gestão Escolar para Equidade. Esta publicação pretende ser um guia para fortalecer os marcos legais de promoção da equidade racial no contexto escolar e tem como objetivo fornecer um repertório teórico e de práticas que dialoguem com o debate das relações étnico-raciais no país.

Como sabemos, a desigualdade entre negres e brancos no Brasil é amplamente discutida pelos movimentos sociais e organismos internacionais e nacionais e faz de importantes pesquisas socioeconômicas desde o início do século 20. Uma das soluções propostas nesse debate gira em torno da educação, para que as desigualdades raciais sejam reduzidas. No contexto brasileiro, entendemos que a gestão é força vital para garantir que todos e todas aprendam, no tempo esperado, com a idade adequada.

Consideramos, portanto, **uma gestão escolar atenta, ativa e participativa** é capaz de, a partir do reconhecimento das diferenças e das desigualdades existentes na escola, principalmente as raciais, **planejar, executar e monitorar** medidas de equidade para criar condições mais igualitárias de aprendizagem e, ao mesmo tempo, valorizar a diversidade.



Em outras palavras,

nosso compromisso é com a escola no sentido da construção de um ambiente escolar que valorize a diversidade, garantindo qualidade de educação para todos e todas.

Reconhecemos, assim, a importância dos marcos legais para a promoção da equidade étnico-racial da área da educação, o que poderá ter mais visibilidade no Caderno de Gestão, com destaque para a Lei 10.538/03, que altera o parágrafo 26-A e 28-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, no 9.394/96) e torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas de Ensino Fundamental e Médio.

Para que possa auxiliar as escolas nessa reflexão, convidamos você a colaborar um pouco desse debate e dos marcos legais existentes, realizar um diagnóstico sobre a temática no âmbito da gestão e implementar ações que possam contribuir com o fortalecimento dessa discussão no espaço escolar. Este material tem como objetivo ajudar você nessa tarefa.



Faça o download do “Caderno Gestão Escolar para Equidade Racial”

FAZER DOWNLOAD

INSTITUTO UNIBANCO

Sobre
Contato
Política de privacidade

Inscrição na nossa Newsletter

Inscreva-se aqui

Rio de Janeiro
 Rua Uruguai, 54, 7º andar
 Centro do Cidade
 CEP 20090-000
 Tel: (21) 3502-7855

São Paulo
 Av. Paulista, 2.073 C. 6
 Edifício Caspary Nacional
 CEP 01305-900
 Tel: (11) 3724-7878

Para acessar, informe os dados da escola utilizados no SIGAE.

INSTITUTO UNIBANCO

Se você já possui cadastro no SIGAE ou no SGR poderá utilizá-lo para fazer o login.

E-mail

Senha

Permanecer logado [Esqueci minha senha](#)

ENTRAR

[Não possui conta?](#) [Criar conta](#)

Após realizar o login, inicie o processo de autoavaliação dos seis eixos do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares de Educação para as Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. É importante que esse processo seja realizado de forma coletiva considerando corpo discente, docente, profissionais da escola e comunidade escolar.

INSTITUTO UNIBANCO

GESTÃO ESCOLAR PARA EQUIDADE RACIAL | SOBRE | CONTEÚDOS DE APOIO | INICIAR ANÁLISE | [Contrate](#) | [Nome](#)

Política de Formação para Gestores e Profissionais para Educação

Autoavaliação > Gestão Escolar para Equidade Racial

Etapa 1 | Etapa 2 | Etapa 3 | Etapa 4 | Etapa 5 | Etapa 6

a) Realizar orientações durante as reuniões pedagógicas sobre a importância de se combater práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias presentes no cotidiano. Frágil Regular Consistente

b) Divulgar e disponibilizar nos espaços compartilhados estudos, pesquisas e materiais que possam contribuir com as atividades de formação. Frágil Regular Consistente

c) Promover cursos de formação do quadro de profissionais da educação em colaboração com os fóruns, núcleos de pesquisa, órgãos temáticos de gestão pública, movimento negro e sociedade civil. Frágil Regular Consistente

[← VOLTAR](#) [SALVAR E CONTINUAR →](#)

INSTITUTO UNIBANCO

Sobre | Contato | Política de privacidade

Inscrição na nossa Newsletter

Nome e sobrenome

Inscrever-se

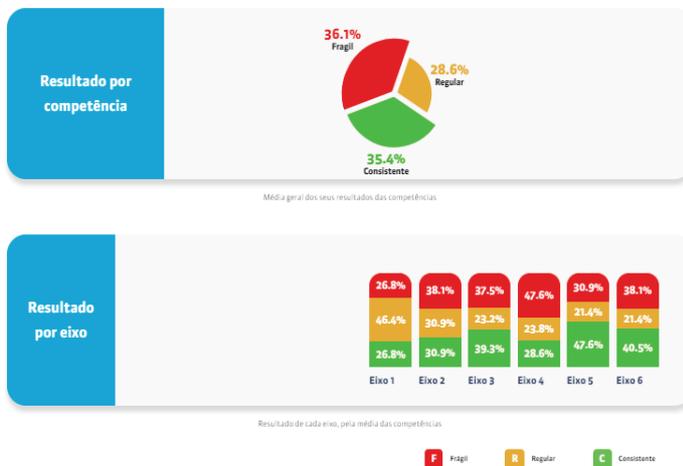
Rio de Janeiro
Rua Uruguaiana, 94, 9º andar
Centro de cidade
CEP: 20040-001
Tel.: (21) 3257-7862

São Paulo
Av. Paulista, 2.073 Cj. 5
Edifício Conyght Nacional
CEP: 01311-000
Tel.: (11) 2126-7878

INSTITUTO UNIBANCO 2021

[in](#) [wa](#) [fb](#) [f](#)

Ao concluir a sua autoavaliação, analise os resultados obtidos por eixos e competências dando maior atenção à fragilidade.



Nome do eixo: Fortalecimento do Marco Legal Resultado do eixo: Eixo 1 F

COMPETÊNCIA	RESULTADO	COMO MELHORAR
A) Gestão escolar apropriada das leis 10.639/03 e 11.645/08 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira	C	VEJA MAIS SOBRE O SEU RESULTADO →
B) Projeto Político Pedagógico da escola reformulado conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana com	F	VEJA MAIS SOBRE O SEU RESULTADO →
C) Incorporar os conteúdos previstos nas diretrizes curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e	F	VEJA MAIS SOBRE O SEU RESULTADO →

[BAIXAR RELATÓRIO COMPLETO](#)
 [IMPRIMIR](#)



INSTITUTO UNIBANCO

Sobre
Contato
Política de privacidade

Inscriva-se na nossa Newsletter

Rio de Janeiro
Rua Uruguaiana, 94, 9º andar
Centro da cidade
CEP: 20050-001
Tel.: (21) 3237-7850

São Paulo
Av. Paulista, 2.073 Cj. 6
Edifício Conjunto Nacional
CEP: 01311-300
Tel.: (11) 2129-1878

© INSTITUTO UNIBANCO 2021 [in](#) [@](#) [v](#) [f](#)

Baixe ou imprima a análise para discutir com os professores, estudantes e comunidade escolar. A partilha dos resultados obtidos em relação ao marco e a leitura das orientações em conjunto fortalecem o processo democrático e pedagógico acerca do debate racial no âmbito do Circuito de Gestão.

GESTÃO ESCOLAR PARA EQUIDADE RACIAL SOBRE CONTEÚDOS DE APOIO INICIAR ANÁLISE [Contrate](#) | [Nome](#)

[← VOLTAR](#)

EIXO 1 Fortalecimento do Marco Legal

Competência
Projeto Político Pedagógico de escola reformulado conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana com

Orientação Geral

O Projeto Político Pedagógico da escola tem maior aplicabilidade quando conhecido e apropriado pela comunidade escolar. Se a temática compõe o documento e este foi amplamente discutido com todos os atores envolvidos no processo educacional, isso significa que há maior compreensão sobre sua importância e, logo, menos resistência às mudanças que ela traz para o cotidiano da escola. Sabemos que muitas abordagens desse campo ainda sofrem resistências por parte de professores, alunos, mães e pais, gerentes, etc., devido ao imaginário racista existente na sociedade brasileira.

Para a temática aparecer de forma consistente no PPP não basta ser apenas citada. É preciso que o documento apresente uma concepção de como ela deve ser abordada, considerando sua

106 Antes mesmo da aprovação da Lei no 10.639/03, essa temática estava presente no cotidiano escolar, mesmo sendo pelos conflitos que ela gera e que muitas vezes foram silenciados. Em ambientes mais democráticos, refletiu, de certa forma, os documentos da escola. Nesse sentido, é sintomático que, tantos anos após a aprovação de uma lei que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a educação para as relações étnico-raciais, o PPP não contemple esses tópicos. É preciso chamar todos os

Prática sugerida para o resultado da competência

Conhecendo a história e enfrentando o racismo na escola [VER PRÁTICA →](#)

[← VOLTAR PARA O RELATÓRIO](#)

INSTITUTO UNIBANCO
Sobre: Conheça: Política de privacidade

Inscreva-se na nossa Newsletter
Email Address

Sua sede: Rua Amândia, 14, 1º andar, Centro de cidade, CEP: 01078-000, SP, Brasil. Tel.: (11) 3127-7990

Sua Praça: Rua Paraíba, 1207 (J. B. Espinal) Conjunto Nacional, CEP: 01311-000, SP, Brasil. Tel.: (11) 3246-7076

[In](#) [@](#) [f](#)

Para consolidar, desenvolver ou mitigar as competências avaliadas como **consistente, regular e frágil**, a escola poderá implementar as práticas pedagógicas referentes a cada uma delas. Neste material e no sistema da gestão escolar para equidade racial, é possível encontrar o detalhamento de cada uma das práticas.



4. Práticas pedagógicas

Este capítulo apresenta o detalhamento das práticas pedagógicas⁷. Essas ações têm como objetivo oferecer caminhos possíveis para a implementação do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas unidades escolares.

É importante destacar que as práticas pedagógicas deste material dialogam com a Base Nacional Comum e a Agenda 2030. Estes dois documentos são basilares para o que se espera do novo contexto educacional.

4.1 BNCC e Agenda 2030

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos as/os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. A BNCC norteia os currículos dos Sistemas e Redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas das Escolas Públicas e Privadas de todo o país, estabelecendo os conhecimentos, as competências e as habilidades a serem desenvolvidas ao longo da escolaridade básica do Brasil. O documento também busca comprometer-se com a concepção de “educação integral” que não se refere especificamente ao tempo em que o estudante fica na escola, mas com o desenvolvimento dos sujeitos em sua integralidade, bem como abre a possibilidade para que essas competências sejam trabalhadas considerando aspectos dos territórios.

A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi aprovada em setembro de 2015 pelos membros da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) para compreender o período 2016-2030 e define 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem alcançados ao longo de 15 anos.

.....
⁷. As práticas pedagógicas são inspiradas em duas edições do Edital Gestão Escolar para a Equidade – Juventude Negra para as escolas públicas e organizações sociais de todo país lançadas pelo Instituto Unibanco em parceria com o Baobá – Fundo para Equidade Racial e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Quadro 1. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

1. Erradicação da pobreza – Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
2. Fome zero e agricultura sustentável – Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
3. Saúde e bem-estar – Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
4. Educação de qualidade – Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
5. Igualdade de gênero – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
6. Água potável e saneamento – Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos
7. Energia limpa e acessível – Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos
8. Trabalho decente e crescimento econômico – Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos
9. Indústria, inovação e infraestrutura – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
10. Redução das desigualdades – Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
11. Cidades e comunidades sustentáveis – Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
12. Consumo e produção responsáveis – Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
13. Ação contra a mudança global do clima – Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos
14. Vida na água – Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15. Vida terrestre – Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
16. Paz, justiça e instituições eficazes – Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todas e todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
17. Parcerias e meios de implementação – Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fontes: BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODSportugues12fev2016.pdf>; UNITED NATIONS. *Sustainable Development Goals*. Disponível em: <<http://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainabledevelopment-goals>>.



4.2 Eixos e suas Respectivas Práticas

EIXO 1 – FORTALECIMENTO DO MARCO LEGAL

- Espetáculo Lei 10.639/03 e Gestão para a Equidade
- Oficina de Informação e Formação com Educadores, Funcionários e Direção da Escola
- Inserção da Equipe Gestora da Instituição Escolar nos espaços de debates e ‘trocas’ sobre educação étnico-racial
- Pesquisa interdisciplinar sobre relações étnico-raciais, ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena e currículo
- Conhecendo a história e enfrentando o racismo na escola
- Visita à universidade
- Redesenho curricular
- Concurso de Redação e Histórias em Quadrinhos
- Articulação Institucional

EIXO 2 – POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PARA GESTORES E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

- Diversidade Religiosa
- Racismo Institucional
- Oficina de Formação em Relações Étnico-raciais
- Encontros de aprendizagem
- Inserção da Equipe Gestora da Instituição Escolar nos espaços de debates e ‘trocas’ sobre educação étnico-racial
- Redesenho Curricular
- Jornada Pedagógica

EIXO 3 – POLÍTICA DE MATERIAL DIDÁTICO E PARADIDÁTICO

- Elaboração de Material Didático Interdisciplinar sobre Relações Étnico-raciais
- Pesquisa sobre racismo em livros didáticos
- Racismo Institucional
- Estímulo a leitura de livros paradidáticos sobre a temática racial
- Pesquisa interdisciplinar sobre relações étnico-raciais, ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena e currículo
- Inserção da Equipe Gestora da Instituição Escolar nos espaços de debates e ‘trocas’ sobre educação étnico-racial
- Produção de máscaras africanas / Festival Multicultural
- Etnomatemática: a matemática dos penteados trançados ou saberes fazeres de matrizes africanas
- Sarau
- Oficina de Informação e Formação com Educadores, Funcionários e Direção da Escola
- Compartilhamento de Fotografias
- Central de Mídia
- Festival Multicultural
- Teia de Conhecimento
- Caminhada Etnográfica: Mapeando a Comunidade
- Pesquisa sobre desigualdade na comunidade escolar

EIXO 4 – GESTÃO DEMOCRÁTICA E MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- Oficina de Turbantes – Embarço
- Oficina de Break
- Oficina de Graffiti
- Racismo e Colorismo
- Alunos Articuladores / Jovens Líderes para a Equidade Racial
- Concurso de Redação e Histórias em Quadrinhos
- Oficina de Informação e Formação com Educadores, Funcionários e Direção da Escola
- Criação de GT para monitorar e avaliar o programa e ampliar modelo de gestão escolar para as relações étnico-raciais.

continua na coluna seguinte

Instituto Unibanco

EIXO 4 – CONT. GESTÃO DEMOCRÁTICA E MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- Racismo Institucional
- Pesquisa Desigualdades na Comunidade Escolar
- Inserção da Equipe Gestora da Instituição Escolar nos espaços de debates e ‘trocas’ sobre educação étnico-racial

EIXO 5 – AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

- Criação de GT para monitorar e avaliar o programa e ampliar modelo de gestão escolar para as relações étnico-raciais.
- Indicadores de desenvolvimento
- Espetáculo Lei 10.639/03 e Gestão para a Equidade
- Articulação Institucional
- Pesquisa sobre desigualdades na comunidade escolar
- Entre Jovens
- Resgate de alunos evadidos
- Diagnóstico raça/cor (perfil étnico-racial da escola)

EIXO 6 – CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

- Estímulo à leitura de livros paradidáticos sobre a temática racial
- Inserção da Equipe Gestora da Instituição Escolar nos espaços de debates e ‘trocas’ sobre educação étnico-racial
- Festival de Cinema Negro na Escola, o Cine Black
- Festival Multicultural
- Espetáculo Lei 10639 e Gestão para a Equidade
- Oficina de Graffiti
- Oficina de Formação em Relações Étnico-raciais
- Alunos Articuladores
- Jovens Líderes para a Equidade Racial
- Racismo Institucional
- Conhecendo a história e enfrentando o racismo na escola
- Encontros de aprendizagem
- Jornada Pedagógica

Caderno da Gestão Escolar para Equidade | 33

Prática pedagógica:

Pesquisa interdisciplinar sobre relações étnico-raciais, ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena e currículo

Resumo:

Em parceria com uma universidade ou de forma autônoma, a escola desenvolve um projeto interdisciplinar de pesquisa que envolve gestão, professores e alunos. As temáticas a ser investigadas são os saberes, os conhecimentos e a cultura africana, afro-brasileira e indígena. Cada disciplina/matéria fica responsável por um aspecto relacionado às suas habilidades e competências, cujo professor titular deve acompanhar as atividades dos alunos. Os resultados da pesquisa terão impacto na mudança de currículo.

Objetivo:

Pesquisar e elaborar ações didático-pedagógicas que evidenciem os saberes, os conhecimentos e a cultura africana, afro-brasileira e indígena, otimizando o potencial dos conteúdos escolares e das atividades didáticas, com todos os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Tempo: um ano

Condições materiais:

cadernos de pesquisa; livros; revistas; filmes; computador com acesso à internet; sala; transporte escolar para o trabalho de campo.

Atores:

gestão escolar, professores, alunos de Fundamental II e Ensino Médio e universidade.

Habilidades desenvolvidas:

pesquisa; seleção de conteúdos; escrita; interdisciplinaridade; compreensão dos valores civilizatórios africanos, afro-brasileiros e indígenas; reconhecimento da produção intelectual de negros e indígenas.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): 4 e 5

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Língua Portuguesa História Sociologia	Gerais: EMCG1 EMCG2 EMCG7 EMCG10	EM13CHS101 EM13CHS102 EM13CHS501 EM13CHS503
	Específicas EMCCHSA3 EMCCHSA5 EMCLT6 EMCLT2	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Construção de parceria

A unidade escolar deve fazer um levantamento de instituições de ensino e pesquisa (universidades) que desenvolvem ações sobre a temática étnico-racial e ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Diversas universidades públicas têm, por exemplo, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) ou outros departamentos que desenvolvem pesquisas sobre diversidade, educação, África, populações indígenas, relações étnico-raciais etc.

Ao estabelecer contato com a instituição, deve propor parceria para a realização de um projeto de extensão no qual os pesquisadores irão auxiliar professores e alunos em uma pesquisa que visa alimentar o PPP da escola. O objetivo é fortalecer a implementação dos conteúdos das leis 10.639/03 e 11.645/08 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A universidade pode tentar programas de iniciação científica que garantem vagas para alunos do Ensino Médio, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), órgão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

ETAPA 2 –

Formação de grupos de estudos

Em reunião pedagógica, a gestão escolar apresenta o projeto e os parceiros para seu desenvolvimento. Se possível, pode contar com a presença da universidade para abordar a importância da iniciativa. Como o projeto é interdisciplinar e será realizado ao longo de um ano, os professores devem escolher temas relacionados às suas áreas para conduzir grupos de pesquisa com os alunos.

A seguir, estão exemplos de grupos criados pela escola que desenvolveu a metodologia para inspirar o processo criativo da equipe pedagógica. Os temas podem estar relacionados com fenômenos específicos do território.

- História – Grafismo Indígena
- Arte, simbolismo e natureza
- Matemática – Padrões geométricos na arte marajoara
- Língua Portuguesa e Literatura – Contos africanos e indígenas
- Biologia – África: o berço da vida
- Física – Conhecimentos científicos e empíricos: saberes africanos e indígenas
- Química – Dos açúcares à bebida alcoólica nos engenhos
- Artes – O carnaval, o samba e suas escolas: a arte brasileira nas suas avenidas
- Linguística – Diversidade linguística na Amazônia
- Educação Física – O corpo e suas implicações na Capoeira: sentidos e significados

Após definir os grupos de estudos e as temáticas de cada um, a equipe pedagógica deve planejar a apresentação do projeto à comunidade discente. Cabe à gestão escolar garantir um espaço para a condução das atividades na escola.

continua na próxima página

ETAPA 3

Mobilização da comunidade discente

Primeiro, a escola deve apresentar a proposta aos alunos e os grupos de estudos que serão coordenados pelos professores.

Caso haja bolsas oferecidas pela universidade aos professores e alunos, a escola deve preparar um processo de inscrição e seleção dos discentes. É importante que o processo de escolha considere a diversidade atendida pela escola.

Caso não haja bolsas, a escola pode apresentar o projeto para livre adesão dos alunos aos grupos de estudos ou atribuir as atividades de cada grupo às turmas, conforme interesse coletivo dos alunos que a compõem. As atividades devem integrar o repertório de avaliação e participação dos alunos ao longo do ano.

ETAPA 4

Pesquisa

No primeiro momento, deve ser estabelecido um calendário de encontros e ações a ser realizados pelos grupos de estudos. É importante que, além de atribuições, todos tenham atividades formativas que respondam às necessidades de cada fase da pesquisa.

A instituição de pesquisa com a qual a escola estabeleceu parceria deve realizar um encontro por mês com cada um dos grupos de pesquisa, planejado previamente com o professor coordenador. Nesses encontros, deve levantar o que os alunos sabem sobre a temática, suas curiosidades, e introduzir conceitos e materiais fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

Cada grupo deve elaborar relatórios bimestrais sobre os resultados alcançados, os quais serão compartilhados com todos os integrantes do projeto. A unidade escolar deve disponibilizar o PPP e os planos de aula da escola para análise do grupo de estudos da universidade. No último bimestre, os acúmulos dos três primeiros períodos e a análise do currículo pela universidade serão sistematizados para ser apresentados à comunidade escolar.

continua na próxima página

ETAPA 5

Assembleia com a comunidade escolar

Este é o momento em que os resultados da pesquisa impactarão o currículo estruturalmente, em todas as suas disciplinas. A universidade deve apresentar o currículo vigente e os planos de aula da unidade escolar e se esses documentos contemplam ou não as normativas das leis 10.639/03 e 11.645/08.

Os professores coordenadores devem auxiliar os estudantes para a apresentação dos resultados. Após a apresentação de cada um dos grupos, a comunidade escolar deve debater quais pontos estão ou não contemplados em seu currículo e planos de aula e o que deve ser incorporado ao PPP e às atividades da equipe pedagógica.

Prática pedagógica:

Visita à universidade

Resumo:

Por meio de parceria com o núcleo/grupo de estudos em relações étnico-raciais da universidade e o órgão responsável pela escola, a atividade leva os alunos para uma visita monitorada à instituição de Ensino Superior, seguida de debate sobre ações afirmativas e combate às desigualdades, com foco nas políticas de acesso e permanência e nas áreas de atuação existentes na instituição. O objetivo é que compreendam a importância das políticas pró-equidade racial e de classe e conheçam os caminhos possíveis para o acesso ao Ensino Superior.

Objetivo:

proporcionar aos alunos o conhecimento sobre as políticas de ações afirmativas e combate às desigualdades no acesso ao Ensino Superior por meio de uma visita à universidade monitorada por núcleo/grupo de estudos em relações étnico-raciais.

Tempo: dois meses (bimestral).

Condições materiais:

matérias de jornais e revistas; cartolinas; transporte escolar; alimentação.

Atores:

direção, coordenação pedagógica, professores, funcionários, alunos e universidade.

Habilidades desenvolvidas:

leitura crítica sobre as relações étnico-raciais no Brasil; conhecimento sobre vestibular e exames de acesso à universidade; conhecimento sobre as políticas de permanência no Ensino Superior; conhecimento sobre as possibilidades de escolha no Ensino Superior; elaboração de projeto de vida.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): 4 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Língua Portuguesa Matemática Sociologia	Gerais: EMCG1 EMCG2 EMCG7 EMCG10	EM13CNT310 EM13LGG102 EM13MAT102 EM13CHS102
	Específicas EMCLT4 EMCLT7 EMCMT1 EMCCHSA1	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Preparação dos materiais

Nesta etapa, a gestão escolar deve realizar uma pesquisa sobre as universidades presentes na cidade ou região da escola. A partir desse levantamento, deve identificar qual tem a maior abrangência de áreas/cursos e políticas públicas de inclusão, como ações afirmativas, Prouni, bolsa permanência etc. Após a análise das instituições, é importante que a escola escolha uma universidade que: 1) possa apresentar um cardápio variado de profissões aos alunos que estão concluindo o Ensino Médio; 2) tenha programas de acesso e permanência no Ensino Superior; e 3) desenvolva ações com a comunidade.

A gestão escolar deve realizar um contato com a universidade para saber se a instituição tem algum núcleo/grupo de estudos sobre desigualdades e/ou alguma comissão de ações afirmativas. Esses ou outros grupos que se pautam por políticas de inclusão e acesso à universidade podem se constituir como o grupo parceiro de visita à instituição. Por isso, agende uma reunião com o grupo identificado.

Na reunião, apresente o contexto em que sua escola está inserida e a importância de realizar uma visita monitorada com os estudantes à universidade para construir uma parceria que será iniciada com uma reunião pedagógica com a equipe da escola. Esse encontro alimentará um processo formativo que os professores realizarão com os alunos a fim de levá-los para a visita à universidade. Além disso, estabeleça um calendário com o órgão da universidade para poder encaminhar as próximas etapas, considerando a reunião pedagógica na escola e a visita monitorada dos estudantes à instituição de Ensino Superior.

ETAPA 2 –

Viabilização das condições logísticas

A gestão escolar deve agendar uma reunião com o órgão responsável pela escola e/ou potenciais instituições parceiras para apresentar a proposta de parceria com a universidade a fim de viabilizar transporte e alimentação e garantir a participação todos os alunos do Ensino Médio na atividade.

ETAPA 3 –

Reunião com a equipe pedagógica

No papel de gestor, agende uma reunião pedagógica para apresentar a proposta de visita à universidade. Nesse encontro, a universidade parceira irá apresentar sua instituição, o debate interno sobre políticas de inclusão e os programas de acesso e permanência no Ensino Superior. A gestão pode indicar para a equipe pedagógica uma bibliografia básica sobre desigualdades no Ensino Superior e ações afirmativas.

Sugestão:

SILVÉRIO, Valter. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 219-246, novembro/2002.

É importante que nessa reunião os professores conheçam o leque de oportunidades existentes na universidade e compreendam a importância das ações afirmativas. A partir daí, oriente o corpo docente a realizar um projeto interdisciplinar de pesquisa de dados e conteúdos sobre caminhos da educação profissional, desigualdades no acesso ao Ensino Superior e ações afirmativas para preparar os alunos do Ensino Médio para a visita à universidade. Os resultados desse trabalho devem ser expostos nos murais da escola.

OBS.: a escola deve enviar informe às mães e aos pais dos estudantes com a data, o horário e a importância da visita à universidade. É importante garantir a oportunidade a todos os alunos do Ensino Médio.

continua na próxima página

ETAPA 4

Projeto interdisciplinar

O educador de cada disciplina pode ficar responsável por fazer a atividade disparadora com uma turma de Ensino Médio, mas todos trabalharão juntos. Para garantir o caráter interdisciplinar, divida a turma em duas e provoque os alunos a buscar informações em jornais, revistas e internet sobre: 1) desigualdades no Ensino Superior e 2) o que são ações afirmativas.

Os resultados trazidos pelos alunos podem ser trabalhados nas aulas de Matemática, com os dados estatísticos; nas aulas de História, com a formação e constituição das desigualdades; na Geografia, ao considerar as desigualdades regionais; na aula de Português, ao provocar os estudantes para desenvolver textos sobre a temática etc.

Cada professor irá demandar da turma pela qual ficou responsável a elaboração de um trabalho sobre a temática, com apresentação e exposição nos murais da escola. Esse trabalho deve compor os critérios de avaliação dos estudantes.

ETAPA 5

Visita monitorada à universidade

A escola leva os estudantes à universidade, onde serão recebidos pelo grupo com o qual foi estabelecida a parceria. Os estudantes terão a possibilidade de conhecer o espaço da instituição e suas áreas de ensino por meio de visita monitorada, a qual será sucedida por um debate sobre ações afirmativas, políticas de acesso e permanência e áreas de atuação. É importante garantir espaço para que os estudantes possam colocar suas reflexões e dúvidas.

ETAPA 6

Projeto de vida

Ao retornar para a escola, realize uma roda de avaliação com os estudantes sobre o impacto da visita à universidade e elabore um roteiro para que eles possam construir uma redação com seu projeto de vida.

Veja o *Guia Tô no Rumo*, produzido pela Ação Educativa:

<http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Guia-To%CC%82-no-Rumo.pdf>

Esse material sugere algumas atividades para trabalhar o projeto de vida.

Ideias para o roteiro:

- O que você queria ser quando tinha cinco anos?
- O que você queria ser quando tinha doze anos?
- O que você quer ser hoje?
- O que fez ou não você mudar ao longo desses anos? O que influenciou essas escolhas?
- O que você gosta de fazer?
- O que você faz bem?
- De tudo o que você já fez, do que mais se orgulha?
- Quais são suas principais dificuldades?
- Quais são seus sonhos?
- O que você pretende fazer para realizá-los?
- O que você acha que irá realizar?
- O que a realização dos seus sonhos proporcionaria para sua vida pessoal e para as pessoas que estão ao seu redor?
- Como você se vê daqui a 15 anos?
- Como você pode contribuir para o desenvolvimento da sociedade?

Prática pedagógica:

Oficina de formação em relações étnico-raciais

Resumo:

A equipe pedagógica realiza um estudo para selecionar material audiovisual e/ou convida um profissional especialista na temática para desenvolver atividade formativa a fim de sensibilizar a comunidade escolar sobre a forma como são estabelecidas as relações étnico-raciais e a produção de desigualdades e o papel da Lei 10.639/03 e suas respectivas diretrizes.

Objetivo:

contribuir para a mudança de comportamento em relação ao racismo presente no cotidiano escolar.

Tempo: três horas por grupo.

Condições materiais:

sala com cadeiras em formato semicírculo; aparelho de DVD ou computador com acesso à internet; televisão ou projetor.

Atores:

gestão escolar, professores e alunos do Ensino Médio.

Habilidades desenvolvidas:

identificar como os conceitos apresentados no vídeo estão presentes nas relações cotidianas e desenvolver o potencial crítico sobre os embates teóricos, políticos e estruturais presentes no processo de implementação da Lei 10.639/03 e no combate ao racismo na escola.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4, 5, 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Língua Portuguesa Sociologia	Gerais: EMCG1 EMCG2 EMCG7 EMCG10	EM13CHS101 EM13CHS102 EM13CHS501 EM13CHS503
	Específicas EMCCHSA3 EMCCHSA5 EMCLT6 EMCLT2	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Preparação dos conteúdos

A equipe pedagógica pode conduzir o processo formativo ou convidar algum especialista do território para realizar a atividade. Caso opte pela primeira opção, deve selecionar dois vídeos, um que aborde experiências de racismo e outro sobre a Lei 10.639/03. Esses materiais devem provocar a comunidade discente para o debate.

OBS.: esse especialista na temática pode ser um militante do movimento negro do território, um membro do Conselho Municipal da Comunidade Negra, um integrante do Fórum Permanente de Educação e Relações Étnico-Raciais, um pesquisador de uma universidade etc.

Em reunião pedagógica, a equipe deve definir quais turmas participarão da oficina e elaborar um calendário compreendendo um grupo de no máximo 40 alunos, para que os mesmos tenham a possibilidade de expressar suas reflexões sobre a temática.

Se possível, disponibilize um *flipchart* na abertura do semicírculo para que o formador responsável possa anotar as reflexões dos alunos a fim de retomar suas reflexões após o debate.

Providencie tarjetas para que, após o debate, os alunos possam fazer uma nuvem de palavras sobre a temática em espaço comum da escola.

Sugestões da escola autora

Ninguém nasce racista

<https://www.youtube.com/watch?v=kaWUyiMSrV0&t=96s>

Entre o decreto e o direito: experiências sobre a Lei 10.639/03

<https://www.youtube.com/watch?v=IB6SlsIj7Ng>

ETAPA 2 –

Mobilização dos alunos

A escola deve informar a comunidade discente sobre a oficina a ser realizada e introduzir a importância da temática e de sua participação.

ETAPA 3 –

Realização da atividade

Organize o espaço em formato semicírculo, com uma abertura onde os vídeos serão projetados. É importante que as pessoas possam se ver ao longo da atividade.

Inicie com o vídeo sobre racismo e, posteriormente, projete o sobre a Lei 10.639/03. Peça que os alunos registrem suas reflexões sobre os vídeos e suas percepções sobre como identificam essas questões em seu cotidiano.

Após a projeção dos conteúdos, convide os alunos a compartilhar suas anotações sobre a temática. Enquanto os alunos falam – e é importante destacar que eles ouçam um ao outro –, o formador pode colocar palavras-chave no *flipchart* ou quadro.

Finalizada a exposição dos alunos, o formador deve retomar cada um dos pontos trazidos por eles e oferecer informações importantes sobre a temática. Recomenda-se que se articule a problemática do racismo à importância da Lei 10.639/03, considerando a mudança de paradigmas trazida por ela.

É importante que o formador aborde:

- o panorama sobre as políticas de combate ao racismo existentes hoje;
- a Lei 10.639/2003 e seus dispositivos de combate ao racismo na escola.

continua na próxima página

ETAPA 3 – CONT.

Após a escuta ativa dos alunos e a exposição do formador, a comunidade discente deve ser convidada a escrever palavras que resumam seus sentimentos em relação à temática em tarjetas e colar em mural preparado em espaço comum da escola. Durante a atividade, a coordenação pedagógica deve fazer um relatório sobre os pontos trazidos pelos alunos para ser discutido em reunião pedagógica com a presença da gestão e dos professores e demais funcionários da escola. O objetivo é refletir sobre os problemas apontados pelos alunos relativos à temática no cotidiano escolar e planejar ações pertinentes ao trabalho de cada segmento para a superação do racismo. Considerando os pontos trazidos pelos estudantes, o que cabe à gestão? O que cabe aos professores? O que os funcionários podem fazer? Quais são as orientações para a escola no Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana?

Prática pedagógica:

Elaboração de material didático interdisciplinar sobre relações étnico-raciais

Resumo:

Com o apoio de instituição/movimento social/pesquisador, a escola discute a elaboração de um material didático a fim de formar os alunos para a educação das relações étnico-raciais. Os participantes definem os temas prioritários, elaboram os conteúdos e planejam as oficinas que serão realizadas com os alunos.

Objetivo:

elaborar material didático que possibilite a construção de um saber crítico sobre as relações étnico-raciais e instrumentos de equidade racial no Brasil para a comunidade discente.

Atores:

direção, coordenação pedagógica, professores, funcionários e alunos do Ensino Médio.

Tempo: semestral

Condições materiais:

livros; revistas; laboratório de informática ou computador com acesso à internet; recursos para impressão.

Habilidades desenvolvidas:

pesquisa temática; escrita; olhar crítico sobre as desigualdades étnico-raciais; conhecimento sobre promoção da equidade racial.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4, 5, 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
História Língua Portuguesa Matemática Sociologia	Gerais: EMCG5 EMCG8 EMCG10 EMCG4	EM13CNT310 EM13MAT102 EM13CHS504 EM13CHS601 EM13LGG301
	Específicas EMCLT2 EMCLT3 EMCMT1 EMCCHSA5	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Planejamento

A gestão escolar deve iniciar o diálogo com algum grupo ou especialista em educação para as relações étnico-raciais da escola, comunidade, rede de ensino ou instituição do entorno. O objetivo é constituir uma parceria para a elaboração de um material didático em educação para as relações étnico-raciais a ser aplicado em processo formativo com alunos do Ensino Médio durante as aulas.

Após a constituição da parceria, apresente o projeto em reunião pedagógica para o grupo de docentes. A ideia é contar com o apoio da comunidade docente para definir os conteúdos do material a ser elaborado e para a implementação em sala de aula.

O material deve contemplar um módulo diagnóstico, que possibilite compreender o histórico, dados e contextos que definem a forma como foram construídas as relações étnico-raciais no Brasil;

um módulo formativo, no qual serão trabalhados os movimentos, bandeiras, lutas e conquistas para a promoção da equidade racial; e um módulo atitudinal, focado em como se dão as relações étnico-raciais no cotidiano, como produzimos desigualdades, o impacto na trajetória dos cidadãos e o que pode ser feito para combater o racismo.

Para elencar os tópicos que irão compor o material didático, a gestão e o parceiro podem fazer uma escuta ativa da comunidade docente sobre como o tema aparece na comunidade escolar e quais conceitos e experiências poderiam contribuir para a formação. Para disparar os tópicos fundamentais, os professores podem fazer uma atividade em sala de aula sobre como os alunos veem essa problemática.

Quando definidos os temas, as tarefas devem ser divididas pela equipe pedagógica, que contará com o apoio do parceiro na pesquisa e edição dos conteúdos.

Abaixo tópicos inspirados na prática de uma das escolas do edital Gestão Escolar para Equidade: Juventude Negra.

1. MÓDULO DIAGNÓSTICO

- 1.1 ILHA BRASIL
- 1.2 BRANCOS VERSUS NEGROS
- 1.3 TEORIA DO BRANQUEAMENTO
- 1.4 MITO DA DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL
- 1.5 CASA GRANDE E SENZALA

2. MÓDULO FORMATIVO

- 2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS NO MUNDO
- 2.2 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS
- 2.3 MOVIMENTOS NEGROS NO BRASIL

3. MÓDULO ATITUDINAL

- 3.1 RACISMO INSTITUCIONAL
- 3.2 ASSÉDIO MORAL
- 3.3 COTAS EM CONCURSOS PÚBLICOS
- 3.4 ENDOMARKETING
- 3.5 EMPREENDEDORISMO
- 3.6 EMPREGABILIDADE
- 3.7 PLANO DE NEGÓCIOS
- 3.8 RESILIÊNCIA

continua na próxima página

ETAPA 2 –

Elaboração do material

A gestão escolar deve garantir sala, ferramenta tecnológica e horário das reuniões pedagógicas para a elaboração dos materiais, assim como acompanhar seu desenvolvimento.

Cada professor deve trabalhar em um texto sobre a temática escolhida. Pode resumir e deixar mais didático um artigo ou livro de algum pesquisador sobre a temática, escrever uma biografia importante, elaborar um conteúdo autoral, fazer entrevista ou até mesmo um glossário de palavras que compõe o repertório da educação para as relações étnico-raciais. Cada material deve apresentar o passo-a-passo de/e como deve ser utilizado com os alunos. A metodologia pode incluir dinâmicas de grupos, brincadeiras, vídeos, debates etc.

O parceiro deve auxiliar a equipe docente na pesquisa, seleção de referencial e elaboração do trabalho, além de, junto à gestão, unir os materiais e dar formato ao livro produzido pela escola.

ETAPA 3 –

Aplicação do material

A gestão deve garantir condições para que o livro organizado pela escola seja distribuído para todos os alunos do Ensino Médio. Pode ser em formato simples, como xerox.

Cada material produzido pelos professores e que compõe o livro deve ser trabalhado com os alunos em horário de aula para garantir que a temática integre, de fato, o currículo e os instrumentos de acompanhamento e avaliação dos discentes. As aulas podem ter caráter interdisciplinar. Por exemplo, se a professora de história trabalha uma biografia da luta antirracista, a professora de língua portuguesa pode solicitar uma redação sobre o percurso apresentado; se o professor de sociologia apresenta as desigualdades raciais, a professora de matemática pode desenvolver uma aula sobre os dados apresentados.

A metodologia de aplicação dos conteúdos pode romper com o modelo tradicional de ensino a partir do passo-a-passo apresentado pelo professor autor. A partir da formação, a equipe pedagógica pode pensar em desdobramentos em que os jovens do Ensino Médio assumem a responsabilidade de realizar ações de culminância, como Festival, Exposição, debates temáticos e etc. O objetivo é sensibilizar a comunidade escolar para a temática. A gestão fica responsável por garantir condições institucionais e viabilizar a logística dos eventos e atividades preparadas pelos alunos.

Prática pedagógica:

Pesquisa desigualdades na comunidade escolar

Resumo:

Os alunos, com o acompanhamento da equipe pedagógica, desenvolvem uma pesquisa socioeconômica no território da escola para identificar as desigualdades raciais. A partir dos resultados da pesquisa, buscam sensibilizar a comunidade escolar sobre o impacto do racismo em direitos fundamentais, como educação e trabalho.

Objetivo:

identificar as desigualdades raciais existentes no território em que a escola está inserida por meio de trabalho desenvolvido pela comunidade discente e orientado pela equipe pedagógica.

Atores:

gestão escolar; professores; alunos.

Tempo:

um bimestre

Condições materiais:

livros; sala para reuniões; questionário; computador com acesso à internet; impressora; papel sulfite; cartolinas; canetas.

Habilidades desenvolvidas:

pesquisa; elaboração de questionário socioeconômico; interpretação de dados quantitativos; análise qualitativa de dados; leitura crítica sobre as desigualdades.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4, 5, 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Língua Portuguesa Matemática Filosofia Sociologia História	Gerais: EMCG5 EMCG8 EMCG10 EMCG4	EM13CNT310 EM13MAT102 EM13CHS504 EM13CHS601 EM13LGG301
	Específicas EMCLT2 EMCLT3 EMCMT1 EMCCHSA5	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Preparação da equipe pedagógica

O grupo proponente deve realizar uma reunião com toda a equipe pedagógica da escola para apresentar a proposta da pesquisa. A ideia é que educadores de diferentes disciplinas, com o suporte da gestão escolar, desenvolvam um projeto interdisciplinar de pesquisa das condições socioeconômicas da população que vive na comunidade atendida pela escola, contendo recorte racial, geracional e de gênero. Quando trabalhamos com dados demográficos e socioeconômicos, mobilizamos conhecimentos das áreas de Matemática, Geografia, Sociologia, História, Língua Portuguesa etc. Ou seja, há condições para que vários docentes possam desenvolver os conteúdos das suas disciplinas associados a este projeto.

É importante lembrar que esta proposta atende o eixo de educação para as relações étnico-raciais que integra as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, documento que trata do papel central da escola para a identificação e a superação das desigualdades raciais.

Nesse encontro, ao apresentar as dimensões da pesquisa, cada educador pode apontar como sua disciplina pode contribuir. A partir das adesões e propostas, deve-se formar um grupo de trabalho para o desenvolvimento do projeto.

A gestão escolar precisa garantir condições institucionais e materiais, como impressão de questionários, computador para pesquisa e tabulação de dados, hora-atividade dos professores para acompanhamento dos alunos, autorização das famílias dos estudantes para que possam fazer a coleta dos dados na comunidade etc.

ETAPA 2 –

Reunião do grupo de trabalho

Nesse encontro, ao juntar educadores com conhecimento em diferentes campos, os professores podem dividir as tarefas para preparar os materiais da pesquisa. São eles:

1. Questionário socioeconômico com área de trabalho, renda e recortes etário, étnico-racial e de gênero (ex: Geografia);
2. Planilha de tabulação de dados (ex: Matemática);
3. Levantamento de dados regionais e nacionais para efeito de comparação (ex: História);
4. Pesquisa de textos didáticos sobre desigualdades raciais (ex: Sociologia);
5. Pesquisa de imagens que demonstram as desigualdades raciais existentes nos territórios (ex: Filosofia);
6. Material de comunicação para convocação dos alunos para o projeto (ex: Artes);
7. Guia orientador para elaboração da análise dos resultados (ex: Língua Portuguesa).

[continua na próxima página](#)

Exemplo de perguntas para o questionário socioeconômico:

1. Identidade de gênero: () masculino () feminino

2. Idade: _____ anos completos.

3. Estado civil:

- () Solteiro(a)
- () Casado(a)
- () Separado(a) / Divorciado(a)
- () Viúvo(a)
- () Vivo com companheira
- () Vivo com companheiro

4. Em relação à cor da pele, você se considera:

- () Branco
- () Pardo
- () Preto
- () Amarelo (oriental)
- () Vermelho (indígena)
- () Prefiro não declarar

5. Com quem você mora? (mais de uma opção poderá ser marcada)

- () País
- () Cônjuge
- () Companheiro (a)
- () Filhos
- () Sogros
- () Parentes
- () Amigos
- () Empregados domésticos
- () Outros
- () Sozinho (a)

6. Atualmente você:

- () Apenas estuda
- () Trabalha e estuda
- () Apenas trabalha
- () Está desempregado (a)
- () Está de licença ou incapacitado (a) de estudar/trabalhar
- () Está aposentado (a)
- () Não trabalha nem estuda

7. Qual é o seu trabalho ou ocupação principal?

8. No seu trabalho principal, você é:

- () Empregado assalariado (exceto empregado doméstico)
- () Empregado doméstico mensalista ou diarista
- () Empregado que ganha por produção (comissão)
- () Estagiário remunerado
- () Bolsista
- () Trabalha por conta própria, é autônomo
- () É dono de negócio, empregador
- () Trabalha em negócio familiar sem remuneração
- () Presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração
- () Não trabalho

9. Qual é a sua renda individual mensal?

- () Menos de 1 salário mínimo
- () De um a menos de dois salários mínimos
- () De dois a menos de três salários mínimos
- () De três a menos de quatro salários mínimos
- () De quatro a menos de cinco salários mínimos
- () De cinco a menos de seis salários mínimos
- () De seis a menos de sete salários mínimos
- () De sete a menos de oito salários mínimos
- () De oito a menos de nove mínimos
- () De nove a dez salários mínimos
- () Acima de dez salários mínimos

10. Qual é renda familiar mensal (considerando a soma da renda daqueles que moram e contribuem para o sustento do lar)?

- () Menos de 1 salário mínimo
- () De um a menos de dois salários mínimos
- () De dois a menos de três salários mínimos
- () De três a menos de quatro salários mínimos
- () De quatro a menos de cinco salários mínimos
- () De cinco a menos de seis salários mínimos
- () De seis a menos de sete salários mínimos
- () De sete a menos de oito salários mínimos
- () De oito a menos de nove mínimos
- () De nove a dez salários mínimos
- () Acima de dez salários mínimos

continua na próxima página

11. Você cursou Ensino Médio e Fundamental em:
- Escolas públicas em sua totalidade
 - A maior parte (mais de 55%) em escolas públicas
 - Metade em escolas públicas, metade em escolas privadas
 - A maior parte (mais de 55%) em escolas privadas
 - Escolas privadas inteiramente

12. Qual o seu grau máximo de escolaridade?

- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior completo
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-Doutorado

13. Você já sofreu discriminação no mercado de trabalho?

Se sim, de qual tipo?

14. Você já sofreu discriminação em espaços educacionais?

Se sim, de qual tipo?

Essas perguntas nos ajudam, por exemplo, a entender o perfil étnico-racial por idade e identidade de gênero, além de perceber a trajetória profissional e educacional dessas pessoas a partir desses recortes, o que revela quais são as desigualdades presentes no território.

ETAPA 3 -

Formação dos alunos

A equipe pode escolher um horário comum para reunir os alunos das turmas com as quais irão desenvolver o projeto. Nesse momento, pode exibir um vídeo sobre desigualdades raciais para sensibilizar o grupo. É importante que os alunos tenham espaço para falar sobre como veem a temática.

Sugestão de vídeo:

Igualdade de Tratamento e Oportunidades – A Cor da Cultura

<https://www.youtube.com/watch?v=QCLs72tEhOY>

Os alunos devem ter contato com os instrumentos de trabalho elaborados pela equipe pedagógica na etapa anterior e receber orientação sobre a realização das atividades no território. A partir daí, devem formar grupos e dividir a aplicação do questionário.

Após a apresentação, deixar claro como este projeto se integra ao currículo e às diferentes disciplinas e entregar um informe detalhado com campo de autorização para que os pais estejam cientes da participação de seus filhos no projeto.

continua na próxima página

ETAPA 4-

Realização da pesquisa

Com os grupos de alunos formados, membros da equipe pedagógica devem acompanhá-los na coleta de dados na comunidade. Cada grupo ficará responsável por uma parte do território pesquisado. Após a aplicação dos questionários, os materiais devem ser entregues na escola para o profissional responsável pela tabulação dos dados.

Ao mesmo tempo em que estão realizando a pesquisa na comunidade, os educadores devem abordar a temática de forma transversal em sala de aula. Tanto o trabalho externo como a participação na sala de aula devem fazer parte do repertório de avaliação.

ETAPA 5-

Tratamento dos dados

O professor de Matemática pode tabular os dados e trabalhar os números em sala de aula, produzindo reflexões comparativas sobre os diferentes resultados para diferentes grupos. É importante identificar as diferenças em trabalho, renda, educação e os indicadores da faixa etária de jovens (15 a 29 anos), sendo este último grupo o principal afetado pelas desigualdades.

Nas aulas de História podem ser trabalhados conceitos e marcos que ajudam a compreender esses resultados hoje. A disciplina de Geografia pode apresentar dados demográficos regionais e nacionais para efeito comparativo. Já em Língua Portuguesa pode ser feita a produção dos textos que irão orientar a apresentação dos resultados.

ETAPA 6-

Apresentação dos resultados

A partir do trabalho realizado em sala de aula com a temática e os resultados da pesquisa, a escola deve convocar a comunidade escolar – com destaque para os pais dos alunos – para conhecer os resultados da pesquisa. Devem ser expostos cartazes e textos produzidos pelos estudantes a partir dos dados. Conduzido pela gestão da escola, esse encontro deve dar voz a todos os grupos que participaram do projeto: educadores, alunos, funcionários etc.

Antes de apresentar os resultados, a comunidade pode ser convidada a responder às seguintes perguntas:

- Vocês acham que existe racismo na escola?
- O que seria uma situação de racismo?
- Vocês têm conhecimento de alguma situação de racismo vivenciada pelos seus filhos e/ou colegas? Como eles reagiram? Compartilhe.

A intenção é mostrar para os pais o trabalho realizado pelos alunos, mas também convidá-los a aderir às ações da escola para o combate às desigualdades raciais. A gestão deve enfatizar a importância da participação dos pais no empoderamento de seus filhos para o enfrentamento do racismo, fenômeno que está para além dos muros da escola e, como mostram os dados, aparece em diferentes esferas da sociedade e tem reflexos sobre direitos fundamentais dos grupos historicamente discriminados. Além de dados referentes ao trabalho, à renda e à educação, os alunos podem abordar como está a situação dos jovens negros no território em que vivem.

Prática pedagógica:

Racismo institucional

Resumo:

Os alunos são convidados a refletir sobre as desigualdades raciais em grandes instituições, como empresas, hospitais e universidades. A partir da compreensão de como o racismo estrutura práticas que reproduzem as desigualdades nesses espaços, busca-se fundamentar a importância de políticas de inclusão institucionais como as cotas raciais.

Objetivo:

provocar mudanças de comportamento ao evidenciar como o racismo ultrapassa as relações interpessoais e se reflete sobre a institucionalização de práticas racistas em organizações de diferentes setores, e fundamentar as políticas de inclusão com recorte étnico-racial.

Atores:

educadores; alunos.

Tempo: duas horas.

Condições materiais:

sala de aula organizada em semicírculo; projetor.

Habilidades desenvolvidas:

leitura crítica das relações raciais; análise de contexto.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4, 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Língua Portuguesa Matemática Sociologia	Gerais: EMCG4 EMCG7 EMCG8 EMCG10	EM13CNT310 EM13LGG102 EM13CHS102 EM13CHS204
	Específicas EMCLT2 EMCCHSA1 EMCCHSA5 EMCCHSA3	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Planejamento

O racismo institucional acontece quando instituições, públicas ou privadas, mantêm uma estrutura pautada nas hierarquias raciais que favorecem alguns grupos em detrimento de outros. Veja a seguir alguns exemplos.

- Em uma empresa internacional, não há negros em cargos de chefia, mas apenas atuando no chão da fábrica.
- As abordagens da Polícia Militar são mais recorrentes e agressivas com jovens negros, independente do contexto.
- Pessoas negras, com o mesmo grau de formação e exercendo a mesma função que pessoas brancas, chegam a ganhar 2 vezes menos.
- As mulheres negras têm as maiores taxas de mortalidade materna. Pesquisadores apontam que, conforme registros das unidades hospitalares, elas recebem menos atenção durante o pré-natal e o parto por carregar o estereótipo de “mais fortes”, o que tem implicações sobre seu direito à vida.
- Os currículos das escolas e das universidades priorizam a história do homem branco e europeu e dão pouco espaço para a história dos povos africanos e indígenas, por exemplo.
- Embora os negros representem mais de 50% da população brasileira, não chegam a 20% dos estudantes das grandes universidades.

A forma como o racismo é gerador de exclusão impacta sobre como os direitos, serviços e oportunidades são colocados para diferentes grupos raciais. Uma das estratégias para reverter esse quadro é investir em formação para a educação das relações étnico-raciais. Os alunos que estão

nas escolas hoje atuarão como operadores de serviços diversos em grandes e pequenas instituições. O fato de refletir sobre a temática pode impactar sobre sua futura atuação.

Dessa forma, o grupo autor da atividade estabeleceu uma parceria com uma instituição histórica de combate ao racismo, o Movimento Negro Unificado, para falar sobre a temática na escola. Além de ativistas da área, a escola pode convidar pesquisadores especialistas ou preparar seu próprio material formativo.

Sugestão de Leitura:

- *Racismo Institucional: uma abordagem conceitual* – Geledés Instituto da Mulher Negra <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2013/05/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf>
- *Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional* – Geledés Instituto da Mulher Negra <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2013/05/FINAL-WEB-Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf>

É importante que o planejamento da atividade leve em consideração os efeitos do racismo institucional e a importância de políticas de promoção da igualdade racial. A equipe pode selecionar casos de racismo institucional para distribuir em grupos como método disparador da reflexão.

continua na próxima página

ETAPA 2 –

Formação

A formação deve explorar a leitura dos alunos sobre o racismo. A partir dela, explicar que esse fenômeno aparece nas esferas pessoal, interpessoal e institucional. No caso desta atividade, busca-se entender como funciona o racismo institucional, ou seja, como se estrutura e mantém desigualdades pautadas na identidade étnico-racial dos sujeitos. Além de apresentar casos concretos, dados estatísticos ajudam a compreender o conceito.

Os alunos devem ser provocados a identificar como o fenômeno aparece no seu cotidiano e refletir sobre as estratégias de combate ao racismo institucional nos espaços em que atuam e virão a atuar. Tomar as estratégias trazidas para expor a luta dos movimentos antirracistas nos últimos anos e a institucionalização de políticas de promoção de igualdade racial, como:

- Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.888/2010);
- Lei Federal de Cotas (12.711/2012);
- Lei 10.639/03 e 11.645/08.

Prática pedagógica:

Conhecendo a história e enfrentando o racismo na escola

Resumo:

O projeto realiza um percurso formativo com a sensibilização dos educadores, funcionários e direção sobre a importância de incorporar o debate racial no Projeto Político Pedagógico como um caminho efetivo de enfrentamento do racismo e outras formas de violência no ambiente escolar. No momento seguinte, desenvolvem-se três oficinas com os estudantes a partir da discussão de conceitos (racismo, discriminação, preconceito), passando para a reflexão sobre experiências concretas de racismo, *bullying*, *sexismo*, etc., culminando na elaboração coletiva de estratégias de enfrentamento do racismo e de valorização da diversidade.

Objetivo:

fomentar um espaço de reflexão sobre racismo, discriminação e preconceito na escola por meio de oficinas e da escuta ativa das experiências de violação sofridas pelos estudantes adolescentes.

Atores:

direção; coordenação pedagógica; professores; estudantes; comunidade escolar.

Tempo: dois meses (oficinas quinzenais).

Condições materiais:

livros; jornais; revistas; aparelho de DVD e TV ou projetor e computador; caixa de som.

Habilidades desenvolvidas:

conhecimento da questão racial no Brasil; leitura crítica de contexto; percepções sobre a situação de violação de direitos humanos.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4, 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Língua Portuguesa Sociologia História	Gerais: EMCG4 EMCG7 EMCG8 EMCG10	EM13CNT310 EM13LGG102 EM13CHS102 EM13CHS204
	Específicas EMCLT2 EMCCHSA1 EMCCHSA5 EMCCHSA3	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Oficina de sensibilização com educadores, funcionários e direção da escola

Em reunião com a equipe da escola, os proponentes devem apresentar os objetivos do projeto e sua justificativa – o enfrentamento da situação de racismo e formas correlatas de violência no ambiente escolar. É importante que o grupo proponente desenvolva atividades que apontem para a centralidade das leis 10.639 e 11.645/08, para a construção de contextos educacionais que garantam a igualdade entre os educandos e valorizem a diversidade étnico-racial, religiosa e cultural existente no país. Por fim, é importante identificar um grupo de professores e funcionários que se comprometam com a realização do trabalho junto aos estudantes.

ETAPA 2 –

Primeira oficina: apresentação do projeto e discussão de conceitos

Nesse encontro, a equipe deve apresentar a proposta do projeto aos estudantes, buscando contextualizar com a realidade de vida de cada um dos participantes. É importante também, nesse momento, ouvir dos adolescentes suas expectativas sobre o projeto, buscando incentivá-los a se manifestar sobre a relação com a escola, com gestores, professores e funcionários. Em seguida, a proposta é trabalhar com os conceitos de racismo, preconceito e discriminação, sempre destacando como essas ideias atuam cotidianamente na nossa sociedade. Buscar perceber, através das falas do grupo, a percepção dessas situações como ocorrências de violência e de racismo.

ETAPA 3 –

Segunda oficina: “Estar no lugar do/a outro/a”

Nessa atividade, retomar o debate da oficina anterior sobre os conceitos de racismo, preconceito e discriminação. Em seguida, apresentar o filme *Vista minha pele*, com o propósito de estimular a experiência de “estar no lugar do/a outro/a”. Após o vídeo, propor o debate do racismo na sociedade brasileira e o papel da escola como um espaço de garantia de direitos. Por fim, apontar como a reflexão sobre igualdade, diferenças e diversidade é um importante caminho de enfrentamento do racismo. Ao final da oficina, distribuir para os estudantes o texto de apoio *África e Brasil Africano*, da historiadora Marina de Mello e Souza, como indicação para a próxima oficina.

ETAPA 4 –

Terceira oficina: História da África e Afro-Brasileira

Na terceira oficina, o objetivo é mostrar como o conhecimento e a valorização da cultura e história africana e afro-brasileira é um caminho para a construção de imagens mais positivas e verdadeiras da população negra, bem como dos brasileiros de um modo geral. Após um breve relato das oficinas anteriores, a equipe pode realizar a discussão coletiva do texto distribuído anteriormente – *África e Brasil Africano* –, buscando aproximá-lo da realidade cotidiana dos estudantes e da experiência dos jovens e adolescentes com o racismo na sociedade brasileira.

A partir dessa contextualização, a equipe proponente pode trazer para o debate questões como racismo, cidadania e violência policial, tendo como material de apoio a cartilha *Racismo mata, vamos combatê-lo*. No final da oficina, é importante formar pequenos grupos de trabalho em que os estudantes elaborem três ações de enfrentamento do racismo na escola e depois socializem com todo o grupo.

Após a formação, a equipe pedagógica da escola pode pensar em desdobramentos envolvendo os estudantes que participaram das oficinas, seja por meio de ações de culminância como festival, palestras, dramatização, seja construindo grupos de multiplicadores, que terão como tarefas realizar a mesma formação com os demais estudantes da escola.

Prática pedagógica:

Articulação institucional

Resumo:

A escola busca consolidar um grupo com as instituições, os atores e os movimentos do território, com os quais pode buscar dados, informações gerais e realizar ações integradas que fortaleçam a garantia dos direitos dos moradores da comunidade.

Objetivo:

fortalecer a atuação integrada de instituições e atores do território para melhor compreender a realidade dos sujeitos atendidos pelo sistema de garantia de direitos e reforçar a atuação de movimentos e organizações locais.

Atores:

gestão escolar; professores; mães e pais; alunos; rede de proteção do território (segurança, saúde, conselho tutelar, CRAS); movimentos sociais locais; associações comunitárias etc.

Tempo: contínuo

Condições materiais:

espaço para reunião; telefone; computador; impressora; transporte.

Habilidades desenvolvidas:

articulação institucional; parcerias; trabalho colaborativo; combate às desigualdades.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 10 e 16

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Língua Portuguesa Sociologia	 Gerais: EMCG7 EMCG8 EMCG10	EM13LGG102 EM13LGG202 EM13CHS502 EM13CHS503
	 Específicas EMCLT2 EMCLT5 EMCCHSA3 EMCCHSA6	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Mapeando os parceiros

A gestão escolar pode convocar o conselho de escola e/ou membros da comunidade escolar para mapear as instituições do território que atendem a população que frequenta a unidade a fim de fortalecer as ações locais para garantia dos direitos dos moradores, o que contribui para a melhoria dos indicadores educacionais.

Para esse mapeamento, devem ser considerados:

- lideranças comunitárias;
- instituições públicas que atendem a população;
- empresas;
- quilombos ou territórios indígenas do entorno;
- sistema de Justiça;
- conselhos;
- associações comunitárias;
- movimentos sociais;
- ONGs;
- instituições de ensino (escolas e universidades);
- diretoria de ensino.

Finalizado o mapeamento, identificar no quadro abaixo o nome da instituição, a área de atuação e seus contatos estratégicos:

Instituição/ liderança	Área de atuação	Responsável	Contatos (telefone e e-mail)
Fórum de Justiça Restaurativa	Acesso à justiça e conciliação	Renato Nogueira	rn88@gmail.com (11) 0000-0000

Com todos os contatos reunidos, organizar uma reunião com todas as instituições, atores e movimentos com o tema “desenvolvimento comunitário” para a formação de uma rede de proteção local.

ETAPA 2 –

Formação de rede

Partindo do princípio de que os direitos humanos são indissociáveis, interdependentes e insubstituíveis, o grupo condutor da reunião deve abordar a importância de trabalhar em rede para obter bons indicadores de desenvolvimento humano no território e garantir os direitos de todas as pessoas, independentemente de suas especificidades.

Por exemplo, a evasão escolar pode estar associada ao trabalho infantil; então, como a assistência social, o conselho tutelar e o sistema de Justiça podem trazer esses alunos de volta à escola? A violência na comunidade pode ser fruto da falta de direitos básicos, de segurança ou mesmo da truculência de representantes do Estado; então, como isso impacta no número de jovens que deixam de estar na escola porque foram presos ou assassinados? Como essas instituições podem dialogar sobre as pessoas que atendem no cotidiano de trabalho?

Após apresentar a proposta que visa melhorar os indicadores do território, o grupo condutor da reunião deve sugerir a articulação institucional por meio de formação de uma rede para o desenvolvimento comunitário. Os participantes devem ter espaço para compartilhar suas opiniões e expectativas e aderir livremente à rede em formação.

[continua na próxima página](#)

ETAPA 3 –

Funcionamento da rede

A articulação institucional deve acontecer de forma contínua, com reuniões quinzenais ou mensais, em que os participantes possam dialogar sobre o que está acontecendo no território, quais são os direitos da população que não estão sendo atendidos e como podem atuar de forma organizada para avançar nos pontos abordados. Além disso, podem dialogar sobre possíveis casos individuais. Exemplos:

“Ana Paula teve bebê aos 15 anos de idade e deixou de frequentar a escola. Isso impacta inclusive sobre as oportunidades que seu filho terá no futuro. Como as instituições presentes podem articular o sistema de garantia de direitos e a legislação para que essa jovem possa voltar para a escola?”

“João começou a trabalhar no corte de cana-de-açúcar do território. Os recursos obtidos com esse trabalho são mínimos e o prejuízo de estar fora da escola é ainda maior. O que a rede de proteção pode fazer para que esse jovem possa voltar a estudar?”

Órgãos públicos podem oferecer dados sobre o território e suporte técnico, além de levar as informações para incidir nas políticas de Estado. Movimentos sociais podem contribuir com a denúncia e o desenvolvimento de projetos. O conselho tutelar e o CRAS podem estabelecer diálogo contínuo com a família.

Atuando de forma organizada e articulada, as instituições que visam garantir os direitos da população contribuem para diminuir as desigualdades que afetam grupos muito específicos, considerando gênero, raça/cor, renda, território etc.

Prática pedagógica:

Inserção da Equipe Gestora da Instituição Escolar nos espaços de debates e 'trocas' sobre educação étnico-racial

Resumo:

A gestão escolar é estimulada a mapear as instituições que desenvolvem ações sobre o tema na rede e no território da escola. A partir do mapeamento, deve garantir representação institucional nesses espaços para que a escola esteja inserida nas agendas pró-equidade racial na educação e receba formação adequada para trabalhar com ações de formação e intervenção.

Objetivo:

possibilitar que a equipe gestora receba formação qualificada em ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena e educação para as relações étnico-raciais e atue de forma articulada com os órgãos superiores que trabalham com essa temática, visando a superação do racismo e das desigualdades em sua unidade escolar.

Atores:

direção; coordenação pedagógica; supervisão de ensino; técnicos da secretaria de Educação.

Tempo: contínuo

Condições materiais:

transporte; acesso à internet; telefone.

Habilidades desenvolvidas:

promoção da equidade racial na educação; valorização da diversidade; combate ao racismo institucional.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Língua Portuguesa Sociologia	 Gerais: EMCG7 EMCG8 EMCG10	Não tem habilidades porque é realizada com profissionais da escola
	Específicas	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Pesquisa

Você já buscou saber se seu município, estado ou região tem Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial? Esses fóruns surgiram em 2006 a partir do diálogo entre a sociedade civil e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC). Constituem-se como grupos regionais, estaduais e municipais e são formados por representantes da sociedade civil e do poder público, tendo como papel principal discutir, analisar, propor e monitorar as políticas públicas de educação para as relações étnico-raciais.

Nesses fóruns, além de compartilhar as experiências e demandas das escolas para a efetiva implementação da temática na educação, você pode encontrar importantes parceiros para fortalecer seu trabalho local: ativistas, pesquisadores, organizações não governamentais e representantes de órgãos públicos para a promoção da diversidade.

Além dos fóruns, você pode levantar junto às instâncias municipais, estaduais e federais quais são os espaços que atuam na área de promoção da equidade racial e valorização da diversidade e podem colaborar com o trabalho desenvolvido na escola. Essas instituições costumam ter o nome de secretarias ou coordenadorias de promoção da igualdade racial, núcleos de inclusão étnico-racial etc.

Diversas universidades – especialmente as públicas – costumam ter um Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), que desenvolve pesquisas sobre o tema, elabora materiais e oferece formação continuada para profissionais da educação.

ETAPA 2 –

Participação

Após o mapeamento e a identificação desses espaços, a gestão deve apresentá-los à equipe pedagógica e definir estratégias de participação (representação e socialização das informações) para que a escola esteja integrada à agenda pró-equidade racial na educação e obtenha um fluxo contínuo de informações sobre eventos, formação continuada e materiais didáticos e paradidáticos, garanta subsídios para intervenção frente às situações de racismo e possa incidir sobre as políticas públicas educacionais para a promoção da equidade racial a partir das demandas das unidades escolares.

Prática pedagógica:

Diagnóstico raça/cor (perfil étnico-racial da escola)

Resumo:

A escola forma um grupo responsável por elaborar instrumentos de pesquisa e coletar os dados do perfil étnico-racial dos seus estudantes. Após a coleta, o grupo sistematiza os resultados, apresenta à comunidade e estabelece metas de equalização para o próximo período.

Objetivo:

identificar o perfil étnico-racial dos estudantes da escola e a produção das desigualdades locais, considerando suas intersecções com classe e gênero e, a partir dos resultados, elaborar metas de equalização.

Atores:

gestão escolar; professores; funcionários da escola; alunos.

Tempo:

dois meses.

Condições materiais:

computador; excel; impressora; papel; pranchetas; canetas.

Habilidades desenvolvidas:

coleta de informações demográficas; análise de dados; leitura crítica das desigualdades; construção de metas de equalização.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4, 5 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Língua Portuguesa Matemática Sociologia	Gerais: EMCG1 EMCG2 EMCG7 EMCG6	EM13LGG302 EM13LGG305 EM13MAT102 EM13CHS601
	Específicas EMCLT2 EMCMT2 EMCMT4 EMCCHSA6	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1

Preparação do diagnóstico

A gestão escolar pode buscar envolver professores de disciplinas que se relacionam com conteúdos demográficos para realizar um projeto que viabilize uma boa coleta de informações, como Geografia, Sociologia e Matemática.

Junto ao grupo de docentes, devem ser mobilizados outros atores da escola que precisam se sensibilizar em relação ao quesito raça/cor e possam difundir as informações entre seus pares a fim de qualificar todo o tipo de coleta interna e externa que apresente esse campo de preenchimento. Por exemplo, secretário de escola, alunos, mães e pais etc.

Após a formação do grupo, deve-se buscar mostrar a seus participantes como se deu a construção das categorias oficiais de identificação étnico-racial no Brasil.

O texto *O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE*, de Rafael Guerreiro Osório, é fundamental para compreender as categorias utilizadas e como são interpretadas.

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0996.pdf

Leia também *O quesito raça/cor no Censo Escolar*, do INEP.

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/documentos/2015/cor_raca.pdf

Após a leitura e discussão do primeiro texto acima, que se configura tarefa prioritária desta atividade, vocês podem assistir também o vídeo *Quesito Cor*, do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI).

<https://www.youtube.com/watch?v=gh9MJEBZJLE>

Após a compreensão da importância da coleta do quesito raça/cor, o grupo definido deve elaborar um instrumento de pesquisa. Seguem algumas sugestões de perguntas.

Perfil étnico-racial da escola

Perfil étnico-racial da escola

Nome: _____ Idade: _____

Você saberia dizer qual sua raça ou cor:

() sim () não

Se sim, qual sua raça ou cor:

() asiático () branco () indígena () pardo⁸ () preto

Identidade de gênero:

() mulher () homem () mulher trans () homem trans

Está cursando o _____ ano do () Ensino Fundamental () Ensino Médio

Escolaridade da mãe: () não estudou () Ensino Fundamental até o 4º ano () Ensino Fundamental até o 9º ano () Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo () Ensino Superior () Pós-graduação

Escolaridade do pai: () não estudou () Ensino Fundamental até o 4º ano () Ensino Fundamental até o 9º ano () Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo () Ensino Superior () Pós-graduação

.....

8. Como observado no texto de Rafael Guerreiro Osório, no Brasil a população negra é considerada a soma de pretos e pardos devido a justificativas sociológicas e estatísticas. Retorne o texto para entender melhor as categorias a ser aplicadas.

continua na próxima página

ETAPA 1 – CONT.

Na sua opinião, as pessoas definem sua raça ou cor por:

cultura, tradição traços físicos (cabelo, boca, nariz etc.) origem familiar, antepassados cor da pele opção política/ideológica origem socioeconômica ou de classe social outra, qual? _____

Você define sua raça ou cor por:

cultura, tradição traços físicos (cabelo, boca, nariz etc.) origem familiar, antepassados cor da pele opção política/ideológica origem socioeconômica ou de classe social outra, qual? _____

Dentre as seguintes alternativas, identifique sua origem familiar:

africana asiática europeia indígena judaica norte-americana oriente médio sudeste asiático latino-americana sul-americana norte-americana outra, especifique: _____

Em qual momento a raça ou cor influencia a vida das pessoas no Brasil:

casamento trabalho escola atendimento à saúde convívio social repartições públicas relações com a política/justiça outra, especifique: _____

Você: trabalha e estuda só estuda

Renda familiar:

até meio salário mínimo *per capita* até um salário mínimo *per capita* até 1,5 salário mínimo *per capita* dois ou mais salários mínimos *per capita*

Antes de aplicar o questionário, os professores de diferentes disciplinas podem se envolver com a iniciativa e desenvolver projetos em sala de aula que incluam a construção da autoestima, a compreensão das relações raciais, a formação do Brasil, a noção de proporcionalidade e conceitos relacionados à renda familiar.

Definido o formulário, as pessoas que irão aplicá-lo devem ser preparadas para trabalhar com cada uma das categorias definidas e estabelecer um período para a coleta de dados. Outro grupo deve ser preparado para digitar os dados coletados em uma planilha dinâmica do excel.

Prática pedagógica:

Festival de cinema negro na escola: Cine Black

Resumo:

A equipe responsável pelo projeto estimula os alunos a pesquisar filmes produzidos por cineastas negros e/ou sobre as temáticas étnico-racial, afro-brasileira e africana. Os grupos de alunos responsáveis por cada filme devem assisti-lo e preparar um debate que será realizado após sua exibição na escola. As diferentes turmas são convidadas a assistir o filme e o diálogo posterior deve ser conduzido pelo grupo de alunos proponente. Nesse momento, busca-se provocar os alunos a falar sobre conflitos e experiências relacionados à temática, além de fortalecer a autoestima e o reconhecimento positivo da identidade negra.

Objetivo:

qualificar e ampliar o repertório sobre questões étnico-raciais por meio do estímulo à pesquisa sobre produção audiovisual de cineastas negros e/ou sobre questões étnico-raciais, afro-brasileiras e africanas.

Atores:

gestão escolar; professores; alunos.

Tempo: dois meses (bimestral).

Condições materiais:

sala com computador e projetor ou aparelho de DVD e televisão.

Habilidades desenvolvidas:

leitura crítica do contexto; pesquisa temática; reconhecimento e valorização da produção intelectual negra; educação antirracista

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4, 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Língua Portuguesa Artes História	Gerais: EMCG1 EMCG3 EMCG4 EMCG7	EM13LGG103 EM13LGG201 EM13LP03 EM13LP06
	Específicas EMCLT3 EMCLT4 EMCLT7 EMCCHSA6	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Preparação dos materiais

A equipe responsável por orientar e estimular a realização da atividade deve fazer uma pesquisa prévia de cineastas e títulos sobre a temática étnico-racial, afro-brasileira e africana. Essa pesquisa deve gerar uma lista disparadora da pesquisa e a escolha dos alunos que atuarão como mediadores das sessões do Festival de cinema negro na escola: Cine Black.

Sugestões de filmes da escola autora:

- *Coach Carter*, de Thomas Carter;
- *McFarland*, de Niki Caro;
- *Vidas Cruzadas*, de Tate Taylor;
- *O nascimento de uma nação*, de Nate Parker.

O nascimento de uma nação, de Nate Parker. Você sabia que um dos maiores festivais de cinema do mundo acontece no continente africano, em um país chamado Burkina Faso? Conhecido como FESPACO (Festival Pan-Africano de Filme e de Televisão de Ouagadougou), esse evento acontece a cada dois anos em Ouagadougou, capital do país. Cineastas que trabalham com essa temática em todo o mundo participam do encontro.

Saiba mais aqui: <https://www.fespaco.bf/en/>.

No Brasil, existe o Centro Afro-Carioca de Cinema, que realiza oficinas, debates, seminários, mostra de filmes nacionais e internacionais desse campo.

Acesse o site: <http://afrocariocadecinema.org.br>

Eles podem ser pontos de partida para a elaboração da lista de referências a ser apresentada ao corpo discente.

ETAPA 2 –

Mobilização da comunidade escolar

O grupo proponente deve apresentar a proposta de realização do Festival de cinema negro na escola: Cine Black à comunidade escolar. Pode ser em visitas sala por sala, no horário do intervalo, em reuniões pedagógicas ou em outras oportunidades que reúnam os atores da escola. Nesse momento, convida os alunos interessados a participar de uma reunião em que serão escolhidos os filmes a ser exibidos no festival.

Na reunião, o GT formado deve estudar o melhor espaço, dias e horários para realizar as exibições e definir os grupos de alunos que ficarão responsáveis pelos filmes. Cada grupo receberá a lista disparadora e deve escolher uma obra que pode ou não estar nela. Como atribuição, deve estudar a obra previamente e preparar um debate com questões provocadoras a ser realizado após a exibição dos filmes. Se houver possibilidade, o refeitório da escola pode preparar pipoca para as sessões agendadas.

OBS.: é preciso estudar a expectativa de público e se há necessidade de produção de ingressos.

continua na próxima página

ETAPA 3 –

Exibição do filme

Pode-se, antes de iniciar a sessão, fazer combinados com o público participante para que a atividade não seja interrompida por conversas, ligações de celular etc. Lembre que todos terão a oportunidade de falar quando o filme acabar. O grupo responsável pelo filme pode fazer uma breve apresentação do(a) diretor(a) e suas produções antes de iniciar a sessão.

O debate que acontecerá após a exibição do filme deve ser conduzido pelos estudantes, estes devem trazer questões que provoquem o público a refletir sobre suas próprias experiências e a importância da temática.

ETAPA 4 –

Desdobramento

Após a exibição de cada uma das sessões, o GT pode trabalhar com produção de redações sobre a temática, montagem de mural etc. É importante que as atividades façam parte do repertório de avaliação dos alunos.

Prática pedagógica:

Produção de máscaras africanas

Resumo:

Esta oficina convida a comunidade escolar a conhecer saberes tradicionais e ritos de passagem de grupos culturais africanos por meio da confecção de máscaras. Para isso, é realizada uma introdução sobre diferentes máscaras e seus papéis em sociedades africanas. Os alunos são convidados a construir sua própria máscara e, posteriormente, apresentar o que ela representa para os membros do grupo. Para finalizar, realizam um Baile das Máscaras.

Objetivo:

proporcionar à comunidade escolar vivência sobre histórias e culturas africanas por meio da confecção de máscaras.

Atores:

alunos; professores; gestores; comunidade escolar.

Tempo: dois dias.

Condições materiais:

computadores com acesso à internet; projetor; máscaras de madeira; telha; balões; durepox; pincéis; tintas; miçangas; tesoura; cola; aparelho de som.

Habilidades desenvolvidas:

conhecimento das histórias dos povos africanos; conhecimento das artes africanas; construção conceitual e simbólica; pintura; montagem.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4, 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Artes Língua Portuguesa História	Gerais: EFCG1 EFCG4 EFCG6 EFCG8	EF15LP09 EF15AR25 EF69AR31 EF07HI03
	Específicas EFCLP2 EFCLP4 EFCH2 EFCA1	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Preparação da atividade

O grupo proponente deve dialogar com a gestão da escola a fim de garantir os materiais, condições e espaços necessários para a realização do projeto: horário com os alunos (pode ser nas aulas de Artes, por exemplo), laboratório de informática ou computadores com acesso à internet, materiais para produção das máscaras e espaço comum para realização do Baile das Máscaras.

Após garantir as condições materiais e institucionais, a equipe inicia o preparo da atividade. Pode elaborar uma apresentação de slides ou exibir um documentário com explicação sobre a confecção e o papel das máscaras em sociedades africanas.

Referências sugeridas:

Documentário

Episódio “O Artesanato Africano” do programa Nova África, da EBC.

<https://www.youtube.com/watch?v=wVm7wRE-bEus>

Livros

Arte, Adorno, Design e Tecnologia no Tempo da Escravidão, de Emanuel Araújo.

África em Artes, de Juliana Bevilacqua e Renato Silva.

http://www.museuafrobrasil.org.br/docs/default-source/publica%C3%A7%C3%B5es/africa_em_arts.pdf

Definido o material e a referência a ser utilizados no processo formativo, as oficinas podem ser iniciadas.

ETAPA 2 –

Oficina de máscaras africanas

Os educadores devem apresentar o que são as máscaras africanas e seu papel nas tradições sociais na África. Para aproximar a proposta da realidade da sociedade brasileira, basta dizer que não são apenas os africanos que utilizam objetos em rituais de passagem. Um exemplo é a toda a preparação do vestido da noiva para o casamento, momento no qual ela deixa de ser solteira e passa a ter uma família. Ou a beca na formatura, o baile de debutantes e assim por diante.

É importante também que os alunos reconheçam os saberes envolvidos na produção das máscaras e como eles contribuíram para a formação do Brasil, conforme exemplo abaixo.



A máscara acima é utilizada pela Geledes, uma sociedade secreta feminina religiosa da tradição Yorubá que expressa a fertilidade feminina, a continuidade humana, o bem-estar e o poder sobre a terra. Essa máscara é usada por homens para cobrir o rosto em um ritual que acontece uma vez por ano em homenagem às anciãs, às mães. Observe bem seus traços e cortes. Tudo é esculpido em um tronco de árvore, sem montagem. Se uma pessoa faz um tipo de arte como essa, não seria fácil fazer uma ferramenta de trabalho como a da imagem abaixo?

continua na próxima página

ETAPA 2 – CONT.

Essa ferramenta de trabalho é uma moenda de cana-de-açúcar, feita e manipulada por africanos escravizados no ciclo econômico do açúcar no Brasil. As máscaras são anteriores à moenda de cana-de-açúcar. Os europeus conheciam muito bem os saberes dos povos africanos e não foi à toa que os trouxeram forçosamente para cá. Técnicas de esculpir em madeira, de plantação em massa, de tirar o minério da terra e fazer o ferro, a matemática, a medicina e outros conhecimentos surgiram no continente africano. Negar essa história e as contribuições dos povos africanos para a formação do Brasil é racismo e violência simbólica.

Após a exposição e o diálogo com os alunos, deverá ser concedido um tempo para que possam pesquisar na internet modelos de máscaras, seus significados, povos de origem e, a partir daí, extrair modelos para a confecção de suas próprias máscaras.

Ao término das atividades, cada um deverá apresentar a máscara que confeccionou, informando de onde partiu a inspiração, a qual povo pertence e qual a sua simbologia.



ETAPA 3 –

Baile das Máscaras

Após a confecção e a apresentação de suas máscaras, os participantes serão orientados a levá-las para casa e trazê-las no dia do Baile de Máscaras, momento que servirá como espaço de interação entre os estudantes. A atividade pode ser realizada em um intervalo estendido em dia letivo ou em data específica agendada pelos proponentes da atividade. Outra dica é animar o baile com o som de músicas africanas, que podem ser pesquisadas e trazidas pelos estudantes.

Prática pedagógica:

Compartilhamento de fotografias

Resumo:

Os alunos recebem uma máquina fotográfica e têm que registrar sua comunidade – onde moram, a caminhada até a escola e suas outras movimentações – com um olhar atento e orientado para identificar os espaços de negritude no território. O material produzido é compartilhado e discutido em grupo a fim de compreender a representação, o lugar e a percepção dos sujeitos negros e a cultura negra no cotidiano, além de fortalecer o sentimento de pertencimento ao território. Para finalizar, os alunos expõem as fotografias nos espaços comuns da escola.

Objetivo:

possibilitar a identificação e o reconhecimento dos espaços de negritude no território.

Atores:

coordenação pedagógica; professores; alunos.

Tempo: dois meses (bimestral)

Condições materiais:

computador; scanner; máquina fotográfica; gravador de voz; mapa.

Habilidades desenvolvidas:

leitura de contexto; percepção sobre a diversidade e as desigualdades no território.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Língua Portuguesa História Artes	Gerais: EMCG1 EMCG3 EMCG4 EMCG7	EM13LGG103 EM13LGG201 EM13LP03 EM13LP06
	Específicas EMCLT3 EMCLT4 EMCLT7 EMCCHA6	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Viabilização da oficina

Em reunião com a equipe da escola, os proponentes devem apresentar o projeto, sua justificativa – reconhecimento da presença negra no território – e solicitar colaboração aos colegas de trabalho – empréstimo de câmeras fotográficas. Podem ser câmeras simples que ajudem os alunos a registrar imagens do cotidiano.

Outro passo importante é firmar parceria com um profissional da área de fotografia para que possa preparar o grupo de estudantes que irão participar do registro territorial. Essa atividade pode estar associada às aulas de Sociologia, História, Artes etc.

O grupo proponente pode selecionar uma turma em específico – que venha enfrentando alguma questão relacionada ao racismo – ou um grupo misto, com alunos de diferentes anos, para desenvolver o trabalho. Essa proposta pode ser uma boa atividade em momentos em que conflitos raciais aparecem como problemática na escola.

ETAPA 2 –

Encontro formativo

Nesse encontro, a equipe deve explorar a percepção que os alunos têm sobre a comunidade e, posteriormente, sobre a presença negra em seu cotidiano. Após escuta ativa do grupo, distribuir as máquinas emprestadas e falar do cuidado necessário com o equipamento dos colegas que se voluntariaram a colaborar com o projeto. O profissional da área de fotografia deve abordar os tipos de imagens que eles podem fazer, a importância dessa linguagem como fonte de registro etc.

O colaborador pode apresentar o trabalho fotográfico usando como exemplo a produção de algum profissional negro, como Walter Firmo, fotógrafo brasileiro que espalhou seus trabalhos pelo mundo e fez importantes registros sobre personalidades negras e cultura afro-brasileira, além de outros tópicos.

- <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/10/20/Walter-Firmo>
- <http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/indice-biografico/lista-de-biografias/biografia/2016/10/17/walter-firmo>

Em seguida, apresentar as atividades a ser desempenhadas:

- refletir sobre os espaços por onde circula em sua comunidade e os elementos que lhe chamam atenção;
- fazer uma caminhada por esses espaços e tentar olhar para elementos que até então lhe eram imperceptíveis;
- tentar perceber sujeitos negros e manifestações de cultura afro-brasileira no território;
- fotografar ao longo dos exercícios anteriores;
- selecionar as imagens que mais lhe chamaram a atenção;
- criar legenda para as imagens;
- compartilhar o resultado do trabalho com o grupo.

continua na próxima página

ETAPA 3 –

Compartilhamento dos registros

Nesse segundo encontro, cada um dos alunos deve compartilhar como foi a realização do trabalho, explorando a visão que tinha antes e depois de realizar esse exercício atento ao território em que vive, apresentar as fotografias selecionadas e justificar a legenda atribuída a elas.

Após a apresentação e a discussão em grupo, os alunos devem dialogar sobre como elaborar uma exposição com todas as imagens produzidas pelos participantes. Essas imagens devem ser dispostas em espaço comum da escola, como pátio, biblioteca, murais, corredores etc.

ETAPA 4 –

Exposição

Todos os professores devem ser convidados a compartilhar a experiência do projeto em sala de aula e estimular que os alunos visitem a exposição fotográfica. Podem solicitar trabalhos associados ao projeto, como redação.

Prática pedagógica:

Diversidade religiosa

Resumo:

A escola convida um profissional especialista em diversidade religiosa e intolerâncias correlatas para ministrar uma oficina para os alunos. Nesse momento, os discentes têm possibilidade de conhecer a diversidade religiosa presente no Brasil e o impacto da intolerância sobre as crenças de grupos historicamente discriminados.

Objetivo:

apresentar conhecimento amplo sobre a diversidade de crenças e o impacto da intolerância religiosa na sociedade brasileira.

Atores:

educadores; alunos; especialista parceiro da escola.

Tempo: duas horas.

Condições materiais:

filmes; livros; computador e projetor ou televisão e aparelho de DVD; matérias de jornal impressas.

Habilidades desenvolvidas:

alteridade; valorização da diversidade religiosa; respeito às diferenças.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Ensino Religioso Língua Portuguesa História	Gerais: EFCG1 EFCG6 EFCG8 ECG10	EF02ER05 EF09ER06 EF15LP19 EF08HI20
	Específicas EFCLP1 EFCH3 EFCEER1 EFCEER5	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Preparação da ação

No Brasil, há diversos casos de crianças e adolescentes que acabam deixando as unidades escolares como consequência da perseguição sofrida por sua escolha religiosa. Mais do que a escola, esse assunto atinge toda a sociedade e tem gerado cada dia mais casos de violência.

A diversidade está presente no ambiente escolar, considerando que a escola pública é uma instituição laica que deve atender todos os cidadãos. As pessoas têm crenças diversas, com a diferença de que umas podem se expressar livremente e outras passam a vida a esconder sua fé com medo de represálias e exclusão.

Dessa forma, mesmo a escola sendo uma instituição laica, conflitos relativos à religião sempre aparecem, e o silêncio dos profissionais da educação pode aumentar seus desdobramentos. Intervenções que levem à reflexão coletiva podem ser a melhor resposta.

Por esse motivo, o grupo proponente deve dialogar com a equipe pedagógica para apresentar a proposta e ao que ela responde – a forma como a problemática da intolerância religiosa vem aparecendo na escola. Com a adesão dos profissionais da unidade, deve preparar a oficina considerando:

1. parceria com especialista sobre a temática para realizar uma oficina que dialogue com a realidade e a linguagem dos alunos;
2. levantamento de casos de intolerância religiosa para sensibilizar a comunidade discente;
3. seleção de curtas/documentários sobre diversidade religiosa e intolerância religiosa;
4. organização do roteiro da oficina, indicando os materiais a ser utilizados;
5. seleção das turmas/anos que irão participar do projeto;
6. preparação de espaço para a realização da oficina, onde as cadeiras sejam dispostas em círculo para que todos possam se ver ao longo do processo formativo.

ETAPA 2 –

Oficina diversidade religiosa

Iniciar a oficina perguntando aos alunos quais são as religiões que eles conhecem. A partir da visão do grupo, o especialista deve explorar a diversidade religiosa existente no Brasil e os fenômenos relacionados a cada uma das religiões que estão presentes em nossos hábitos cotidianos (pular sete ondas; ajoelhar; pedir benção; usar crucifixo; benzer-se; ir à curandeira; fazer simpatias; usar plantas como espada de São Jorge etc.). Ao enfatizar a contribuição de cada uma delas para a formação da sociedade brasileira, pode explorar como o fundamentalismo e a intolerância religiosa se configuram como obstáculo para a liberdade de crença de todas as pessoas e como têm gerado violência, apresentando os casos levantados no planejamento da atividade.

EXEMPLO DE CASO:

Kayllane Campos, de 11 anos, foi apedrejada enquanto caminhava com seu grupo, que acabava de sair de uma cerimônia do candomblé. Estavam vestidos de branco e com turbantes na cabeça, quando dois jovens os agrediram com pedradas enquanto gritavam: “É o diabo, vai para o inferno, Jesus está voltando”.

“Achei que ia morrer. Eu sei que vai ser difícil. Toda vez que fecho o olho eu vejo tudo de novo. Isso vai ser difícil de tirar da memória”, disse a garota em entrevista para o portal G1.

Os casos podem ser distribuídos por grupos de estudantes para que discutam o ocorrido e apresentem suas impressões para todos os participantes. É importante fazê-los relacionar a temática trabalhada com o que vivenciam no cotidiano escolar e em suas comunidades. A equipe pedagógica e o especialista devem organizar uma reflexão final e oferecer esclarecimentos sobre a temática a partir das abordagens dos alunos.

continua na próxima página

ETAPA 2 – CONT.

Conceitos para explorar

- Religião
- Fé
- Alteridade
- Intolerância religiosa
- Racismo religioso
- Sincretismo

Questões orientadoras:

- O que compreendemos do que acabamos de assistir?
- Que relações podemos estabelecer com nosso cotidiano a partir do vídeo que assistimos?
- Quais são as dúvidas e tensões que vocês enfrentam na sala de aula em relação às religiões?
- Por que vocês acham que as religiões de matrizes africanas e ameríndias sofrem mais preconceito?
- Quais são os caminhos possíveis para garantir o direito à liberdade religiosa?

Questões orientadoras

SUGESTÃO DE LEITURA

CAPUTO, Stella Guedes. *Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com crianças de candomblé*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012

SUGESTÃO DE VÍDEOS

Diversidade Religiosa e Direitos Humanos
<https://www.youtube.com/watch?v=g-4mMruWwl8Y>

Racismo Religioso
<https://www.youtube.com/watch?v=nkkRoSyptdY>

Liberdade Religiosa, Intolerância e Racismo
<https://www.youtube.com/watch?v=FRdOLYFFrLQ>

Prática pedagógica:

Estímulo à leitura de livros paradidáticos sobre a temática racial

Resumo:

A equipe pedagógica realiza uma pesquisa de livros literários que abordam a temática étnico-racial, a partir da qual é elaborada uma lista de compras que deve ser viabilizada pela gestão escolar, responsável por criar condições para a aquisição dos livros. Os professores desenvolvem um projeto de leitura dirigida a partir de um tomo existente no acervo construído. A iniciativa busca sensibilizar a comunidade discente, por meio da leitura, sobre um assunto presente e pouco refletido no cotidiano escolar.

Objetivo:

realizar projeto de leitura orientado com publicações que abordam a temática étnico-racial.

Atores:

gestão escolar; professores; alunos.

Tempo: semestral.

Condições materiais:

acervo de livros sobre a temática.

Habilidades desenvolvidas:

leitura; escrita; análise de contexto.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Língua Portuguesa História	Gerais: EFCG1 EFCG3 EFCG6 EFCG7	EF67LP02 EF12LP05 EF08HI19 EF08HI20
	Específicas EFCLP2 EFCLP4 EFCH1 EFCH3	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Pesquisa literária

Os proponentes mobilizam a equipe pedagógica para fazer um levantamento de livros literários que abordam a questão étnico-racial. As sugestões devem ser levadas e discutidas na hora-atividade com todos os professores e a gestão da unidade, momento no qual irão fechar uma lista dos livros a ser trabalhados pela escola no próximo período.

É importante pensar em títulos para os diferentes grupos de idade.

A escola autora desta atividade desenvolveu o projeto literário com os seguintes livros:

Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre.
Quando me descobri Negra, de Bianca Santana.

Outras sugestões:

Fundamental I: *O mundo no Black Power de Tayo*, de Kiusam de Oliveira.

Fundamental II: *Pretinha, eu?*, de Júlio Emílio Braz.
Ensino Médio: *Sobre-Viventes*, de Cidinha da Silva.

ETAPA 2 –

Aquisição dos acervo temático

A gestão escolar tem o papel de pensar estratégias para a aquisição do acervo temático. No caso da escola proponente, houve o fomento de um projeto pelo edital Juventude Negra, do Instituto Unibanco. A unidade pode buscar outros editais de instituições públicas e privadas, realizar festas na escola, solicitar à secretaria de Educação, tentar parceria com as editoras dos livros selecionados etc.

Dependendo do contexto, os próprios alunos podem adquirir seu material de leitura. Se a comunidade estiver habituada ao uso do celular, compartilhar e-books é uma opção.

ETAPA 3 –

Realização do projeto

A leitura dirigida deve compor o repertório de avaliação dos professores envolvidos no projeto. Sugere-se que seja trabalhado um livro por semestre e que as atividades associadas a este levem a comunidade discente a uma reflexão sobre as relações cotidianas na escola e no território.

ETAPA 4 –

Mural

A escola deve disponibilizar um mural para que os alunos compartilhem suas impressões sobre o livro trabalhado ao longo do semestre. Após finalização do projeto, podem ser chamados para leitura e reflexão coletiva.

Prática pedagógica:

Oficina de turbantes – Embarço

Resumo:

Essa é uma oficina teórico-vivencial em que os estudantes aprendem a fazer turbantes, indumentária importante em diversas sociedades africanas e também em muitas comunidades afro-brasileiras. Para tanto, a equipe formadora discute com os estudantes a história dos turbantes, os significados simbólicos e religiosos da peça, bem como temas recentes, como apropriação cultural e intolerância religiosa.

Objetivo:

discutir a estética africana e afro-brasileira por meio dos turbantes, visando a valorização da cultura negra e a desconstrução de estereótipos sobre a população negra.

Condições materiais:

projeto; computador ligado à internet; cartazes com imagens fotográficas; tecidos coloridos.

Atores:

direção; coordenação pedagógica; professores; funcionários; alunos.

Habilidades desenvolvidas:

conhecimento da história e cultura africana e afro-brasileira; olhar crítico sobre estereótipos; autoestima; uso de turbante.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Artes Língua Portuguesa	Gerais: EFCG2 EFCG3 EFCG6 EFCG9	EF15AR25 EF69AR12 EF15LP09 EF69AR02
	Específicas EFCLP3 EFCLP9 EFCA1 EFCA5	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Preparação da oficina

O grupo proponente deve estabelecer parceria com alguma instituição e/ou especialista que atua com estética negra para a realização de uma oficina de turbantes que aborde os seguintes tópicos:

- valorização da cultura negra;
- as técnicas para fazer turbantes;
- desconstrução dos estereótipos.

ETAPA 2–

Acolhimento e apresentação da proposta

Os proponentes da oficina apresentam a proposta, destacando a estética como uma esfera para a construção da identidade e o turbante como um artefato importante em diversas culturas pelo mundo. Após a apresentação, exibir o documentário *Espelho, Espelho meu* para provocar o debate acerca dos impasses envolvidos na representação da estética negra no Brasil e do lugar do racismo.

ETAPA 3–

Discussão: dimensões e percepções da estética afro-brasileira

Discutir os estereótipos acerca dos corpos negros no Brasil e a luta do movimento negro brasileiro e da diáspora africana de valorização da cultura negra. Por fim, apresentar o novo contexto de valorização do cabelo crespo e cacheado, os movimentos de transição capilar e a reconfiguração do mercado de cosméticos com a reivindicação das mulheres negras por reconhecimento da estética negra.

ETAPA 4–

Vivência

Atividade 1 – Os participantes, em duplas, serão estimulados a lembrar e contar a trajetória de vida, os conflitos e tensões no processo de construção de identidade na família, na comunidade e, posteriormente, na formação escolar, tendo o cabelo como fio condutor da memória.

Atividade 2 – No momento seguinte, esses grupos tornam-se uma dupla de trabalho, que tem como tarefa fazer o turbante do/a amigo/a. Após a realização dos turbantes, os proponentes da oficina podem realizar um desfile, montar um mural de fotos e proporcionar um momento para que os participantes compartilhem os sentimentos despertados pela oficina.

Algumas sugestões: contação de histórias com literatura infantil que valoriza os penteados afros (livros: *Betina*, *As tranças de Bintou*, *Entre meio sem babado*, entre outros).

Material de apoio

Pode me chamar de Nadi –

<https://www.youtube.com/watch?v=HNmizIrljQKU>

O lado de cima da cabeça –

<https://www.youtube.com/watch?v=1RFvuA0cu60>

Espelho, Espelho meu –

<https://www.youtube.com/watch?v=44SzV2HSNmQ>

Prática pedagógica:

**Etnomatemática:
a matemática dos
penteados trançados
ou saberes fazeres de
matrizes africanas**

Resumo:

A presente atividade visa dar destaque aos conhecimentos etnomatemáticos utilizados nos penteados e tranças afros ao apresentar o trabalho das trançadeiras como práticas detentoras de saberes e fazeres matemáticos que nem sempre são reconhecidos.

Objetivo:

trabalhar conceitos de matemática, etnomatemática e sua aplicação no cotidiano e na prática das tranças.

Condições materiais:

textos; computador com acesso à internet; projetor; lã e fibra para tranças.

Atores:

equipe pedagógica; funcionários da escola; alunos

Tempo: um dia (turnos matutino e vespertino).

Habilidades desenvolvidas:

cálculo, espaço e proporcionalidade; associação entre conteúdos escolares e prática cotidiana; reconhecimento de saberes tradicionais.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4, 5, 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Artes História Matemática	Gerais: EFCG2 EFCG3 EFCG6 EFCG9	EF01MA1 EF01MA13 EF08HI20 EF69AR14
	Específicas EFCH1 EFCH3 EFCA1 EFCA5	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Planejamento

Elementos importantes de geometria, por exemplo, podem ser ensinados com base nos penteados afros. Os fundamentos da etnomatemática possibilitam uma aproximação dos conhecimentos matemáticos da realidade cotidiana, além de desconstruir falácias ainda presentes no imaginário social de que o conhecimento matemático é um saber ocidental.

Para a elaboração dessa atividade, o grupo proponente pode estabelecer parceria com trançadeiras para a realização da oficina prática e preparar os seguintes tópicos para apresentação:

- história das tranças africanas;
- etnomatemática e cultura africana e afro-brasileira;
- a utilização da geometria e o formatos das tranças.

Sugestões para aprofundamento

Para além da estética: uma abordagem etnomatemática para a cultura de trançar cabelos nos grupos afro-brasileiros, por Luane Bento dos Santos.
<http://revista.seune.edu.br/index.php/op/article/view/281>

Os tecidos de Gana como atividade escolar: uma intervenção etnomatemática para a sala de aula, por Eliane Costa Santos.
<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/11295>

Livro

Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra, por Nilma Lino Gomes (2006).

ETAPA 2 –

Exibição de vídeos

Apresentar a atividade aos estudantes, introduzir conceitos básicos da etnomatemática e apontar a relação com o debate sobre a valorização dos conhecimentos tradicionais. Em seguida, os proponentes exibem os documentários *A história dos cabelos crespos em 60 segundos* e *Simbologia da trança nagô e outros penteados*, com o objetivo de mostrar a importância dos penteados para a cultura africana e afro-brasileira e a relação dessas práticas culturais com o conhecimento matemático.

ETAPA 3 –

A etnomatemática e a lei 10.639/03

No segundo momento, apresentar como a etnomatemática é um caminho importante de conhecimento da cultura africana e afro-brasileira. Abordar a importância de saber observar, identificar e reconhecer grupos não ocidentais como produtores de conhecimento para contar uma nova história da ciência. Para finalizar, apresentar os penteados afros como um elemento da construção da identidade negra.

ETAPA 4 –

Tranças, trançadeiras e a matemática da tradição

A trançadeira convidada compartilha sua experiência profissional: como aprendeu a fazer tranças, como é o dia a dia de trabalho de uma trançadeira, qual a relação das tranças com a cultura afro-brasileira, conhecimentos aplicados no ato de tranças etc. Após a palestra, apresentar fotos de penteados afros e discutir os elementos matemáticos envolvidos nessa expressão da cultura afro-brasileira. Para finalizar, formar duplas para vivenciar a prática das tranças, onde cada um será responsável por fazer um tipo de trança no parceiro.

Prática pedagógica:

Racismo e colorismo

Resumo:

Com o auxílio de um mediador, a escola propõe aos estudantes um espaço de reflexão sobre a construção de uma identidade racial e a relação com a família. Por meio da produção de materiais, como fanzines e vídeos, os estudantes reconstroem o próprio histórico familiar, com destaque a questões como miscigenação, racismo e resgate histórico-cultural. O projeto tem como eixo norteador a recente discussão sobre colorismo, que põe em evidência a especificidade da dinâmica racial brasileira, que tem na cor da pele o principal fator de diferenciação.

Objetivo:

criar espaços de reflexão e debate sobre a construção da identidade racial, família e racismo no Brasil.

Atores:

direção; coordenação pedagógica; professores; funcionários; alunos.

Tempo: dois meses (bimestral).

Condições materiais:

projektor ou TV; sala de exibição de filme; revistas; sala de informática.

Habilidades desenvolvidas:

autoconhecimento; fortalecimento da autoestima; leitura crítica das relações raciais; análise de contexto; produção de conteúdo.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4, 5 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Artes Língua Portuguesa História Sociologia	Gerais: EMCG1 EMCG1 EMCG3 EMCG7	EM13LP42 EM13LGG101 EM13CHS204 EM13CHS401
	Específicas EMCLT2 EMCLT7 EMCCHSA1 EMCCHSA6	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Apresentação do projeto

A equipe pedagógica pode iniciar apresentando os objetivos do projeto e propor uma roda de conversa sobre colorismo e racismo no Brasil. Colorismo é um conceito novo, que aponta para os dilemas que envolvem a miscigenação e a formação de uma identidade racial. Para facilitar a apresentação desse conceito, os mediadores podem exibir o vídeo *Somos todos Humanos*, da artista plástica negra Angélica Daas.

ETAPA 2 –

Como me vejo, como a sociedade não me vê

No segundo momento, a proposta é aprofundar a discussão do colorismo e a representação dos diferentes grupos raciais nas diferentes mídias (revistas, telenovelas, programas infantis etc.). Os estudantes devem realizar uma pesquisa em revistas de diferentes gêneros, visando identificar a presença da população negra. Após discussão coletiva sobre a representação da população negra na mídia e no imaginário social, a proposta é que os alunos construam um fanzine, inspirado no trabalho da artista Angélica Dass, que apresente de maneira mais igualitária os diferentes grupos raciais que compõem a sociedade brasileira.

ETAPA 3 –

Da onde venho, pra onde vou...

A terceira etapa trata da reconstrução do histórico familiar como um processo de reconhecimento da identidade racial e cultural. Utilizando a metodologia de entrevista documental do cineasta Eduardo Coutinho, a proposta é que os estudantes digam seu histórico familiar, que será registrado em vídeo e, ao final, apresentado em formato de um documentário.

Após a formação, a equipe pedagógica da escola pode elaborar atividades de culminância, como a apresentação do documentário para as outras turmas da escola, ou mesmo utilizar o fanzine produzido na oficina como um recurso didático para discutir relações raciais.

Material de apoio

Somos todos Humanos | Angelica Dass | TEDxSao-Paulo.

TEDx de Angelica Dass https://www.youtube.com/watch?v=kcYKRnBW_iw

Últimas Palavras, Eduardo Coutinho, 2015, 1h27m (documentário).

Para uma breve compreensão sobre colorismo ver: <http://blogueirasnegras.org/2015/01/27/colorismo-o-que-e-como-funciona/>

Prática pedagógica:

Teia de conhecimento

Resumo:

A comunidade é convidada a apresentar sua história, costumes, crenças e cotidiano no território para que todos reconheçam como se estabeleceram, quais seus direitos e a importância de estar em determinado espaço. No caso de escola quilombo-la/rural, a mesma pode realizar a atividade dentro do território em interação com outros segmentos da cidade (como ocorreu com a escola autora). Já para escolas em contextos urbanos, pode-se estabelecer parceria com grupos tradicionais da região a fim de dialogar sobre o tema identidade e territorialidade.

Objetivo:

construir, junto à comunidade, uma narrativa sobre sua história e seus costumes a fim de fortalecer o seu reconhecimento, o sentimento de pertencimento dos membros e a continuidade das tradições locais.

Atores:

gestão escolar; professores; alunos; lideranças comunitárias.

Tempo: um bimestre.

Condições materiais:

material de papelaria; computador com acesso à internet; impressora com scanner; gravador de voz; máquina fotográfica; filmadora; sala de reuniões; pátio/auditório.

Habilidades desenvolvidas:

conhecer o território; ter acesso às diferentes histórias locais (especialmente de grupos historicamente discriminados); reconhecer sujeitos e direitos de comunidades tradicionais; valorizar a diversidade.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Geografia História Sociologia	Gerais: EMCG1 EMCG2 EMCG3 EMCG7	EM13CHS101 EM13CHS102 EM13CHS103 EM13CHS201
	Específicas EMCCHA1 EMCCHA3 EMCCHA5 EMCCHA6	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Viabilização das condições materiais

O grupo proponente, em parceria com a gestão escolar, deve garantir o espaço e os materiais necessários para a realização da Teia de Conhecimento. Conforme informado, serão necessários os seguintes itens:

- papelaria (cartolina, sulfite, cola, tesoura, lápis e lápis de cor/giz de cera);
- computador e impressora com scanner;
- máquina fotográfica;
- filmadora;
- gravador de voz;
- espaço amplo, como pátio ou auditório;
- sala de reunião.

ETAPA 2 –

Mobilização e/ou articulação com a comunidade

No caso de escola inserida em comunidade tradicional, o grupo proponente deve mobilizar atores de diferentes segmentos para ir até a escola: idosos, jovens, crianças, lideranças políticas e religiosas, associações, grupos culturais etc. Essas pessoas devem ser convidadas para um encontro de culminância no qual serão compartilhadas informações sobre a comunidade.

Quando a escola não estiver situada em território tradicional e quiser realizar essa atividade, deve procurar uma comunidade existente na cidade e/ou estado e propor uma parceria para que possam conhecer a história e tradições do território.

Todos os convidados devem levar um objeto que represente uma memória sobre o território (uma fotografia, um artefato, um símbolo religioso, um fruto etc.). O objetivo é colocar diferentes gerações e grupos em diálogo para reconhecer a história local e a importância das comunidades tradicionais.

ETAPA 3 –

Fazendo a Teia de Conhecimento

No primeiro encontro, para o qual os grupos foram mobilizados, cada um deve se apresentar falando seu nome, o objeto que trouxe e o que ele representa. Posteriormente, deve-se conduzir um diálogo com pessoas de diferentes gerações sobre a história da comunidade e seus costumes, bem como a forma como vêm mantendo suas tradições hoje. Segue um roteiro de perguntas:

- Quantos anos tem essa comunidade? Como ela surgiu?
- Como ela é conhecida fora do seu espaço (por nome, pelo que produz, por alguma tradição etc.)?
- Como as pessoas vivem? No que elas acreditam? O que elas produzem nesse lugar?
- O que, nesse espaço, seria uma representação do que é a comunidade (uma comida, um monumento, uma paisagem, uma pessoa etc.)?
- Quais são as datas importantes nessa comunidade? O que acontece nesses dias?
- Quais foram os episódios mais marcantes da comunidade (positivos e negativos)?
- Quais são os espaços de convivência coletiva na comunidade? O que se faz neles?
- Por quais motivos pessoas de fora visitam essa comunidade?
- Como essa comunidade se relaciona com os grupos de fora?
- O que existe de registro sobre a comunidade?
- O que os moradores têm feito para a continuidade da sua existência? Existem desafios? Se sim, quais?

O importante é explorar elementos para que as pessoas compreendam como chegaram até ali, sua importância no território, o futuro da comunidade e os desafios que demandam sua atenção.

continua na próxima página

ETAPA 4 -

Registrando o encontro

Os participantes são convidados para um segundo momento, em que devem sistematizar a memória de tudo o que foi trabalhado ao longo do encontro para expor na escola da comunidade ou em espaço externo. Podem desenhar, escrever frases, digitalizar e copiar fotografias etc.

Prática pedagógica:

Oficina de break

Resumo:

A escola realiza parceria com grupo de break existente no território para a realização de oficinas de dança na escola. Nas oficinas, os alunos têm contato com a história do break, praticam a dança e preparam uma batalha a ser realizada em momento de culminância na escola.

Objetivo:

valorizar as práticas de cultura urbana produzidas e protagonizadas por jovens negros e periféricos nos subúrbios do Brasil a fim de construir maior identificação dos alunos com o ambiente escolar.

Atores:

gestão escolar; professores; alunos; dançarinos de break.

Tempo:

um bimestre.

Condições materiais:

sala ou espaço amplo com chão liso; rádio; televisão e aparelho reprodutor de filme.

Habilidades desenvolvidas:

cuidados com o corpo; disciplina; trabalho em grupo; compartilhamento de experiências; noção de espaço; conhecimento sobre a história do hip-hop.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 3, 4 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Artes História	Gerais: EFCG1 EFCG4 EFCG6 EFCG9	EF07HI02 EF69AR31 EF69AR12 EF69AR14
	Específicas EFCH2 EFCH3 EFCA1 EFCA5	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Identificação de parceiros e preparação das atividades

A escola deve pesquisar os grupos de break existentes no território e convidá-los para uma parceria. Como esses grupos geralmente se mobilizam em torno de causas sociais e têm poucas oportunidades de viver da própria prática artística, se a escola tiver condições de direcionar recursos para pagar osicineiros estará fortalecendo sua atuação. No caso da escola proponente, osicineiros foram pagos com dinheiro do projeto financiado pelo edital Juventude Negra. Após identificar os parceiros, a escola deve levantar quais são as condições necessárias para realizar as oficinas e garantir o espaço e os materiais solicitados.

As oficinas devem ser divulgadas para os alunos nos espaços comuns da escola. Se houver número limitado de vagas, fazer um processo de seleção que considere a diversidade existente no ambiente escolar.

ETAPA 2 –

Realização das oficinas

Osicineiros devem apresentar a história do break, seu lugar na formação da cultura hip-hop, como chega à cidade em que a escola está inserida e quais são as formas de praticá-lo. Podem exibir documentários para exemplificar a exposição.

Filmes

The beat street, de Stan Lathan.
<https://vimeo.com/130671233>

Nos tempos da São Bento, de Guilherme Botelho.
<https://www.youtube.com/watch?v=z8FtlypGeVs>

Série *The Get Down*, Netflix.
<https://www.netflix.com/br/title/80025601>

Posteriormente, trabalhar os passos fundamentais da dança: *top rock*, *footwork*, *freeze*, *flair*, *popping*, *locking*, moinho de vento, giro de cabeça etc. Além dos tradicionais, pode abordar aqueles característicos e criados no país e na região.

Quando os alunos estiverem acostumados com os passos da dança, iniciar batalhas em roda durante as oficinas. As batalhas podem ser individuais ou em duplas, e os alunos devem ser estimulados a treinar além do horário dos encontros com os educadores.

Como estímulo a continuidade das rodas de break na escola, osicineiros podem provocar os alunos que desenvolveram as técnicas a ser os futuros educadores das oficinas.

ETAPA 3 –

Culminância

Em espaço comum e momento de encontro dos alunos da escola (intervalo, feiras temáticas, festas etc.), os educadores, em conjunto com a gestão da escola, preparam uma batalha de break para que os alunos possam demonstrar as habilidades que desenvolveram ao longo das oficinas.

Prática pedagógica:

Festival multicultural

Resumo:

Toda a comunidade escolar é mobilizada para a realização de um festival multicultural na unidade, no qual acontecem apresentações de tradições locais, traços da cultura afro-brasileira no território, dança, capoeira, painel de grafite e comidas típicas.

Objetivo:

reunir as expressões de cultura afro-brasileira e popular do território para a promoção e o reconhecimento da diversidade pela comunidade escolar, sensibilizando-a para a valorização das diferenças.

Atores:

gestão escolar; professores; alunos.

Tempo:

dois meses.

Condições materiais:

equipamento de som; músicas típicas; salas de aula; pátio; barracas; fantasias; instrumentos de percussão; cartolinas; papel crepom; tinta branca; latas de spray (cores diversas); alimentos.

Habilidades desenvolvidas:

protagonismo juvenil; reconhecimento da cultura oral; valorização da diversidade; trabalho em equipe; integração da comunidade escolar.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Geografia Artes História Sociologia	Gerais: EMCG1 EMCG3 EMCG5 EMCG7	EM13CHS106 EM13CHS205 EM13LGG102 EM13LP42
	Específicas EMCLT2 EMCLT3 EMCCHSA4 EMCCHSA5	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Apresentação da proposta

A realização do festival multicultural deverá ter como principal estratégia sensibilizar a comunidade escolar para a temática das diversidades.

A gestão escolar, de forma autônoma ou articulada com algum grupo cultural do território, apresenta a proposta para a equipe pedagógica a fim de que as ações preparatórias para o festival estejam articuladas às atividades realizadas em sala de aula.

Com o objetivo de destacar a diversidade presente na formação e no cotidiano atual no Brasil, os professores devem pensar em algum projeto a ser elaborado em suas aulas que será apresentado pelos alunos no momento de culminância, o festival multicultural.

ETAPA 2 –

Preparação do festival multicultural

A escola precisa ter um grupo de trabalho responsável pela organização do grande evento. A equipe pedagógica pode contar com a participação do grêmio estudantil e, na ausência deste, montar esse grupo de trabalho com um representante de cada projeto a ser realizado pelos professores. O grupo de trabalho deve estudar os espaços, organizar o cronograma, preparar os materiais e alimentos, buscar parcerias locais, mobilizar toda a comunidade escolar e registrar as atividades realizadas.

Os docentes devem montar grupos para a realização do projeto. Pode ser estudo e ensaio de danças tradicionais (Educação Física e Artes), pesquisas sobre escritores e exposição de trechos literários (Língua Portuguesa), peça de teatro (Artes), painel de grafite (Artes), pesquisa de pratos típicos a ser compartilhados pelos estudantes no festival (Matemática e Química), treinamento e apresentação de capoeira (Física) etc.

Junto com os alunos, devem preparar as condições necessárias: referências, materiais, músicas, roupas, entre outras.

continua na próxima página

ETAPA 3-

Mobilização da comunidade escolar

Além do estudo e da apresentação dos alunos, a escola pode convidar grupos tradicionais da comunidade para se apresentar no festival (com ou sem participação dos alunos, a depender do tempo de integração).

A comissão deve elaborar o convite e distribuir para a comunidade escolar. Outras estratégias são passar em todas as salas de aula abordando a importância do festival, colar cartazes nos espaços de referência da comunidade e ir às rádios comunitárias e eventos locais para divulgar.

ETAPA 4-

Festival

No dia do festival, é importante evidenciar o protagonismo dos alunos no processo de construção do evento, garantindo espaços para que possam falar sobre a importância dos temas e manifestações culturais que estudaram, ensaiaram e estão apresentando.

As falas, as apresentações e a disposição dos materiais devem possibilitar a identificação dos participantes e sensibilizar a comunidade escolar. A escola pode deixar um mural disponível para que as pessoas registrem as memórias das suas experiências de vida trazidas nas apresentações do festival multicultural.

É importante que as atividades sejam registradas por fotografias, vídeos e relatórios para que façam parte da memória da instituição e possam inspirar sua continuidade e novas ações.

Prática pedagógica:

Jornada pedagógica

Resumo:

Os proponentes organizam uma jornada pedagógica para os profissionais da educação com participação da comunidade. Nesse evento, articulam uma teia de conhecimento entre educadores e comunidade para explorar histórias, costumes e saberes locais.

Objetivo:

formar os profissionais da educação para valorização da diversidade a partir de referenciais do território.

Atores:

técnicos da secretaria de Educação; técnicos da diretoria regional de ensino; professores; comunidade escolar.

Tempo: dois meses.

Condições materiais:

espaço físico; computador; projetor; blocos de notas; canetas; livros para exposição.

Habilidades desenvolvidas:

valorização da diversidade; reconhecimento do território e do saber local; integração escola-comunidade.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
	Gerais: EFCG1 EFCG6 EFCG7 EFCG9	Essa atividade é realizada como formação pedagógica por isso inclui apenas as competências gerais
	Específicas	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Elaborando a proposta

A jornada pedagógica é um evento construído pela equipe educacional e costuma acontecer entre um dia e uma semana para tratar de diversos assuntos relativos à educação. As atividades têm formato de palestras com especialistas, oficinas, rodas de leitura, grupos de trabalho, cine-debate etc. A partir dos assuntos abordados, os participantes apresentam projetos e estabelecem metas para a melhoria de determinados campos educativos. Em muitas escolas, todo o percurso do trabalho é traçado durante a jornada pedagógica.

Para assuntos tão polêmicos e que ainda não têm o espaço necessário nas formações iniciais, como a educação das relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a jornada pedagógica pode ser um espaço para divulgar trabalhos bem-sucedidos, construir consensos e elaborar um programa de ação coletiva que contribua para a efetiva implementação da temática.

Dessa forma, os proponentes devem apresentar a ideia para o grupo da unidade escolar e fundamentar sua importância conforme orientam os marcos legais. Esse momento deve ser convidativo, estimulando que os participantes tragam ideias para a construção da jornada com base em suas experiências em sala de aula, em formações externas e nas referências que tenham na comunidade: quilombo, movimento social negro, curso comunitário, slam de rimas, grupo de rap, capoeira, terreiro, benzedeiros, pastorais etc.

Nesse encontro, no qual a participação e o compromisso da gestão escolar é fundamental, devem pensar datas, formatos e potenciais colaboradores. A escola pode construir a jornada pedagógica em parceria com outras unidades e até mesmo com a Secretaria de Educação, que costuma ter técnicos responsáveis por desenvolver essa temática.

A ideia é que uma jornada pedagógica com esse tema faça com que os participantes percebam que a temática está mais próxima deles do que imaginam e não se configura como um “trabalho a mais”. Em outras palavras, está no saber local e no cotidiano: na forma de conhecer, pensar e agir.

Nesse encontro, é preciso que o grupo proponente se junte a um número maior de pessoas para formar uma comissão responsável pela realização da jornada pedagógica.

ETAPA 2 –

Viabilizar a proposta

A partir do encontro coletivo para apresentar a proposta, o grupo de trabalho irá retirar suas tarefas, como elaborar a programação, solicitar apoio às instâncias superiores, convidar os parceiros da comunidade e os especialistas sobre a temática, preparar os espaços, inscrever as experiências a ser compartilhadas pelos profissionais da educação e atores do território, viabilizar lanche etc.

ETAPA 3 –

Jornada pedagógica

Ao longo da jornada pedagógica, a comissão responsável por sua realização deve garantir que haja espaço de fala e estímulo à participação em todas as atividades da programação, a fim de que o evento estabeleça trocas e reflita de fato as vozes da comunidade escolar. Todas as ações da programação precisam de uma pessoa responsável por registrar os desafios, anseios e propostas trazidos pelos participantes a fim de subsidiar o trabalho da escola e da gestão escolar. Os registros devem ser sistematizados e retomados nas próximas reuniões com a equipe pedagógica.

Prática pedagógica:

Alunos articuladores

Resumo:

A partir de uma parceria com uma organização que atua no combate ao racismo, a escola realiza uma atividade formativa que, como desdobramento, convida os alunos a participar do concurso de redação “A educação como ferramenta de combate ao racismo”. Os vencedores do concurso terão a oportunidade de participar de um processo formativo e visitar espaços sobre a história da resistência negra na região. A partir de então, terão o papel de atuar como articuladores da temática na escola, mobilizando os colegas para oficinas e provocando a comunidade escolar para a mudança de comportamento em relação ao racismo.

Objetivo:

formar alunos articuladores a fim de facilitar o desenvolvimento de ações que promovam mudança de comportamento em relação ao racismo e valorização da diversidade no ambiente escolar.

Atores:

gestão escolar; professores; alunos; movimento social antirracista.

Tempo: um semestre.

Condições materiais:

computador com acesso à internet; sala para projeção de filmes e documentários; salas para realização de oficinas temáticas; livros.

Habilidades desenvolvidas:

leitura crítica; argumentação; mobilização da comunidade escolar; conhecimento sobre relações raciais e história e cultura africana e afro-brasileira; conhecimento de instrumentos normativos de combate ao racismo na educação; valorização da diversidade; reconhecimento da identidade negra.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Língua Portuguesa História Sociologia	Gerais: EMCG4 EMCG7 EMCG8 EMCG10	EM13LGG102 EM13LGG202 EM13CHS502 EM13CHS503
	Específicas EMCLT2 EMCLT5 EMCCHSA3 EMCCHSA6	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Construção de parceria

A escola deve estabelecer parceria com alguma instituição que atua na agenda antirracista na cidade. Pode ser o movimento negro local, o Conselho Municipal da Comunidade Negra, o Fórum de Educação e Diversidade Étnico-Racial, o grupo de capoeira, a casa de cultura etc. Caso não haja possibilidade, pode ser algum ator comprometido com a temática. O objetivo é que o parceiro realize uma atividade formativa de sensibilização sobre o racismo na comunidade escolar, participe do concurso de redação com o tema “A educação como ferramenta de combate ao racismo” e elabore em conjunto com a equipe pedagógica um projeto de capacitação dos discentes selecionados que os instrumentalize para construir ações de superação das desigualdades raciais na escola.

ETAPA 2 –

Atividade formativa

O elemento disparador da conversa pode ser a exibição de um filme ou uma roda de diálogo no pátio na escola. Tanto a escolha do filme como a roda de conversa devem ter como tema central o racismo e devem provocar os alunos a refletir sobre como esse fenômeno está presente no cotidiano escolar. É importante que o filme ou a exposição não sejam longos para que os alunos tenham espaço para falar.

Ao finalizar a atividade, os alunos devem ser convidados a participar do concurso de redação “A educação como ferramenta de combate ao racismo”. Os selecionados – número a depender do tamanho da escola – irão participar de um processo formativo com visitas a diferentes espaços de cultura afro-brasileira e africana da região, receberão livros e terão aulas com especialistas da área.

É importante criar algum mecanismo de incentivo a todos os estudantes, além do interesse no tempo. Os professores de Língua Portuguesa, por exemplo, podem utilizar a participação no concurso de redação no repertório de avaliação.

continua na próxima página

ETAPA 3 –

Concurso de redação

A coordenação pedagógica deve ficar responsável por receber as redações pelo período de uma semana. Após a finalização das inscrições, deve convidar o parceiro e os professores para atuar na seleção dos textos.

Considerando as desigualdades existentes no ambiente escolar, como origem familiar, experiência racializada, condições socioeconômicas etc., é importante que a análise dos trabalhos tome como elementos prioritários o conteúdo, o olhar e a experiência sobre a temática. Questões técnicas são importantes, mas somente elas reforçam as desigualdades e podem acabar excluindo alunos que têm muito para compartilhar sobre o tema.

O concurso terá duas etapas. Na primeira, serão selecionadas trinta redações (pode ser outro número, a critério da escola) e os autores serão convocados para entrevista. Nessa entrevista, os discentes deverão compartilhar suas experiências e opiniões sobre a temática para a instituição parceira e os docentes colaboradores da escola.

A escola deve estabelecer um parâmetro para definir o número de alunos selecionados para atuar como articuladores – um para cada três turmas existentes na unidade, por exemplo. Após seleção, todos os alunos participantes devem ser parabenizados pela contribuição para o debate e os selecionados devem ser convocados para uma reunião.

ETAPA 4 –

Formação dos jovens articuladores

A gestão da escola precisa definir com a instituição parceira o calendário de atividades dos alunos articuladores, os espaços que irão visitar e as questões logísticas.

A autora da atividade realizou encontros semanais durante um semestre, fora do horário de aula. Cada encontro tinha duração de três horas e uma temática diferente, como racismo; desigualdades raciais no Brasil; história da África; inglês etc. Foi realizada uma parceria com um pesquisador para oferecer aulas de inglês como um estímulo a mais aos estudantes, por exemplo.

As atividades de formação devem contemplar as temáticas de educação das relações étnico-raciais e história e cultura africana e afro-brasileira. É preciso proporcionar descobertas e provocar o senso crítico nos alunos articuladores. Todos os encontros devem levar os participantes a refletir sobre o cotidiano escolar e estratégias de intervenção imediata e de longo prazo.

Durante o percurso formativo, eles devem preparar um seminário a ser realizado na escola, quando irão socializar os conhecimentos e experiências vivenciados.

continua na próxima página

ETAPA 5 –

Cotidiano escolar

Com o suporte da gestão, os articuladores têm o papel de alertar os colegas sobre a temática e as situações de racismo presentes no cotidiano escolar e mobilizá-los para as rodas de conversa e oficinas culturais.

Os alunos selecionados são potenciais mobilizadores das ações, contando com o apoio da equipe pedagógica. A gestão deve garantir espaços institucionais da escola para que os articuladores proponham sessões de cine-debate e convidem movimentos sociais e grupos culturais do território para realizar oficinas – de capoeira, trança afro, rap, dança afro etc. O objetivo é que essas atividades ampliem a percepção sobre a problemática do racismo e contribuam para a valorização da identidade negra e a construção de autoestima.

ETAPA 6 –

Seminário dos alunos articuladores

Após o processo de formação, os alunos articuladores devem realizar um seminário na escola sobre o tema “A educação como ferramenta de combate ao racismo”, em que assumem o protagonismo do debate e compartilham experiências sobre os espaços e referências que conheceram ao longo do semestre. Nesse espaço, os alunos podem compartilhar o que vem mudando na escola desde o início do projeto.

Prática pedagógica:

Jovens líderes para equidade racial

Resumo:

A gestão escolar, com o apoio da equipe pedagógica, realiza uma pesquisa sobre desigualdades raciais e produz materiais a ser dispostos na escola para sensibilizar a comunidade discente. Posteriormente, mobiliza os alunos para ações pró-equidade racial e os convida para um processo formativo sobre a temática. A formação prepara o grupo para intervir sobre os efeitos do racismo.

Objetivo:

sensibilizar e formar a comunidade discente para atuar no combate às desigualdades raciais.

Atores:

gestão escolar; professores; técnicos; alunos do Ensino Médio.

Tempo: seis meses.

Condições materiais:

computador com acesso à internet; impressora; sala para formação; projetor ou TV e aparelho de DVD; livros; revistas.

Habilidades desenvolvidas:

pesquisa temática; leitura crítica sobre as desigualdades raciais; conhecimento sobre o impacto do racismo na formação do Brasil; protagonismo juvenil comprometido com as questões étnico-raciais na escola e sociabilidades comunitárias refletidas em seu interior.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4, 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Língua Portuguesa História Sociologia	Gerais: EMCG4 EMCG7 EMCG8 EMCG10	EM13LGG102 EM13LGG202 EM13CHS502 EM13CHS503
	Específicas EMCLT2 EMCLT5 EMCCHSA3 EMCCHSA6	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Pesquisa

A gestão escolar deve realizar uma pesquisa de dados, manchetes e capas de revistas sobre desigualdades raciais. Em conjunto com a equipe pedagógica, busca selecionar dados que indicam o impacto do racismo na garantia de direitos, como trabalho e renda, acesso à educação, moradia, violência etc. A partir do material selecionado, serão preparados cartazes a ser expostos em espaços comuns da escola.

ETAPA 2 –

Sensibilização

Os materiais com os dados que evidenciam as desigualdades raciais devem ser expostos em ambiente comum e frequentados pelos alunos durante uma semana. É importante que tenham destaque no espaço. Nos três primeiros dias, apenas os dados são expostos. A partir do quarto dia, devem ser colocados novos cartazes com o chamado “Você pode mudar esta realidade!”.

ETAPA 3 –

Convocação

Concluída a semana de sensibilização, a gestão deve abrir inscrições e convocar os alunos para um projeto de formação de jovens líderes pró-equidade racial na educação. É importante comunicar a importância e o objetivo do projeto em todo o espaço da escola. Além da colagem de cartazes chamando para a iniciativa, pode-se passar de sala em sala explicando o projeto e convocando os alunos.

Se houver um número de inscritos superior ao que o projeto desenhado pela escola pode atender, pode-se fazer um processo de seleção que considere a diversidade existente na escola: identidade de gênero, identidade étnico-racial, séries etc.

ETAPA 4 –

Formação

A partir dos dados selecionados para a sensibilização da comunidade discente, a gestão deve elaborar em conjunto com os professores e/ou parceiros externos da área que aderiram ao projeto um percurso formativo dos jovens considerando:

- contribuições dos diferentes povos para a formação do Brasil;
- a construção social da identidade e da diferença;
- desigualdades raciais;
- instrumentos de combate ao racismo e intervenção social;
- olhar sobre o território e plano de ação.

É importante estabelecer uma regularidade nos encontros do processo formativo. O objetivo é instrumentalizar os alunos para que estes sejam atores de intervenção.

continua na próxima página

ETAPA 5 –

Planejamento de práticas de enfrentamento às desigualdades raciais

A formação tem como objetivo final a elaboração de um plano de ações práticas para o enfrentamento dos desafios relativos às questões étnico-raciais identificados no território. Esse plano deve ser elaborado pelos alunos a partir de suas experiências e dos conhecimentos construídos ao longo do processo formativo.

Segue um modelo que pode ser implementado:

PROBLEMA	AÇÃO DE INTERVENÇÃO	RECURSOS NECESSÁRIOS	RESPONSÁVEIS		PERÍODO	
			DIRETO	PESSOAS ENVOLVIDAS	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO
Evasão escolar de alunos negros	Articulação com as instituições de garantia de direitos fundamentais do território	Recurso humano para articulação territorial, telefone, computador com acesso à internet, espaço físico para reunião	Diretor Rafael Silva	Aluno X Funcionário X	10/03/2018	10/12/2018

Prática pedagógica:

Espectáculo Lei 10.639/03 e Gestão para Equidade

Resumo:

Com o apoio da equipe pedagógica, os alunos protagonizam uma peça teatral sobre as leis 10.639/03 e 11.645/08, trazendo as problemáticas, riquezas e fraquezas que identificam em suas experiências com a temática. São responsáveis por escrever o roteiro, construir objetos e cenários e realizar apresentações nas escolas do território.

Objetivo:

sensibilizar comunidades escolares sobre a importância da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Atores:

gestão escolar; professores; alunos.

Tempo:

um semestre.

Condições materiais:

computador com acesso à internet para pesquisa; espaço físico para ensaios; espaços para apresentação; roupas e fantasias; materiais de papelaria; câmera fotográfica.

Habilidades desenvolvidas:

conhecimento dos marcos legais e currículo; construção de roteiro; interpretação teatral/artes cênicas; valorização da diversidade.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Artes História	Gerais: EF CG1 EF CG4 EF CG6 EF CG9	EF07HI02 EF69AR31 EF69AR12 EF69AR14
	Específicas EFCH2 EFCH3 EFCA1 EFCA5	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Preparação dos materiais

A equipe proponente deve conhecer e elaborar a apresentação dos materiais que normatizam a educação para as relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nos currículos para a comunidade discente.

Documentos referenciais

- Lei 10.639/03
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana
- Lei 11.645/08
- Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

Além da elaboração do material conceitual, deve apresentar a proposta e mobilizar atores da equipe pedagógica da escola para conseguir materiais que sirvam de suporte para os alunos criarem o cenário necessário para a realização da apresentação teatral.

Caso o profissional da disciplina de Artes da escola não tenha conhecimento de artes cênicas e/ou não possa colaborar, estabelecer parceria com algum grupo de teatro do território que possa orientar a atuação dos estudantes.

Outro passo importante é comunicar a escola sobre o projeto e abrir inscrições para que os alunos possam aderir livremente à iniciativa. Caso o número de inscritos ultrapasse o esperado, a equipe pode fazer entrevistas e uma seleção considerando a diversidade que compõe a comunidade escolar (gênero, grupos de idade, identidade étnico-racial etc.).

ETAPA 2 –

Formação dos alunos e elaboração da peça teatral

Identificar como os alunos veem a implementação da temática na escola com as seguintes perguntas:

1. O que você sabe sobre história e cultura africana, afro-brasileira e indígena?
2. O que a escola ensina sobre essa temática?
3. Como o tema aparece nos materiais didáticos?
4. Como o racismo aparece na escola? Dê exemplos.
5. Qual importância da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena para a valorização da população negra e indígena?

A partir das respostas dos estudantes, montar um painel dividido em aspectos positivos e negativos presentes no diálogo. Esse mural deve ser sistematizado para orientar a elaboração da peça pelos estudantes.

Posteriormente, introduzir os marcos legais que orientam a apresentação da temática, sobretudo as discussões propostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Orientar o grupo que sua percepção inicial, proveniente de como a temática aparece no cotidiano escolar, somada às orientações dos marcos legais, deve pautar a elaboração do roteiro da peça teatral a ser construída.

Com o auxílio do profissional com conhecimento em artes cênicas, os estudantes devem receber orientação sobre elaboração de roteiro e construção de personagens e cenários. O objetivo do grupo deve ser sensibilizar todos os atores da escola para a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08.

continua na próxima página

ETAPA 2 – CONT.

A escola autora da atividade sugere como temas a ser abordados na peça:

- visão de África;
- contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros para a construção do Brasil;
- desigualdades raciais;
- racismo na escola;
- as cotas raciais;
- estética negra e identidade;
- o lugar social da jovem negra e do jovem negro (indicadores sociais de violência em relação a negros e negras);
- gestão escolar promotora da equidade racial.

ETAPA 3

Apresentações no território

A equipe pedagógica, em parceria com os alunos, deve convidar outras instituições de ensino presentes no território para propor a apresentação do espetáculo.

A primeira exibição deve acontecer na escola dos próprios estudantes. Deve-se divulgar o espetáculo nos espaços públicos da comunidade, visando ter um público amplo a ser sensibilizado sobre a temática. Após a peça, o público deve ter um espaço para que possa falar sobre suas impressões da temática trazida pelo grupo – um debate ou até mesmo um mural. Posteriormente, o grupo segue para sensibilizar outras comunidades escolares com a apresentação teatral.

Prática pedagógica:

Pesquisa sobre racismo em livros didáticos

Resumo:

O projeto propõe uma avaliação que estimula a reflexão sobre questões raciais e diversidade nos livros didáticos. Partindo do acervo existente e utilizado pela escola, cada professor deve escolher alguns materiais como referência e apresentar na reunião pedagógica a fim de discutir a implementação da temática. Esses livros serão trabalhados em sala de aula com os alunos para que identifiquem como o racismo aparece em seus materiais didáticos e realizem pesquisa para construir um repertório antirracista dos fenômenos apresentados. Essa atividade dará subsídios para a escola repensar os instrumentos didáticos e paradidáticos utilizados em sala de aula.

Objetivo:

avaliação dos livros didáticos a partir das orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Atores:

gestão escolar; professores; funcionários; alunos.

Tempo: dois meses (bimestral).

Condições materiais:

livros; laboratório de informática com computadores com acesso à internet; material de papelaria.

Habilidades desenvolvidas:

conhecimento aplicado dos marcos legais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena; leitura crítica de livros.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4, 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
História Língua Portuguesa Matemática Sociologia	Gerais: EMCG5 EMCG8 EMCG10 EMCG4	EM13CNT310 EM13MAT102 EM13CHS504 EM13CHS601 EM13LGG301
	Específicas EMCLT2 EMCLT3 EMCMT1 EMCCHSA5	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Apresentação do projeto

A equipe proponente solicita que os professores levem para a próxima reunião alguns dos livros didáticos que estão utilizando em sala de aula. No encontro, apresentam as ações previstas no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana para o eixo material didático e paradidático nas escolas.

Os professores devem ser orientados a trabalhar uma leitura crítica junto aos alunos sobre o racismo nos materiais didáticos utilizados no processo formativo.

ETAPA 2 –

Identificação do racismo nos livros didáticos em sala de aula

É importante lembrar que o racismo não aparece apenas em forma de imagens e estereótipos, mas também na ausência e/ou deturpação de histórias, saberes e contribuições de povos não ocidentais nos diferentes campos de conhecimento – uma forma de manter as hierarquias raciais e negar o lugar de grupos historicamente discriminados como sujeitos que contribuíram para a história da humanidade.

Os alunos devem ter acesso às orientações presentes nos marcos legais para a educação das relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.

A partir desses referenciais, fazem um mergulho nos materiais didáticos visando identificar as presenças e ausências do tema. Os professores devem formar grupos de alunos para que estes reescrevam e/ou incluam sob sua orientação novos repertórios/conteúdos sobre a abordagem da temática que valorizem a diversidade. Essa pesquisa pode levar a comunidade escolar ao encontro de novos referenciais que poderão vir a ser adotados em sala de aula, além de estimular a problematização dos conteúdos presentes nos livros didáticos recebidos de esferas superiores – em alguns casos, sem consulta às equipes pedagógicas das escolas.

continua na próxima página

ETAPA 3

Envio de relatório à Secretaria de Educação

A partir da leitura crítica dos livros, a equipe pedagógica, em parceria com os alunos, pode elaborar um documento com observações sobre conteúdos inadequados e ausentes dos materiais didáticos a ser remetido para a Secretaria de Educação – e outros órgãos superiores responsáveis pelo envio desses materiais – com o objetivo de influenciar a escolha dos livros usados nas escolas.

Assista este vídeo de Ana Paula Xongani, no qual a blogueira problematiza um livro enviado a todas as escolas públicas do município de São Paulo que contém conteúdos explícitos de racismo:

<https://www.youtube.com/watch?v=ONMqIROJ9pl>

ETAPA 4

Exposição Educação Antirracista nos Livros Didáticos

A última etapa do projeto é a exposição com os trabalhos desenvolvidos pelos estudantes em espaços comuns da escola. É um momento importante de socialização da leitura crítica dos materiais, bem como da forma como reescreveram e/ou incluíram os tópicos apresentados.

Prática pedagógica:

Concurso de redação e histórias em quadrinhos

Resumo:

A escola estabelece parceria com instituições do território – lojas; ONGs; órgãos públicos – para obter apoio na aquisição dos prêmios direcionados ao concurso. Lança edital público convocando a comunidade discente para participar do concurso de redação e histórias em quadrinhos. A equipe docente deve abordar a temática na sala de aula como forma de instrumentalizar a produção dos alunos. Forma-se uma comissão com representantes de todos os segmentos da escola, que irá selecionar as redações e a história em quadrinhos premiadas.

Objetivo:

seleção e premiação de redações – uma para cada ano atendido pela escola (ex. 1º ao 9º) – e uma história em quadrinhos que aborde a temática “Orgulho de se afirmar negro”.

Atores:

gestão escolar; professores; alunos.

Tempo: dois meses.

Condições materiais:

computador; impressora; material de papelaria; cartazes.

Habilidades desenvolvidas:

leitura; escrita; conhecimento sobre gêneros textuais; valorização da identidade negra.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Artes Língua Portuguesa História	Gerais: EFCG1 EFCG3 EFCG6 EFCG7	EF69AR31 EF05LP14 EF07HI02 EF06HI16
	Específicas EFCA3 EFCLP3 EFCLP7 EFCH7	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Constituição de parcerias

O grupo proponente apresenta a proposta aos profissionais que atuam na escola com o objetivo de construir parcerias que estimulem e auxiliem a participação dos alunos – por exemplo, na abordagem da temática na sala de aula.

Ao ganhar adeptos para a iniciativa, deve pensar qual premiação seria importante para os alunos do contexto em que a escola está inserida e como conseguir garantir recursos para sua aquisição.

A escola autora inscreveu o projeto no edital do Instituto Unibanco, o que possibilitou recursos para premiar as doze melhores redações (uma de cada ano dos níveis de ensino) com um celular para cada autor e a melhor história em quadrinhos com um tablet.

Centros comerciais do território, editais públicos e de institutos empresariais, ONGs, empresas e outras instituições podem atuar como parceiros para a aquisição dos prêmios.

ETAPA 2 –

Elaboração da chamada pública e formação da comissão julgadora

O grupo proponente deve convocar membros de todos os segmentos da escola (gestão escolar; docentes; grêmios estudantis; conselho escolar; pais etc.) para formar uma comissão representativa que irá elaborar a chamada pública do concurso e compor a comissão julgadora de seleção.

A chamada pública precisa conter os seguintes itens:

- objeto – o que ela pretende realizar;
- tema;
- definição da redação e da história em quadrinhos;
- critérios, local e período para inscrição;
- critérios de análise para a comissão julgadora;
- premiação;
- contato/central de dúvidas.

Após a definição da comissão julgadora e da chamada pública, deve elaborar material de comunicação (cartazes; folders etc.) a ser divulgado na escola.

ETAPA 3 –

Divulgação do concurso

Além de espalhar o material de divulgação pelos espaços comuns da escola, a comissão deve visitar cada uma das salas de aula para falar sobre a importância da temática e convidar os alunos para participar. Os docentes parceiros podem reservar uma ou mais aulas para abordar a temática e incentivar os alunos a enviar suas produções.

continua na próxima página

ETAPA 4 –

Seleção dos materiais

A comissão julgadora deve definir um local de entrega das produções dos alunos e acompanhar diariamente as inscrições. Após o encerramento, conforme a data estabelecida na chamada pública, deve iniciar a seleção dos materiais. Cada redação e cada história em quadrinhos devem ser avaliadas de acordo com os critérios estabelecidos no edital, por até três membros da comissão. As notas devem ser somadas e divididas por três.

Após a finalização do processo, a comissão deve parabenizar todos os participantes, produzir um mural com todas as atividades elaboradas e preparar o evento de premiação.

ETAPA 5 –

Premiação

No dia da premiação, os alunos se reúnem em espaço comum, que pode ser o pátio da escola. Nesse espaço, deve ser exposto o mural com todas as atividades elaboradas misturadas – ganhadoras e não ganhadoras do concurso. A comissão pode convidar um especialista na temática identidade negra para fazer uma oficina/palestra. É importante que seja apontada a potencialidade dos materiais apresentados ao concurso e o envolvimento da comunidade discente. Após valorizar a participação de todos, inicia-se o processo de premiação das redações e da história em quadrinhos. Para que os alunos premiados possam falar sobre suas produções, cada uma delas deve ser projetada para todo o público.

Prática pedagógica:

Entre jovens

Resumo:

A escola aplica uma avaliação diagnóstica para identificar os diferentes graus de proficiência dos alunos em matérias definidas – podem ser aquelas com maior taxa de reprovação. A partir dos resultados, estabelece horários de reforço nos quais os alunos que têm mais facilidade com determinadas disciplinas auxiliam os demais colegas no processo de aprendizagem.

Objetivo:

aumentar o rendimento escolar dos alunos por meio de orientação e troca entre pares.

Atores:

gestão escolar; professores; alunos.

Tempo: contínuo.

Condições materiais:

computador; impressora; livros; sala para reforço escolar.

Habilidades desenvolvidas:

compromisso coletivo; troca de experiências; solidariedade.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Língua Portuguesa Matemática	Gerais: EMCG1 EMCG3 EMCG7 EMCG9	EM13LP01 EM13LP02 EM13MAT101 EM13MAT102
	Específicas EMCLT1 EMCLT2 EMCMT1 EMCMT2	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Avaliação Diagnóstica

A equipe pedagógica seleciona os anos com menores índices de desempenho – ou todos – em algumas disciplinas e aplica a avaliação diagnóstica. Além de levar em consideração os descritores das habilidades e competências previstas para aqueles anos e disciplinas, pode coletar informações individuais no questionário, como escolaridade dos pais, identidade de gênero, raça/cor, renda etc⁹.

As escolas também têm a possibilidade de acessar seus boletins de desempenho individual das avaliações externas, como ANA e Prova Brasil. Consulte os links a seguir:

PROVA Brasil

<http://sistemasprovabrasil.inep.gov.br/provaBrasil-Resultados/>

ANA

<http://ana.inep.gov.br/ANA/view/selecaoAno.seam?cid=34299>

Basta ter o código da escola e selecionar o ano de interesse.

Esses boletins são boas referências porque possibilitam à escola olhar para o seu desempenho geral e identificar o percentual de alunos proficientes em cada nível, com descritores dos níveis pautados nos marcos legais. Esses descritores são parâmetros para entender os direitos de aprendizagem dos alunos para aqueles anos em que as provas são aplicadas.

Você também pode obter informações sobre o território da sua escola na seção Educação em Números, do Observatório de Educação, portal desenvolvido pelo Instituto Unibanco. Acesse no link a seguir:

<https://educacaoemnumeros.observatoriodeeducacao.org.br>

.....

9. Elementos que podem ser utilizados para a análise das desigualdades na garantia da aprendizagem.

ETAPA 2–

Formação de parceria com os alunos

Alguns alunos têm bom desempenho em Português, mas péssimos resultados em Matemática. Por esse motivo, ao identificar as facilidades e dificuldades dos alunos, a equipe pedagógica pode estabelecer parceria para que estes atuem como facilitadores da aprendizagem em horário extra-classe/de reforço nas disciplinas em que têm melhor desempenho e possam frequentar monitoria dada por outros colegas naquelas em que não se saem tão bem. Essa iniciativa cria uma rede de solidariedade e segurança entre a comunidade discente e fortalece o combate às desigualdades na educação.

Para isso, a gestão escolar precisa ter um olhar atento e sensível às desigualdades existentes – especialmente de raça/cor e gênero – e garantir espaço e condições materiais para a realização do reforço escolar entre os alunos, bem como fazer com que a equipe pedagógica auxilie o trabalho dos estudantes que atuarão como monitores.

A escola pode trabalhar com horários fixos semanais até que os resultados esperados sejam alcançados.

Conheça o projeto Jovem de Futuro, iniciativa do Instituto Unibanco que busca melhorar os resultados de aprendizagem dos estudantes do Ensino Médio de escolas públicas:

<http://jovemdefuturo.org.br/>

Prática pedagógica:

Oficina de grafite

Resumo:

Por meio de parceria com grafiteiros do território, a escola passa a disponibilizar oficinas de grafite para os alunos. Durante o processo de desenvolvimento das técnicas, os participantes têm contato com a história e os diferentes estilos do grafite. Para finalizar o projeto, discutem uma temática a ser trabalhada – de preferências afro-brasileira e africana – e realizam uma grafite nos muros disponibilizados pela escola.

Objetivo:

valorizar as práticas de cultura urbana realizadas e protagonizadas por jovens negros e periféricos nos subúrbios do Brasil a fim de construir uma maior identificação dos alunos com o ambiente escolar.

Atores:

gestão escolar; professores; alunos; grafiteiros do território.

Tempo: um bimestre.

Condições materiais:

sala de aula; televisão e aparelho reprodutor de filme; folhas de sulfite; lápis; lápis de cor; latas de spray de diferentes cores; tinta branca; parede disponíveis para intervenção artística na escola.

Habilidades desenvolvidas:

trabalho em equipe; conceituação de obra em murais; técnicas de pintura em parede; domínio dos efeitos das cores; conhecimento sobre a história do hip-hop.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Artes Língua Portuguesa Sociologia	Gerais: EMCG1 EMCG5 EMCG7 EMCG10	EM13CHS102 EM13CHS104 EM13LGG104 EM13LGG201
	Específicas EMCLT1 EMCLT6 EMCCHA5 EMCCHA7	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Garantia das condições materiais

A escola deve constituir parceria com artistas grafiteiros do território para a realização das atividades na unidade. Se possível, garantir recursos para valorizar a atuação desses artistas como educadores.

Ao estabelecer a parceria, deve levantar junto aos grafiteiros quais são os materiais necessários para a realização das oficinas com os alunos. Geralmente, os recursos utilizados para as oficinas de grafite são caros, por isso a escola pode estabelecer uma parceria com uma loja de tintas ou qualquer outro comércio do bairro para conseguir os materiais, realizar uma festa para conseguir os valores etc. Vale usar a criatividade.

As oficinas devem ser divulgadas para os alunos nos espaços comuns da escola. Se houver número limitado de vagas, fazer um processo de seleção que considere a diversidade existente no ambiente escolar.

ETAPA 2 –

Oficinas

Os educadores devem introduzir aos alunos a história do grafite e suas diferentes formas de expressão, qual lugar ocupa na cultura hip-hop e sua importância para o contexto local.

Filmes sugeridos

Apenas um ponto de vista, Grupo OPNI.
<https://www.youtube.com/watch?v=8aU1U3GOv9I>

The beat street, de Stan Lathan.
<https://vimeo.com/130671233>

Série *The Get Down*, Netflix.
<https://www.netflix.com/br/title/80025601>

As oficinas devem ser divididas de acordo com os temas de grafite: projeto; técnicas de utilização do spray; bicos de spray; técnicas de pintura em parede; tipos de grafite: *Wild Style*, *Abstracto*, *Dirty*, *Icons*, *Block Letter*, *Tags*, *Bomber*, 3D etc. Em cada etapa, os alunos devem ter contato com a prática do desenho.

Na finalização do projeto, discutem uma temática a ser trabalhada por meio do grafite na escola. O que esses alunos querem comunicar para a comunidade escolar? A escola autora grafitou lideranças da luta antirracista nas paredes internas da escola. Após a definição da temática, os alunos rascunham em folhas de papel as obras que irão realizar no Dia do Grafite na Escola.

ETAPA 3 –

Grafitagem

Os alunos irão grafitar seus projetos rascunhados nas oficinas nos muros da unidade educacional disponibilizados pela gestão escolar. É importante que seja um espaço visível e de convivência entre os alunos. Após a finalização do projeto, professores de diferentes disciplinas podem realizar uma visita à galeria a céu aberto protagonizada pelos estudantes da escola.

Prática pedagógica:

Sarau

Resumo:

Os docentes, com suporte da gestão escolar, selecionam livros de contos e poesias africanos, afro-brasileiros e de escritores independentes locais para estimular a visibilidade e a participação dos estudantes a partir da aproximação com temas de seu cotidiano.

Objetivo:

mobilizar a comunidade docente para a seleção de produção literária africana, afro-brasileira e local para as disciplinas de Língua-Portuguesa e Literatura a fim de estimular a produção e a participação dos estudantes.

Atores:

gestão escolar; professores; funcionários; alunos.

Tempo: bimestral.

Condições materiais:

espaço físico (pátio, auditório, sala etc.); livros de literatura africana e afro-brasileira; microfone; caixa de som; papel; canetas.

Habilidades desenvolvidas:

leitura; produção literária; escrita; protagonismo juvenil; integração da comunidade escolar; valorização da diversidade; comunicação oral.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Artes Língua Portuguesa Filosofia	Gerais: EMCG1 EMCG5 EMCG7 EMCG10	EM13LGG204 EM13LGG305 EM13CHS103 EM13LGG105
	Específicas EMCLT3 EMCLT6 EMCCHSA5 EMCCHSA6	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Construção de projeto e aquisição de material

Os professores de disciplinas correlatas à Literatura devem elaborar um projeto de estudos de literatura africana e afro-brasileira que tenha como momento de culminância um sarau literário na escola, que fará parte do currículo e da avaliação dos estudantes e será protagonizado por eles.

O livro *Letramentos de reexistência. Poesia, grafite, música, dança: hip-hop*, de Ana Lúcia Silva Souza, ajuda a formar a equipe pedagógica sobre a importância e a potência de trabalhos com essa temática e método.

Para desenvolver o trabalho, é importante conhecer a vasta produção existente nesse campo que servirá como disparadora do trabalho com os alunos. Seguem abaixo algumas sugestões:

- *Punga*, de Elizandra Souza e Akins Kintê.
- *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus.
- *Teoria Geral do Fracasso*, de Hamilton Borges.
- *O Hip Hop está Morto*, de Toni C.
- *Coleção Sambas Escritos*, de Carmem Faustino, Maitê Freitas e Patrícia Vaz.
- *Perifeminas*, da Frente Nacional de Mulheres no Hip-Hop.
- *Álbum Sobrevivendo no Inferno*, do grupo Racionais MC's¹⁰
- *Becos da Memória*, de Conceição Evaristo.
- *Luuanda*, de José Luandino Vieira.
- *O canto dos escravos*, de Paulina Chiziane.

Além das sugestões, a equipe pode pesquisar e adquirir materiais de escritores independentes do território. A gestão escolar deve auxiliar os professores na aquisição de materiais desse gênero para o desenvolvimento do projeto.

.....

10. A partir de 2019 este álbum passa a integrar a literatura obrigatória do vestibular de uma das universidades mais importantes do país, a Unicamp.

ETAPA 2 –

Literatura afro-brasileira, africana e local no currículo

Após desenhar o projeto, os professores devem levar os materiais para a sala de aula, apresentar os autores aos alunos e seu contexto de produção. Podem, também, estimular pesquisas e trabalhos mais aprofundados.

A apresentação de escritores comuns, que saem das periferias e espalham os saberes locais pelo mundo, estimula o interesse literário dos estudantes. A partir das linguagens e gêneros apresentados, os docentes devem provocar os alunos a produzir suas próprias narrativas do cotidiano e apresentá-las no microfone aberto que estará disponível no sarau da escola.

ETAPA 3 –

Sarau da escola

A partir da identificação dos alunos engajados no projeto, a equipe pedagógica deve estimulá-los a assumir o protagonismo e a apresentação do sarau da escola, onde terão espaço para compartilhar suas produções literárias. A participação nos saraus deve compor o repertório de avaliação das disciplinas, sendo uma das estratégias de participação e produção dos alunos.

Prática pedagógica:

Caminhada etnográfica: mapeando a comunidade

Resumo:

Os alunos são estimulados a fazer um mapeamento do território, reconhecer lideranças e/ou grupos e desvendar histórias sobre o desenvolvimento e particularidades da comunidade. A partir da identificação de uma liderança local, contam com o apoio para contatar pessoas, grupos e instituições que conhecem e vivenciaram diferentes momentos da história do bairro. Com eles, irão gravar entrevistas, levantar materiais e fazer registro fotográfico que visam compor um trabalho sobre a diversidade existente na comunidade em que vivem. Os resultados podem ser expostos em programas de rádio, fanzine, jornal, blog, mural etc.

Objetivo:

identificar a história e diversidade do território em que a escola está inserida e contribuir para o reconhecimento e a valorização dessa diversidade que compõe a comunidade.

Atores:

alunos; profissionais da educação; atores/instituições do território.

Tempo: dois meses (bimestral).

Condições materiais:

mapa; caderno de campo; máquina fotográfica; gravador.

Habilidades desenvolvidas:

desenvolvimento das noções de espaço, tempo e sistematização de informações; compreensão da diversidade que compõe o território em que vivem; identificação e valorização do território.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4, 5 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Sociologia Geografia História	Gerais: EMCG1 EMCG5 EMCG7 EMCG10	EM13LGG105 EM13CHS504 EM13CHS601 EM13CHS605
	Específicas EMCCHSA2 EMCCHSA3 EMCCHSA5 EMCCHSA6	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Planejamento do mapeamento

Em reunião pedagógica, o proponente deve apresentar o projeto de mapeamento da comunidade e sua devida importância com o objetivo de agregar um grupo de profissionais que tenham interesse em desenvolver ações com os alunos da escola.

O ideal é que o projeto seja interdisciplinar, podendo orientar ações de disciplinas como Geografia, História, Português e Artes. Essas áreas podem trabalhar em conjunto conhecimentos relativos a espaço geográfico, construção de mapa e marcos da comunidade, manifestações culturais, história oral e escrita.

O grupo de professores pode escolher turmas específicas ou apresentar o projeto e abrir inscrições para livre adesão dos estudantes. De qualquer uma das formas, o projeto deve compor o currículo e o repertório de avaliação.

ETAPA 2 –

Identificação de lideranças

Após a definição do grupo de alunos, a equipe pedagógica deve identificar quais são as principais referências e lideranças da comunidade em que vivem. Os alunos podem levar tarefas para casa a fim de levantar informações com suas famílias e vizinhos.

Exemplo de roteiro

1. Quem já estava aqui quando você chegou?
2. Quem é conhecido(a) por toda a comunidade? Por quê?
3. Quando as pessoas têm um problema, quem elas procuram no bairro (moradores)?
4. Existe um centro comunitário? Onde fica?
5. Quais são os grupos culturais da comunidade (festas, instituições, grupos autônomos, igrejas)?
6. Existe algum time esportivo na comunidade? Qual sua história?
7. Quais são os espaços públicos e coletivos do bairro? Quando surgem? De onde vem seu nome?
8. Existe algum espaço discriminado na comunidade? Por quê?

A partir desse mapeamento prévio, os docentes podem ajudar os alunos a chegar ao nome de lideranças, grupos e instituições importantes. De onde serão escolhidas pessoas da comunidade que irão auxiliar nos próximos passos do trabalho.

O grupo responsável por secretariar o mapeamento deve fazer o contato com as lideranças, instituições e grupos identificados para agendar uma reunião a fim de apresentar o projeto, solicitar apoio voluntário e estabelecer uma agenda para a etnografia monitorada no bairro e a visita aos grupos e instituições.

continua na próxima página

ETAPA 3 –

Definição de tarefas

Após a definição das referências do território (lideranças, instituições e grupos), a equipe pedagógica deve apresentar os papéis existentes em um mapeamento e dividir as tarefas – que podem ser por turmas ou grupos.

Alguns exemplos de atribuições:

- secretaria (lista de entrevistados e contatos);
- roteiro e entrevistas com lideranças/referências;
- registro (fotografia, áudio e vídeo);
- visita às instituições;
- coleta de dados e materiais/arquivos sobre a comunidade;
- produção de conteúdo (textos, vídeos, áudios etc.).

ETAPA 4–

Realização da etnografia na comunidade

A visita etnográfica, previamente combinada com a liderança/referência comunitária, deve ser realizada com todo o grupo de alunos que participam do projeto.

A equipe pedagógica deve orientá-los a ficar atentos aos detalhes dos espaços, aos fatos narrados pelos moradores, aos nomes citados e aos locais indicados. Os participantes devem, a partir desse evento, definir quais serão as pessoas da comunidade que irão entrevistar.

O professor de Português deve solicitar um relato de observação de cada um dos alunos como resultado da atividade.

ETAPA 5–

Entrevistas

O docente responsável pela disciplina de História deve orientar os alunos a elaborar um roteiro de entrevistas a ser agendadas com as personalidades identificadas durante a etnografia.

Sugestão de roteiro

1. Como você chegou a este bairro?
2. Quais são as lembranças marcantes da sua história neste local?
3. Você sabe por que a comunidade tem esse nome?
4. Você sabe a origem do nome da rua onde mora?
5. Você gosta de viver aqui? Por quê?

ETAPA 6–

Apresentação de resultados

Todo o material coletado durante e após a etnografia deverá ser organizado e apresentado à comunidade escolar, com o objetivo de valorizar a história do local onde está instalada. Como forma de expor os resultados, os alunos podem desenhar e personalizar mapas identificando espaços e pessoas, escrever histórias, editar e exibir vídeos e áudios, expor fotografias, elaborar mural etc. Para compor a exposição dos resultados, também podem propor palestras a ser realizadas por moradores. Os estudantes devem aproveitar o momento para fazer um relato à comunidade escolar de como foi a experiência e o que isso acrescentou para seu processo de aprendizado e construção de identidade.

Prática pedagógica:

Central de mídia

Resumo:

São realizados encontros temáticos a fim de mobilizar a comunidade escolar para aderir a um projeto de comunicação local. Esses encontros visam fazer refletir sobre o papel da comunicação como instrumento de intervenção social. A comunidade discente é estimulada a se inscrever no projeto central de mídia, que oferecerá oficinas de jornalismo. A partir de oficinas que contemplam as diferentes linguagens da comunicação, os alunos recebem formação técnica e contextual para a criação da central de mídia. Em cada oficina, produzem materiais que irão compor o instrumento de comunicação escolhido para movimentar a central da escola.

Objetivo:

oferecer as condições e explicitar os artifícios do discurso jornalístico para que os alunos do Ensino Médio possam criar e gerir de forma autônoma e crítica um canal de notícias, tornando-se protagonistas de seu cotidiano.

Atores:

alunos do Ensino Médio.

Tempo:

oito meses.

Condições materiais:

laboratório de informática com computadores conectados à internet; impressora; espaço físico para oficinas; livros; gravador; máquina fotográfica.

Habilidades desenvolvidas:

leitura crítica de contexto; fotografia; escrita; expressão oral; produção editorial; construção de notícias; entrevista; conhecimentos sobre desigualdades de gênero, raça e classe.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4, 5 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Língua Portuguesa Sociologia	Gerais: EMCG5 EMCG8 EMCG10 EMCG4	EM13LGG104 EM13LGG303 EM13CHS103 EM13CHS605
	Específicas EMCCHSA3 EMCCHSA4 EMCLT2 EMCLT7	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Identificação de parceiros

A equipe proponente da construção de uma central de mídia deve identificar atores e grupos com experiência em diferentes linguagens da comunicação social para estabelecer parceria a fim de oferecer oficinas para alunos do Ensino Médio.

Sugestão de campos dos parceiros: fotógrafo (a), escritor (a), redator (a), ator (a), cineasta, comunicador (a) social, locutor (a) de rádio, poeta, coletivos de comunicação etc.

É importante envolver atores com uma história que dialogue com a realidade dos estudantes da escola na qual o projeto será desenvolvido, a fim de inspirá-los na construção do seu projeto de vida.

Cada parceiro irá se comprometer a falar sobre sua trajetória e realizar uma formação com os alunos na área em que atua, estimulando-os a pensar sobre o território do entorno da escola a partir das técnicas apresentadas.

ETAPA 2 –

Roteiro de formação

A partir do objetivo traçado, o grupo deve preparar um pré-roteiro de formação dos alunos que irão aderir ao projeto de construção da central de notícias da escola. Esse roteiro deve contemplar as linguagens dos instrumentos para os quais a escola tem estrutura para trabalhar – fanzine, jornal, rádio, vlog, blog etc.

OBS.: a instituição autora deste projeto, devido à dificuldade de acesso à internet, trabalhou a produção de fanzine com os materiais que os alunos elaboraram sobre a comunidade e a escola.

Se a escola tem laboratório de informática com acesso à internet, a central de notícias pode ter blog, canal do YouTube, ou até mesmo uma rádio que funcione nos horários de intervalo, por exemplo.

Para inspiração, o roteiro de encontros abertos e oficinas de formação preparado pela instituição autora contempla:

- oficina de introdução ao jornalismo: ética no jornalismo e como a mídia faz cobertura temática. A formação teve como foco em gênero, raça e sexualidade e construção de estereótipos;
- oficina de jornalismo: produção editorial de revista, jornal e vídeo;
- oficina de jornalismo: pauta e construção de notícias. Foram apresentadas matérias produzidas sobre a periferia para a compreensão da estrutura de uma notícia e a problematização sobre a forma como a periferia é abordada. Buscou-se estimular a reflexão sobre a comunidade em que vivem;

continua na próxima página

ETAPA 2 – CONT.

- oficina de jornalismo: entrevista. As técnicas de entrevista e ética no respeito à fonte foram exploradas a partir do estímulo à realização da atividade entre os alunos. Em duplas, eles exerceram a escuta ativa entrevistando um ao outro;
- oficina de jornalismo: escuta e narrativa. Foram exploradas técnicas de diálogo, escuta e comunicação não violenta (CNV) a fim de melhorar a interação entre os alunos;
- oficina de jornalismo: foto e vídeo. Os participantes aprenderam técnicas e formas de usar o celular para enquadrar fotos e elaborar vídeos;
- oficina de jornalismo: direitos humanos de jornalismo no Brasil. Nesse tópico, pode-se trabalhar o papel das mídias alternativas para a denúncia de violação de direitos humanos. O grupo trabalhou com temas que afetam a periferia;
- oficina de jornalismo: jogos teatrais. Criação de situações-problema em que os participantes assumem papéis e têm que pensar possíveis soluções. O grupo trabalhou com situações de machismo e o papel do feminismo;
- oficina de jornalismo: produção de texto I e II. Foram trabalhadas técnicas de redação, produção de texto e hipertexto com a autora de um livro que foi entregue previamente aos alunos.

A equipe deve apresentar o projeto para todo o corpo pedagógico a fim de que todos participem e estimulem a adesão dos alunos. É preciso definir, conforme a realidade da escola, se as atividades serão realizadas dentro da grade curricular ou no contraturno e se comporão o repertório de avaliação.

ETAPA 3 –

Mobilização da Comunidade Escolar

Para divulgar o projeto à comunidade discente e compor o grupo de alunos que irão aderir ao processo formativo para a construção da central de mídia, devem ser realizados encontros abertos no turno com maior adesão da unidade. Para esses encontros devem ser convidados atores estratégicos na área de comunicação, que irão abordar suas experiências e temáticas específicas. Todas as exposições devem acontecer em lugar comum da escola e ser seguidas de debate aberto com os alunos.

A instituição autora realizou quatro encontros abertos, expostos a seguir como sugestão:

1º Encontro

Apresentação do projeto seguida de exibição de documentário com debate. O documentário tem relação com a realidade vivida por jovens no território: violência e racismo. Podem ser escolhidos temas diversos que se relacionem com o contexto de atuação. Se houver um filme produzido por cineasta e/ou coletivo de comunicação da cidade/estado que dialogue com a realidade do território, um bom desafio é levá-lo para que a comunidade escolar tenha contato com o/s responsável/eis pela obra e seja estimulada.

2º Encontro

Apresentação de uma linha do tempo sobre as mídias e tecnologias de comunicação/informação, a fim de despertar curiosidade para a produção nos dias atuais. É importante que os alunos compreendam como as mídias tecnológicas mudaram ao longo dos anos e como elas têm reflexos no cotidiano das pessoas. A equipe pode convidar um profissional da comunicação que passou por diferentes fases dessa linha do tempo e tem uma carreira consolidada.

ETAPA 3 – CONT.

3º Encontro

Grupos/coletivos de mídias alternativas – especialmente das periferias – são convidados para falar à comunidade discente sobre como criar mídias independentes e o papel desses instrumentos nos territórios. Nesse encontro, a instituição proponente solicitou que esses grupos abordassem, além de sua atuação, os temas de parcialidade na mídia e vozes de grupos historicamente discriminados – como a produção de mulheres jornalistas. O público é estimulado a criar blogs, páginas e notícias, sendo autores de si próprios.

4º Encontro

Debate sobre a representação das periferias no jornalismo, com destaque para a invisibilidade das potências, articulações e criações desses locais. É importante que os alunos compreendam o papel da comunicação na construção de imagens e estereótipos sobre os territórios marginalizados e a importância de assumirem a autoria de suas comunidades para veicular suas potências. Para esse encontro, é importante convidar jornalistas das periferias.

Após a finalização dos encontros, a equipe deve divulgar o percurso formativo e abrir inscrições para o projeto central de mídia. Se necessário, deve fazer a seleção dos alunos inscritos considerando sua diversidade: idade, série, gênero, raça etc.

ETAPA 4–

Formação e produção de conteúdo sobre a comunidade

A formação deve ter um espaço fixo garantido pela gestão escolar, mas os participantes podem vir a ocupar outros espaços pontualmente – como biblioteca, sala de vídeo, laboratório de informática, quadra etc. – e fazer incursões com os oficinas pelos território.

Os encontros devem acontecer com periodicidade regular, sendo o calendário apresentado no primeiro encontro. Caso ocorram dentro da grade horária, os horários podem ser intercalados a fim de não ocupar apenas a janela da mesma disciplina.

Cada encontro, pautado em uma linguagem da comunicação (escrita, fotografia, vídeo, entrevista etc.), deve estimular os jovens a ser autores de si próprios, produzindo conteúdos sobre suas comunidades.

Os oficinas convidados, ao apresentar as habilidades de suas áreas, devem deixar um desafio como tarefa a ser produzida pelos discentes. Por exemplo: fotografar espaços e pessoas importantes da comunidade, escrever a história da escola de samba ou da pastelaria tradicional do bairro, entrevistar lideranças comunitárias etc.

O percurso formativo pode ser alterado conforme as necessidades dos alunos. Dessa forma, novos convidados e temáticas podem ser incluídos no repertório de oficinas.

Os alunos precisam ser estimulados a assumir o protagonismo da central de mídia de forma que tenham um planejamento estratégico para sua continuidade autônoma após a finalização do processo formativo. Eles devem ser multiplicadores da metodologia das linguagens entre seus pares, que virão a compor o projeto contínuo de comunicação da escola.

continua na próxima página

ETAPA 5-

Difusão

Todos os materiais produzidos pelos alunos devem ser organizados e difundidos a partir do instrumento escolhido: blog, canal do YouTube, jornal, fanzine, rádio etc. Podem ser utilizados mais de um desses instrumentos, a depender a estrutura a ser oferecida pela escola.

Caso optem por um meio de comunicação para o qual a escola não tenha estrutura, podem ser estimulados a realizar uma campanha para levantar recursos para a compra de equipamentos.

Prática pedagógica:

Resgate de alunos evadidos

Resumo:

A gestão escolar estabelece uma parceria com a rede de proteção e garantia de direitos presente no território da escola: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), conselho tutelar, Saúde da Família, Secretaria de Educação, ONGs etc. Esse grupo realiza reuniões periódicas para tratar de cada um dos casos de alunos evadidos, tendo como objetivo seu retorno à escola e a garantia de outros direitos fundamentais, quando necessário.

Objetivo:

garantir o direito à educação de alunos evadidos por meio de ação articulada com a rede de proteção que atua no território da escola.

Atores:

gestão escolar; rede de proteção; alunos.

Tempo: contínuo.

Condições materiais:

sala de reunião com rede de proteção; telefone.

Habilidades desenvolvidas:

articulação territorial; operacionalização dos direitos fundamentais; parcerias.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Essa atividade é realizada como formação pedagógica por isso inclui apenas as competência gerais	Gerais: EMCG5 EMCG8 EMCG10 EMCG4	Essa atividade é realizada como formação pedagógica por isso inclui apenas as competência gerais
	Específicas	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Fazendo a rede de proteção funcionar

Rede de proteção é a atuação conjunta das instituições existentes no território para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Considerando que cada uma delas é responsável por um direito, e que um está relacionado ao outro, o trabalho em rede fortalece a garantia dos direitos fundamentais em sua integralidade.

A educação brasileira enfrenta um desafio em relação à evasão escolar, que atinge, majoritariamente, meninos negros. Como consequência, esse é o segmento mais atingido pela violência no país. A escola é um espaço importante para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, mas sozinha ela não consegue resolver toda a problemática presente por trás de cada trajetória. Por isso, se articulada com assistência social, saúde, diretoria regional de ensino, associação de moradores, conselho tutelar e outros grupos presentes no território, seu papel social será mais efetivo. Muitos casos de evasão e violência encontram na trajetória das vítimas a ausência de algum direito fundamental; por isso, a atuação convergente das instituições garantidoras de direitos contribui para a melhora dos indicadores sociais.

Dessa forma, a escola deve articular uma reunião com as instituições do seu entorno, apresentar a problemática e convidá-las para uma atuação parceira. A partir desse momento, estabelece uma agenda periódica de reuniões a fim de garantir um acompanhamento contínuo de seus alunos.

ETAPA 2 –

Intervenção em casos de evasão

As instituições parceiras, especialmente o CRAS e o conselho tutelar, devem buscar dados sobre o aluno evadido, realizar visita domiciliar a fim de compreender a problemática em torno do abandono escolar, identificar riscos sociais e afetivos, apresentar as políticas públicas disponíveis e garantir seu retorno à escola.

ETAPA 3 –

Acompanhamento dos alunos

A gestão escolar, a partir de uma reunião diagnóstica com a rede de proteção, deve apresentar a situação dos alunos evadidos para a equipe docente e elaborar um plano de acompanhamento para evitar a reincidência do abandono escolar.

Sugestão de leitura:

A escola e a rede de proteção de crianças e adolescentes, de Ana Lúcia Ferreira.

<http://books.scielo.org/id/szv5t/pdf/assis-9788575413302-10.pdf>

Prática pedagógica:

Redesenho curricular

Resumo:

A atividade consiste na sensibilização dos educadores para a importância do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, na capacitação desses profissionais para a implementação da Lei 10.639/03 de forma interdisciplinar na instituição de ensino e na mobilização da comunidade escolar para a importância da temática.

Objetivo:

propor um ciclo formativo com o corpo docente, visando a efetiva implementação da Lei 10.639/03 por meio de atividades educativas e culturais que busquem evidenciar e valorizar a ascendência africana dos estudantes.

Atores:

direção; coordenação pedagógica; professores; funcionários; alunos.

Tempo: um ano.

Condições materiais:

livros; revistas; computador; datashow; filmes e documentários que abordam a história e a contribuição dos povos africanos para a humanidade nas diversas áreas do conhecimento.

Habilidades desenvolvidas:

conhecimento sobre história e cultura africana e afro-brasileira; leitura crítica sobre as relações étnico-raciais no Brasil; conhecimento sobre a legislação que torna obrigatório o ensino para as relações étnico-raciais; elaboração de propostas pedagógicas.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
História Língua Portuguesa Matemática Sociologia	Gerais: EMCG5 EMCG8 EMCG10 EMCG4	EM13CNT310 EM13MAT102 EM13CHS504 EM13CHS601 EM13LGG301
	Específicas EMCLT2 EMCLT3 EMCMT1 EMCCHSA5	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Redesenho curricular

Esta etapa deverá ser realizada durante a semana pedagógica, com a participação de todo o corpo técnico da instituição – gestores (as), coordenadores (as), professores (as) –, para conhecimento. A proposta é incluir a temática nas diferentes disciplinas, visando a efetivação da Lei 10.639/03 e atentando para a questão da interdisciplinaridade. Nesse momento, cada docente se compromete em propor uma atividade para o ano letivo que aborde a educação das relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.

ETAPA 2 –

Construção de propostas para o ano letivo

Na segunda etapa, os professores apresentam atividades a ser trabalhadas ao longo do ano letivo. O desafio do grupo proponente do projeto é construir uma coerência pedagógica entre as atividades e desenhar um percurso formativo viável. Nesse momento, é importante realizar um debate sobre a interdisciplinaridade e a implementação da Lei 10.639/03 para que as questões relativas à história e cultura africana e afro-brasileira não fiquem restritas somente às disciplinas de História e Artes.

Sugestão de leitura:

Gênios da Humanidade: Ciência, Tecnologia e Inovação Africana e Afrodescendente, de Carlos Eduardo Dias Machado.

ETAPA 3 –

Atividade de sensibilização da comunidade escolar (palestra)

A terceira e última etapa do projeto envolve a realização de uma palestra com especialista em relações raciais e educação direcionada a toda comunidade escolar (professores, coordenadores, funcionários e estudantes). A palestra deve trazer informações sobre a história educacional da população negra no país, a participação do movimento negro na luta pela educação, o histórico de construção da Lei 10.639/03 e os desafios e potencialidades dessa lei para a transformação da educação brasileira.

Nesse momento de reflexão, é importante que os proponentes apresentem o projeto para a comunidade escolar, indicando os objetivos, as atividades e os profissionais envolvidos e abrindo, ao final, uma discussão ampla e participativa sobre o projeto de redesenho curricular.

Prática pedagógica:

Etnociências e a farmácia viva: as plantas medicinais

Resumo:

Os alunos fazem o levantamento e a sistematização de saberes locais, com recorte específico nas plantas medicinais utilizadas no dia a dia da comunidade. A partir da pesquisa, elaboram um catálogo das mudas identificadas e realizam a plantação no território da escola.

Objetivo:

introduzir os alunos no campo da etnociência por meio de pesquisa e reconhecimento dos saberes tradicionais utilizados no cotidiano e presentes na comunidade estudada; e articular saberes e práticas locais ao currículo e ao cotidiano escolar como forma de valorizar conhecimentos, culturas e a história africana e afro-brasileira.

Atores:

gestão escolar; professores; alunos.

Tempo:

um bimestre.

Condições materiais:

livros; computador com acesso à internet; gravador de voz; plantas; terra.

Habilidades desenvolvidas:

relação do conhecimento cotidiano com o conhecimento científico; reconhecimento dos saberes tradicionais; valorização da contribuição de diferentes povos para o desenvolvimento da humanidade; deslocamento de povos não ocidentais do lugar de objetos para o lugar de sujeitos produtores de conhecimento.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Biologia História Sociologia	Gerais: EMCG1 EMCG3 EMCG4 EMCG7	EM13CHS606 EM13CNT309 EM13CHS601 EM13CHS605
	Específicas EMCCNT1 EMCCNT2 EMCCHSA2 EMCCHSA6	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Preparação do projeto

O grupo proponente (professores de Ciências, Biologia, Geografia; História etc.) deve estudar o conceito de etnociência e seus métodos de identificação. A partir dessa etapa, elaborar uma oficina de sensibilização a ser realizada com a comunidade escolar.

A escola autora trabalhou com as seguintes referências:

- *Tecnologia Africana na Formação Brasileira*, de Henrique Cunha Junior.
- *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola*, do Ministério da Educação.

A oficina de sensibilização deve buscar explorar os saberes tradicionais para a resolução de problemas locais, como métodos para cura de doenças, plantação, formação de redes etc.

ETAPA 2 –

Oficina de sensibilização

Nesse encontro, o grupo de educadores deve, antes de apresentar qualquer conceito, levantar os saberes tradicionais que os alunos identificam em seu cotidiano, tendo como referência o cuidado com a natureza, a produção de itens de subsistência, a habilidade com o couro, a produção de artesanato, o cultivo de plantas medicinais, a prática das rezadeiras/benzedeiras etc. Cada um deve levar como atividade para casa um roteiro de pesquisa sobre formas de cura, cuidado e criação de coisas que seus familiares herdaram de pessoas mais velhas da família e/ou comunidade. No dia da oficina, cada um deve se apresentar e contar o que identificou ao realizar a tarefa de casa. Enquanto apresentam, os mediadores devem sistematizar em quadros os diferentes campos de conhecimento apresentados.

Posteriormente, abordar como todas as formas de conhecimento são construídas a partir das experiências e que muitas coisas que chegam hoje a nós como produto final – por exemplo, comprimidos – se nutrem dos saberes locais e tradicionais de diferentes povos. É importante que compreendam que há uma diversidade de culturas e práticas que contribuíram para o desenvolvimento da humanidade. Após explorar as histórias e ideias trazidas pelos alunos, o grupo deve convidá-los a fazer uma pesquisa sobre plantas medicinais na comunidade. Essa pesquisa terá como ponto de partida algumas tradições apresentadas por eles, as quais devem ser definidas nesse mesmo encontro. A partir delas, encontrarão vários outros saberes.

continua na próxima página

ETAPA 3 -

Pesquisa, catalogação e plantio das mudas na escola

A equipe pedagógica deve acompanhar os estudantes na realização da pesquisa no território. Eles devem dialogar com atores estratégicos detentores e cultivadores dos saberes identificados. Esse diálogo deve levantar informações sobre como são vistos na comunidade, o que têm feito para passar os saberes e o que cada planta representa (efeitos) para a elaboração do catálogo.

Essa etapa está organizada em três atividades:

- 1ª) levantamento dos tipos de muda;
- 2ª) plantio das mudas;
- 3ª) distribuição das mudas para a comunidade.

A ideia, além de ampliar o campo de conhecimento, é realizar a integração da comunidade com o projeto.

Prática pedagógica:

Indicadores de desenvolvimento

Resumo:

Realizar levantamento de histórico, dados e percepções da instituição e de seus atores para auxiliar o trabalho cotidiano de administração, implementação de projetos, monitoramento e avaliação da escola.

Objetivo:

produzir mapa de gestão escolar para a promoção da equidade racial.

Atores:

Secretaria de Educação; secretaria da escola; gestão escolar; docentes; alunos; famílias.

Tempo: contínuo.

Condições materiais:

equipe; sala de reunião; computador; impressora; papel.

Habilidades desenvolvidas:

sistematização; pesquisa de dados; escuta ativa; integração da comunidade escolar; metas de equalização.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Língua Portuguesa História Sociologia	Gerais: EMCG4 EMCG7 EMCG8 EMCG10	EM13LGG102 EM13LGG202 EM13CHS502 EM13CHS503
	Específicas EMCLT2 EMCLT5 EMCCHSA3 EMCCHSA6	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Mapeando as fontes

A gestão escolar deve montar uma comissão com representantes de todos os segmentos (alunos, familiares, funcionários, professores, coordenação etc.) para mapear as fontes de informações internas e externas que podem auxiliar a escola a conhecer melhor os efeitos do seu trabalho no território e elaborar um plano de trabalho para a organização desses dados.

Exemplo de fontes:

- Comunidade escolar: equipe pedagógica, funcionários da escola, alunos, familiares.
- Instituições do entorno: movimentos sociais, ONGs, associação de moradores.
- Instâncias superiores: diretoria de ensino, Secretaria de Educação, institutos de pesquisa e avaliações externas, secretarias de promoção da equidade.

Junto às fontes internas e instituições externas deve buscar e organizar as seguintes informações:

1) Dados da instituição

- Ano de fundação
- Histórico Institucional
- Infraestrutura/acessibilidade
- Código INEP

2) Estrutura, recursos e espaços de escuta

- Equipe; estrutura física/equipamentos
- Formação geral e específica na área
- Iniciativas/suporte
- Perfil de investimento; democratização das decisões
- Análise discursiva sobre a questão em eventos formais

- Análise discursiva sobre a questão em documentos oficiais
- Análise de resolução de conflitos étnico-raciais
- Relatórios pedagógicos produzidos pela escola
- Disciplinas ofertadas/quadro de ofertas
- Matrículas por série: raça/cor, gênero, perfil socioeconômico
- Ideb
- Indicador de fluxo
- Rendimento médio: série, disciplina, turno, recorte de raça/cor e gênero
- Frequência/evasão (alunos): série, disciplina, turno e recorte de gênero; frequência (professores)

Para a comunidade escolar, deve elaborar um plano de escuta que possa captar os seguintes temas:

1. Individual

- Percepção e ocupação dos espaços de poder
- Percepção da capacidade de iniciativa
- Capacidade de mobilização de redes e parceiros
- Proposição de projetos de futuro
- Percepção de autoconfiança em seus pares, comunidade, membros de uma causa comum

2. Comunidade

- Perspectiva sobre jovem
- Expectativa social: vigente > alteração
- Reconhecimento da capacidade de iniciativa
- Inserção nos espaços e reconhecimento da capacidade de liderança
- Inserção dos jovens nos espaços de poder

3. Família

- Nível de confiança e responsabilidade
- Compromisso do jovem em atividades diversas
- Percepção de autogestão
- Capacidade de iniciativa

continua na próxima página

ETAPA 1 - CONT.

4. Professores e funcionários da escola

- Percepção da capacidade de iniciativa
- Percepção de nível de responsabilidade
- Análise de produção discursiva

5. Incidência pública:

- Influência na criação de leis e decretos
- Influência na criação e proposição de políticas públicas
- Participação nos espaços e instituições de controle social
- Controle de representantes políticos

6. Alunos negros (pretos e pardos) – dados obtidos por meio de questionário dirigido

- Autodeclaração de raça/cor (alunos, funcionários, professores e outros atores da unidade, a partir das categorias do IBGE: asiático, branco, indígena, pardo e preto)
- Consciência étnica > trânsito operacionalização > pertença cultural
- Domínio do arcabouço da cultura afro-brasileira
- Percepção de identificação social
- Participação nos espaços auto-organizados e movimentos sociais ligados à comunidade afro
- Percepção crítica da ocupação negra nos espaços de poder
- Controle de representantes políticos

7. Comunidade escolar negra – dados obtidos por meio de questionário dirigido

- Análise de discurso sobre a instituição escolar e gestão
- Participação nos espaços deliberativos e de resolução de conflitos
- Dados externos: saúde da população negra local (doenças, atendimentos, drogas e álcool, DST-aids)
- Emprego e renda
- Programas assistenciais
- Segurança (violência)
- Habitação

8. Comunidade Quilombola (se houver) – dados obtidos por meio de questionário dirigido

- Percepção comunitária (análise discursiva)
- Compreensão das particularidades
- Relações construídas com comunidade
- Auto-organização
- Participação nas atividades da comunidade escolar

ETAPA 2-

Plano de trabalho

Após o desenho das instituições e atores, a comissão deve preparar um plano de trabalho para levantar as informações e elaborar uma apresentação dos resultados para a comunidade escolar.

1ª Etapa - Planejar a coleta de informações

LEVANTAMENTO	RESPONSÁVEIS	PERÍODO
Dados da instituição	Secretaria, gestão	Fevereiro-março
Comunidade escolar negra	Gestão, professores de Geografia e Matemática	Fevereiro-abril
Percepção do espaço pela comunidade	Conselho escolar, grêmio estudantil, gestão	Maió-junho

2ª Etapa - Organizar as informações coletadas

A partir do diagnóstico geral, a unidade pode apresentar as problemáticas reveladas e os potenciais do território para a construção de soluções.

Contexto:

TEMA	DIAGNÓSTICO	PROBLEMA A SER ENFRENTADO
Comunidade escolar negra	Este segmento apresenta maior número de evasão escolar a partir do 5º ano do Ensino Fundamental	Trabalho infantil e acesso aos direitos fundamentais (como a escola se articula junto à rede de proteção)

Potenciais

TESOURO (PESSOAS, ORGANIZAÇÕES, PROJETOS)	ACÚMULOS	POTENCIAS	O QUE PODE TRAZER PARA O NOSSO PROJETO
Associação comunitária do bairro	Atua no combate à violência no território	Trabalho articulado com a família	Pode atender os alunos evadidos e ajudar a mantê-los na escola

continua na próxima página

ETAPA 3

Planejar e agir

A comissão deve preparar uma apresentação com a fotografia dos dados coletados sobre a escola no que se refere a fluxo, desempenho e desigualdades, considerando as possíveis disparidades de gênero e raça, além das problemáticas que envolvem estrutura, incidência, avaliações externas, avaliações internas etc. Para facilitar a apresentação, pode elaborar painéis a ser expostos na escola. A partir da apresentação, a comunidade escolar deve ser convidada a construir colaborativamente um plano de trabalho para a superação dos desafios apresentados pelos dados do diagnóstico.

DIAGNÓSTICO (DADO REVELADO PELO MAPEAMENTO)	AÇÃO DE INTERVENÇÃO	RECURSOS NECESSÁRIOS	PARCEIROS	RESPONSÁVEIS		PERÍODO	
				Diretos	Indiretos	Início	Término

Prática pedagógica:

Criação de GT para monitorar e avaliar o programa e ampliar o modelo de gestão escolar para as relações étnico-raciais

Resumo:

A unidade escolar consolida um grupo de diversos atores que têm como papel monitorar e avaliar as ações da gestão escolar para a promoção da equidade racial, tendo como foco central a garantia do direito à educação de todas as pessoas.

Objetivo:

mobilizar, sensibilizar e promover a equipe gestora para a execução das leis 10.639/03 e 11.645/08 no âmbito escolar e criar mecanismos de percepção e resolução de conflitos étnico-raciais no desenvolvimento da prática pedagógica.

Atores:

gestão escolar; professores; funcionários; alunos; conselho; comunidade escolar.

Tempo: contínuo.

Condições materiais:

espaço para reuniões; computador; impressora; papel.

Habilidades desenvolvidas:

gestão escolar para a equidade; controle social; participação.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Língua Portuguesa História Sociologia	Gerais: EMCG4 EMCG5 EMCG8 EMCG10	EM13LGG102 EM13LGG202 EM13CHS502 EM13CHS503
	Específicas EMCLT2 EMCLT5 EMCCHSA3 EMCCHSA6	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Chamada para a composição do GT Gestão Escolar para Equidade Racial

Atores de todos os segmentos da escola devem ser convocados para uma reunião, que terá como objetivo construir um grupo de trabalho (GT) responsável por incidir nas decisões e nos projetos da gestão escolar para promover a equidade racial na escola. Essa reunião pode ser conduzida pelo conselho da escola, pelo grêmio estudantil, pela APM etc. Além de elaborar recomendações e fazer a interlocução com a gestão escolar sobre as problemáticas que envolvem a educação das relações étnico-raciais, o GT deve monitorar e avaliar as ações tomadas por diretores e coordenadores pedagógicos para fortalecer a temática e superar as desigualdades educacionais. Para engajar o grupo, os responsáveis pela convocação da reunião podem fazer a dinâmica “Que participação é essa?”, do guia *A Construção e Revisão Participativas dos Planos de Educação*, da coleção *De Olho nos Planos*.

Divida os presentes em cinco grupos e distribua tarjetas com os tipos de participação:

- **“A participação figurativa** – A partir dela, os processos participativos acontecem, é estimulada a mobilização da sociedade, acontecem eventos e atividades, mas pouco ou nenhuma atenção é dada às propostas e aos resultados dos processos. Tal participação pouco ou nada impacta o processo de tomada de decisão das metas e de outras ações, mas é exibida como grande fato político.”
- **“A participação controlada** – A preocupação aqui reside em controlar ao máximo a escolha de quem pode participar e os conteúdos que podem ser abordados no processo participativo, incidindo explícita ou implicitamente para excluir grupos ou pessoas ou coletivos que possam trazer críticas ou expor divergências

que ‘atrapalhem o bom andamento do processo’. Muitas vezes, o processo participativo já nasce de um mapeamento de quem é ‘aliado’ e de quem é ‘adversário’.”

- **“A participação colaborativa** – Nessa perspectiva, um dos verbos mais utilizados é o ‘ajudar’ e se esvazia a dimensão política dos processos. Entende-se que a participação deve ser mobilizada para que a sociedade colabore com o Estado na implementação de políticas e prioridades já definidas previamente, ou seja, que não estão em questão nos processos participativos. Muitas vezes, tal perspectiva é associada a propostas que defendem o enxugamento do Estado e o repasse da execução de políticas públicas para determinados setores sociais.”
- **“A participação consultiva** – Diferentemente da participação figurativa, aqui estão abertos canais e espaços de diálogo entre Estado e sociedade civil a partir do reconhecimento da dimensão política dos processos participativos. O discurso é bastante assertivo com relação aos princípios democráticos, mas há uma imensa dificuldade de traduzir as deliberações e resultados dos processos participativos em influência na tomada de decisão e em operacionalidade para dentro das políticas públicas. Em decorrência disso, muitas vezes, tais processos e espaços funcionam como ‘colchões’ de amortecimento de conflitos sociais.”
- **“A participação burocrática** – A partir dessa noção, realizam-se e cumprem-se os rituais participativos de forma burocrática, ‘como exige a lei’, sem sentido político ou consequência prática na tomada de decisão. A abertura é mínima para dialogar com os resultados do processo e incorporá-los ao diagnóstico ou traduzi-los em mudanças nas políticas públicas. Também não há compromisso com a continuidade e nem com a articulação de tais processos com o fortalecimento de instâncias participativas.”

continua na próxima página

ETAPA 1 – CONT.

Cada grupo deve discutir o tipo de participação recebido e identificar como ele aparece em seu cotidiano. Posteriormente, apresenta para todo o grupo e abre-se o diálogo sobre qual tipo de participação esse GT em formação deve ter nas ações de gestão da escola.

Finalizada a roda de diálogo, deve-se compor o GT voluntariamente com representantes de todos os segmentos: gestão, docentes, alunos, mães e pais, funcionários etc. Caso haja um número grande de voluntários, pode-se partir para a eleição de representantes por segmento.

ETAPA 2 –

Funcionamento do grupo

O GT deve se reunir periodicamente – quinzenalmente ou pelo menos uma vez ao mês – para dialogar como a temática tem se apresentado na escola, os desafios colocados e os principais ganhos de sua intervenção.

Para ter uma atuação reconhecida na unidade, o GT deve: 1) realizar consultas periódicas sobre o tema à comunidade escolar; 2) realizar escuta específica de atores envolvidos em conflitos étnico-raciais; 3) dialogar com professores que enfrentam dificuldades ou são resistentes à implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08; 4) registrar boas práticas existentes na unidade; e 5) elaborar relatórios com recomendações para a gestão.

A partir do trabalho articulado nas diferentes frentes apontadas, deve cobrar a gestão escolar sobre demandas de suporte a ser encaminhadas às instâncias superiores, como diretorias regionais, secretarias de Educação e órgãos de promoção da equidade racial.

Prática pedagógica:

Oficina de informação e formação com educadores, funcionários e direção da escola

Resumo:

Sensibilizar educadores sobre origens, memórias e histórias e a importância de sua integração ao currículo.

Objetivo:

sensibilizar educadores para o trabalho com educação das relações étnico-raciais e ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Atores:

gestão escolar; professores; funcionários da escola.

Tempo: bimestral.

Condições materiais:

espaço; livros; tarjetas; papel; canetas; bloco de notas.

Habilidades desenvolvidas:

valorização da história oral; reconhecimento da diversidade; análise curricular.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Atividade desenvolvida pela gestão escolar, por isso não tem componente, competências específicas e habilidades	Gerais: EFCG1 EFCG6 EFCG7 EFCG9	Atividade desenvolvida pela gestão escolar, por isso não tem componente, competências específicas e habilidades
	Específicas	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 –

Sensibilização

Os proponentes da atividade de sensibilização convidam os educadores participantes para a oficina Origem do nome. Nessa atividade, cada um terá cinco minutos para lembrar como se deu a escolha, qual a origem e o significado do seu nome. Após a organização das ideias, devem apresentar essas informações ao grupo.

Durante as apresentações, os condutores da oficina devem fazer anotações e, posteriormente, buscar refletir sobre como nossas escolhas remetem a referências, memórias e significados e a importância desses elementos para o desenvolvimento da sociedade. Essa atividade ajuda a criar vínculo e maior envolvimento entre o grupo, abrindo possibilidades para debater temas polêmicos.

Após a atividade que envolve história e memória, provacá-los a pensar como o apagamento das contribuições de povos historicamente discriminados para o desenvolvimento do Brasil se reflete sobre a subjetividade e a memória de seus descendentes, buscando abertura para a integração da temática ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e educação das relações étnico-raciais no currículo como prática permanente e fundamental.

ETAPA 2 –

Formação

Na segunda etapa, os participantes são convidados a avaliar coletivamente a dimensão 4 – Acesso, permanência e sucesso na escola, dos Indicadores da Qualidade na Educação: Relações Raciais na Escola, a fim de refletir sobre como o racismo impacta a trajetória educacional dos estudantes e a importância de saber o contexto de vida e as expectativas do público atendido como estratégia de fortalecimento dos resultados de aprendizagem.

Os Indicadores da Qualidade na Educação: Relações Raciais na Escola é uma produção da ONG Ação Educativa em parceria com UNICEF, MEC e União Europeia. Pode ser acessado no link:

http://www.acaoeducativa.org.br/relacoesraciais/wp-content/uploads/2013/12/Indicadores_RR_vf.pdf

É importante que, durante a discussão de cada um dos indicadores propostos na dimensão 4, os profissionais possam dialogar sobre a realidade local e construir consensos.

[continua na próxima página](#)

ETAPA 3 –

Mobilizando a comunidade escolar

A partir da avaliação da etapa anterior sobre as problemáticas que envolvem o racismo no cotidiano escolar, busque abordar a superação das desigualdades raciais como uma tarefa que envolve o comprometimento de toda a sociedade. Diante de uma temática tão polêmica e sensível, é importante que a comunidade escolar esteja engajada nas ações da escola que visam o combate ao racismo.

Para facilitar a compreensão sobre a importância do engajamento da escola na temática e da mobilização da comunidade escolar, exiba a animação *Educação e Relações Raciais: Apostando na Participação da Comunidade Escolar*, elaborada pela ONG Ação Educativa:

<https://www.youtube.com/watch?v=cXN9tdyDuVw>

Após a exibição da animação, provocar o grupo a elaborar estratégias de mobilização da comunidade escolar para a realização de um diagnóstico e a elaboração de um plano de ação sobre a temática, que pode ter como ponto de partida a aplicação de todas as dimensões dos Indicadores da Qualidade na Educação: Relações Raciais na Escola.

Prática pedagógica:

Encontros de aprendizagem

Resumo:

Realização de encontros formativos que subsidiam a atuação com a educação das relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.

Objetivo:

oportunizar acesso a conteúdos, produção e debates para reflexão sobre as relações étnico-raciais na escola e na sociedade e acesso a ferramentas de intervenção social com vistas à mobilização e transformação de realidades complexas.

Atores:

gestão escolar; educadores; técnicos da Secretaria de Educação; alunos.

Tempo: contínuo (encontros de um dia).

Condições materiais:

espaço físico; cartazes; livros; computador; projetor; bloco de notas.

Habilidades desenvolvidas:

leitura crítica das relações étnico-raciais; intervenção frente a situações de racismo; pesquisa e ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4 e 10

Base Nacional Comum (BNCC):

Componentes curriculares	Competências	Habilidades
Língua Portuguesa História Sociologia	Gerais: EMCG4 EMCG7 EMCG8 EMCG10	EM13LGG102 EM13LGG202 EM13CHS502 EM13CHS503
	Específicas EMCLT2 EMCLT5 EMCCHSA3 EMCCHSA6	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO:

ETAPA 1 -

Planejamento

Além de formação contínua sobre essa temática para os atores da escola, a gestão, aliada aos outros segmentos da comunidade escolar, pode realizar encontros de aprendizagem pontuais que estimulem a pesquisa e o ensino de temáticas específicas no campo das leis 10.639/03 e 11.645/08 e suas respectivas diretrizes.

Os encontros de aprendizagem visam responder demandas imediatas; por isso, é preciso identificar as necessidades temáticas da comunidade escolar, levantar materiais e subsídios para a formação e o desenvolvimento dos trabalhos posteriores e fazer parcerias com especialistas e ativistas para a condução das atividades. A escola deve fazer um levantamento junto à comunidade escolar e elaborar um calendário de encontros de aprendizagem, que acontecerão ao longo do ano letivo.

Esse tipo de encontro, embora pontual, tem que oferecer ferramentas para a atuação contínua na escola, seja para o enfrentamento do racismo, seja para uma mudança curricular. O evento deve ser aberto, amplamente divulgado e tratar de interesses de toda a comunidade escolar.

ETAPA 2 -

Encontros de aprendizagem

Os encontros precisam ter espaço para escuta ativa de todos os segmentos participantes, provocá-los a compartilhar informações sobre a realidade local e projetar ideias e intervenções de efeito sobre a temática trabalhada.

APÊNDICE

Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Escola: Avanços e Lutas Históricas do Movimento Negro Brasileiro

Ao longo da história da educação no Brasil, militantes, educadores(as), professores(as), pesquisadores(as) vinculados(as) ao movimento negro defenderam a educação como campo estratégico para a emancipação e garantia dos direitos humanos e a consolidação da democracia. Sujeitos históricos posicionados em diferentes lugares de fala e atuação política apresentaram projetos de educação e demonstraram a relevância educacional e social de incluir o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares.

A historiografia da educação registra importantes iniciativas da população negra para a construção de uma educação antirracista. Pesquisadores(as) como Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (1986), Sales Augusto (2005 e 2014), Tatiane Cosentino Rodrigues (2005), Maria de Lourdes Siqueira (2006) e Nilma Lino Gomes (2017), entre outros(as) especialistas do campo da educação das relações étnico-raciais, mapearam e analisaram importantes iniciativas, propostas e projetos educacionais defendidos pela população negra.

Para ilustrar algumas dessas lutas, neste apêndice do Caderno para a Gestão Escolar destacaremos algumas experiências individuais e coletivas, organizações, marcos legais e históricos que consideramos fundamentais para o campo da educação. Este breve levantamento está organizado em três períodos da história do Brasil. Outras ênfases, fatos, narrativas e organização da didática da história são possíveis, por isso, convidamos os(as) profissionais da educação a mapearem mais eventos históricos e sociais que ocorreram em âmbito nacional e local ao longo da história e hoje fundamentam as discussões sobre a educação para as relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena na escola.

No período colonial brasileiro (1530 – 1822), podemos identificar inúmeras formas de resistência que pavimentaram os caminhos da educação para a população negra. São exemplos a formação dos quilombos, os fluxos e trocas culturais, as religiões de matrizes africanas no Brasil, bem

como outras manifestações em defesa de seus saberes e línguas e contra a exclusão e a imposição dos códigos culturais europeus. Como destacaram Geraldo da Silva e Márcia Araújo (2005, p. 75), “as iniciativas individuais voltadas à educação no período colonial, as escolas profissionais e técnicas, bem como as escolas dos movimentos negros muito contribuíram para a igualdade de direitos da população negra”.

Do período de transição entre o Brasil Colônia e Império, destacamos a biografia de Negro Comes (1800 ou 1802-1842), líder da Guerra do Balaio (1838-1841) no Maranhão e o registro de uma escola criada pelo negro Cosme, no Quilombo da Fazenda Lagoa-Amarela, em Chapadinha, no estado do Maranhão, para o ensino da leitura e escrita aos escravos aquilombados (CUNHA, 1999, apud CRUZ, 2005, p. 28).

Para exemplificar algumas formas de luta no Brasil Imperial (1821-1889), temos a história de Maria Firmina dos Reis (1822-1917), grande escritora negra, autora do primeiro romance abolicionista brasileiro (*Úrsula*, 1859). Maria Firmina fundou uma escola para crianças pobres.

Podemos destacar também as iniciativas do professor Pretextato Passos e Silva que, em 1855, abriu uma escola no Rio de Janeiro para crianças pretas e pardas, as quais estavam excluídas do processo de escolarização por meio de legislações e mecanismos sistemáticos de racismo. Conforme pontuou Joana Célia dos Passos (2012), o Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, já estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos e que a instrução pública para adultos negros dependia da disponibilidade de professores.

Existe uma vasta produção acadêmica sobre as iniciativas individuais e coletivas da população negra no período que circunscreve o Brasil Colonial e a República. O livro *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*, de Marcus Vinícius Fonseca, é uma referência importante para entender a relação do movimento abolicionista com a questão da educação no século 19.

Outra referência fundamental para a compreensão do movimento de libertação no Brasil é o livro *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*, de Ângela Alonso. Nesse período, viveram e atuaram personalidades negras fundamentais para a luta por abolição, como o advogado Luiz Gama (1830-1882), o engenheiro André Rebouças (1838-1898) e o farmacêutico e jornalista José do Patrocínio (1853-1905), cujas biografias estão registradas no livro *Escritos de Liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista* (2018), da historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto.

Para conhecer outras histórias de mulheres negras e sua participação na educação, sugerimos os livros *Mulheres negras na educação brasileira*

(2017), de Tais Freitas, e *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*, de Giovana Xavier, Juliane Farias e Flávio Gomes.

Dando um salto temporal, destacamos algumas iniciativas da população negra no Brasil República (1889). Na década de 1920, a imprensa negra, por meio da circulação de jornais como *O Monelike*, *O Kosmos*, *A liberdade*, o *Clarim da Alvorada*, marca a continuidade da luta em defesa do direito à educação da população negra. Os jornais também tinham a função estratégica de informar essa população sobre locais de cursos, centros de formação e alfabetização.

Em 1937, a fundação, em São Paulo, da primeira organização negra pós-abolição, a Frente Negra Brasileira (FNB), que posteriormente estabeleceu-se em outros estados brasileiros, levantou no cenário nacional a importância do ensino da cultura afro-brasileira. A FNB tinha como proposta unificar, educar e orientar a população negra.

No ano de 1944, o Teatro Experimental do Negro (TEN), liderado por Abdias Nascimento, articulou arte e educação, apresentando críticas à FNB por suas concepções integracionistas e adesão aos códigos culturais eurocêntricos. Apesar das críticas, a FNB é lembrada por seu papel fundamental na educação da população negra, como mostra o depoimento do militante Aristides Barbosa: “na Frente Negra eu fiz o curso de admissão ao ginásio, estudei música e inglês. Tudo isso me ajudou nos meus objetivos de vida. Depois eu dei aulas (...)” (SILVA; ARAÚJO, 2005, p. 74).

Segundo Henrique Cunha Júnior (2003), entre 1937 e 1970, além da FNB e do TEN, existiram inúmeros movimentos de consciência negra no Brasil. São lembrados grupos e personalidades negras como a poetisa Madalena de Sousa, da Associação Cultural do Negro de São Paulo (1954-1965), o Teatro de Solano Trindade e o Congresso da Juventude Negra, que, em 1949, discutiu pela primeira vez o acesso do negro à universidade. Cunha Júnior (2003) também registra o movimento artístico e cultural no centro de São Paulo (1968-1980), o Grupo Cultural Palmares (1971-1978), os blocos afros – por exemplo, o Ilê Aiyê (1974), de valorização da estética negra e circulação de conhecimento sobre a cultura africana –, o Instituto da Cultura Negra (IPCN) (1975), o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR) e o Centro de Arte e Cultura Negra (CECAN).

Para Cunha Júnior (2003), esses e outros grupos e personalidades presentes em todo o território nacional pavimentaram os caminhos para a unidade das organizações negras que deu origem ao movimento negro brasileiro. O assassinato do feirante Robson Silveira da Luz, bem como outros casos de racismo e violência policial que vinham ocorrendo no Brasil, impulsionaram a mobilização da juventude negra e, em 7 de julho de 1978, uma manifestação histórica na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo resultou na fundação do Movimento Negro Unificado Con-

tra a Discriminação Racial (MNUCDR), atualmente denominado Movimento Negro Unificado (MNU). Naquele contexto, o movimento reuniu dezenas de grupos e organizações negras de todo o país para fazer frente à ditadura militar. A fundação do MNU e as conexões estabelecidas com diferentes estados brasileiros fortaleceram as discussões e os questionamentos sobre a educação eurocêntrica ofertada na escola brasileira. Na mesma medida em que enunciavam os questionamentos, também apresentaram proposições e ampliaram as demandas para a construção de uma educação antirracista.

A década de 1990, embora mais tímida, também foi marcada pela continuidade das lutas em defesa da democracia, das ações afirmativas e pela construção de uma sociedade antirracista. Nesse contexto, a Marcha Zumbi dos Palmares, que ocorreu em 1995, em Brasília, foi um importante marco de mobilização social. Outro evento importante que, nos anos 2000, indicou importantes avanços na agenda de equidade racial foi a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em 2001, quando o estado brasileiro assumiu compromissos para a promoção de políticas e ações antirracistas.

Ao longo do século 21, surgiram inúmeras organizações, grupos, entidades e coletivos de atuação na agenda das relações étnico-raciais e equidade racial. Atualmente, a Coalização Negra por Direitos é formada por cerca de 232 organizações negras que atuam na promoção de ações e definições de agendas para incidência na política. Para saber mais: <<https://coalizaonegropordireitos.org.br/>>.

Como desdobramento dos inúmeros eventos históricos, do contexto político, das lutas individuais e coletivas da sociedade civil, organizações e instituições públicas e privadas, em 9 de janeiro de 2003 foi aprovada a Lei nº 10.639/03, que altera a Lei 9.394/96 (a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira. Em 2008, para atendimento das demandas históricas, a LDB foi novamente alterada e complementada pela Lei nº 11.645/08, para incluir o ensino de história e cultura indígena.

Para regulamentar as leis supracitadas, outros documentos normativos foram aprovados pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Nacional da Educação, a saber:

- Parecer CNE/CP/003/2004 e Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNs ERER);

- Plano Nacional de Implementação das DCNs EREER e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (BRASIL, 2009, 2013);
- Parecer CNE/CEB nº 14/2015, aprovado em 11 de novembro de 2015 – Estabelece diretrizes operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/08.

A Educação Quilombola e a Educação do Campo também são modalidades educacionais que transversalizam a agenda de equidade racial e relações étnico-raciais. Sendo assim, também é necessária a leitura com intencionalidade pedagógica para a construção de ações de gestão que contemplem o Parecer CNE/CEB nº 16/2012, que estabelece diretrizes curriculares nacionais para a Educação Escolar Quilombola, e a Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, que institui diretrizes operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo.

Outros importantes documentos legais que devemos reconhecer como instrumentos de promoção de equidade racial na educação e fundamentais para a gestão são o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.888/2010) e a Lei Federal nº 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Esta brevíssima apresentação sobre os marcos históricos e eventos que pavimentaram a aprovação da Lei nº 10.639/03 são elementos fundamentais para orientar ações para uma gestão e práticas docentes equânimes. Assim, considerando a riqueza e a complexidade do percurso histórico marcado por muitas incidências da sociedade civil, convidamos todos(as) os(as) profissionais da educação para mapear, por meio da vasta produção acadêmica, outros eventos históricos e sociais em âmbito nacional e local que fundamentam a educação para as relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena na escola.

Em todo o território nacional localizamos iniciativas coletivas e individuais que deram base para o pensamento negro em educação, bem como identificamos manifestações culturais fundamentais para a compreensão crítica da história da educação no Brasil. Na próxima seção, sem pretensão de esgotar o levantamento, apresentamos alguns eventos e fatos históricos que ocorreram no estado do Espírito Santo e convidamos os(as) profissionais da educação para juntar seus conhecimentos e ampliar este mapeamento.

Marcos históricos e legais nos séculos 20 e 21 que pavimentaram a aprovação da Lei n. 10.639/03

- 1920** Imprensa negra – Jornal *O Clarim da Alvorada*: O jornal da resistência.
- 1931** Frente Negra Brasileira.
- 1936** Centro Cultural Afro-Brasileiro e Frente Negra Pernambucana – Teatro Solano Trindade.
- 1944** Teatro Experimental do Negro (TEN).
- 1950** Projeto UNESCO – Pesquisa sobre relações raciais no Brasil.
- 1951** Lei Afonso Arinos – Primeira norma antirracista do Brasil, tornou contravenção penal a discriminação racial.
- 1971** Grupo Cultural Palmares.
- 1974** Núcleo de Cultura Afro-Brasileira.
- 1974** Bloco afro Ilê Aiyê.
- 1978** Movimento Negro Unificado.
- 1979** Bloco Afro Olodum.
- 1995** Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida.
- 1995** Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GTI População Negra), ligado ao Ministério da Justiça.
- 1996** Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).
- 2001** III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, promovida pela ONU, em Durban (África do Sul).
- 2002** Cotas raciais no Ensino Superior: Uneb, Uerj e Uenf.
- 2003** Lei nº 10.639/03 – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira.
- 2004** Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- 2004** Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- 2004** Secretaria de Educação Continuada, Diversidade (Secad).
- 2005** Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros (Cadara).
- 2006** Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.
- 2008** Lei nº 11.645/08 – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena.
- 2010** Lei nº 12.288/2010 – Institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.
- 2012** Lei nº 12.711/2012 – Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.
- 2015** Parecer CNE/CEB nº 14/2015 – Estabelece diretrizes operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008.
- 2016** Portaria normativa nº 13, de 11 de maio de 2016 – Dispõe sobre a indução de ações afirmativas na pós-graduação

Marcos Históricos do Espírito Santo para uma Gestão da Educação Referenciada nos Parâmetros de Equidade Racial

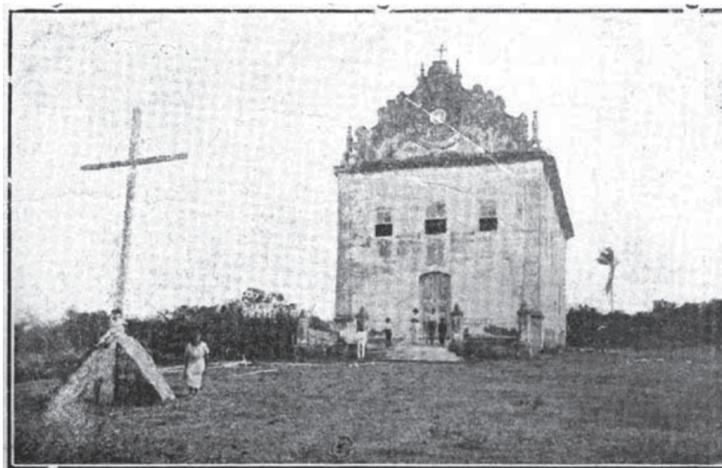
As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNs EREER) estabelecem que “para conduzir suas ações, os sistemas de ensino, os estabelecimentos e os professores terão como referência, entre outros pertinentes às bases filosóficas e pedagógicas, os princípios a seguir explicitados: 1) consciência política e histórica da diversidade; 2) fortalecimento de identidades e de direitos; 3) ações educativas de combate ao racismo e a discriminações”. No que se refere ao terceiro princípio, as DCNs EREER orientam para a “participação de grupos do movimento negro e de grupos culturais negros, bem como da comunidade em que se insere a escola, sob a coordenação dos professores, na elaboração de projetos político-pedagógicos que contemplem a diversidade étnico-racial” (BRASIL, 2004, p. 20).

No decorrer de sua trajetória de atuação, membros do movimento negro sempre estiveram presentes nas escolas e secretarias, ofertando formação para gestores(as), professores(as) e estudantes, mesmo antes da aprovação da Lei nº 10.639/03. Nesse sentido, a orientação das diretrizes reafirma o caráter educador do movimento negro, conforme apontou Nilma Lino Gomes em seu livro *O movimento negro educador*.

Portanto, seguindo as orientações das DCNs EREER quanto à pertinência em desenvolver ações educativas articuladas com o movimento negro, personalidades, grupos e outras experiências locais, realizamos um breve levantamento de grupos e organizações do estado do Espírito Santo com a finalidade de subsidiar a implementação do Caderno de Gestão para a Equidade Racial na sua rede escolar. Vamos abordá-los em seis tópicos:

1. Marcos históricos e legais do Espírito Santo;
2. Movimentos de resistência e fatos históricos;
3. Personalidades negras capixabas;
4. Manifestações culturais negras no Espírito Santo;

5. Movimento negro, grupos e núcleos de estudos afro-brasileiros vinculados a instituições de Ensino Superior.



Igreja de São José do Queimado em 1945.
(Fonte: Revista *Vida Capixaba* 625 set 1945 - APE)

Fonte: Revista *Vida Capixaba* 625, set. 1945 – APE. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/insurreicao-do-queimado-um-marco-da-luta-pela-liberdade/>>.

1) Marcos históricos e legais do Espírito Santo

Considerando os fatos históricos e marcos legais do Espírito Santo, os(as) gestores(as), professores(as) e demais profissionais da educação têm a possibilidade de mobilizar conteúdo para a compreensão mais ampla das tramas e tessituras da educação das relações étnico-raciais no Brasil, bem como mapear dados e evidências do passado e do presente nas experiências dos estudantes para viabilizar o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana, indígena e quilombola e memórias de outros grupos sociais.

O estado do Espírito Santo registra importantes fatos históricos, memórias e biografias de personalidades negras que são potenciais para o desenvolvimento de ações educativas de combate à discriminação racial na escola e geram os resultados necessários para a qualificação do processo de ensino-aprendizagem.

Pesquisadores(as) da história da educação, de movimentos sociais e da cultura da população negra no Espírito Santo (BARBOSA, 2015; FORDE, 2016; MACIEL, 2016; CRUZ, 2019), entre outro(as), analisaram a trajetória do movimento negro no estado, e os resultados das suas pesquisas podem contribuir para orientar projetos e programas desenvolvidos pelas secretarias, bem como direcionar ações de gestores(as) e práticas docentes referenciadas pelo princípio da equidade racial.

A riqueza histórica do estado, que registra em seu passado personalidades negras como Zacimba Gaba, Chico Prego e outras e, também, foi palco de lutas importantes para o processo de abolição da escravatura, como a Insurreição do Queimado, reúne dados e elementos locais potenciais para o desenvolvimento de ações educativas de combate à discriminação racial e o racismo.

Nessa perspectiva, reconhecendo que para a implementação de intervenções educacionais é fundamental responder às determinações e diretrizes nacionais e sempre valorizar e incorporar as demandas locais, acreditamos que a estratégia de gestão para a equidade racial aqui apresentada, por meio do Caderno, contribuirá para avanços no cumprimento das determinações legais do campo da educação para as relações étnico-raciais, bem como seus resultados poderão colaborar para o alcance das metas de ensino-aprendizagem do estado, desde que essa temática seja transversal na política educacional, por meio do currículo, da avaliação, da formação de gestores(as) e professores(as), da cultura organizacional da escola e do clima escolar.

Nesse processo, é fundamental considerar as diretrizes e metas estabelecidas nos documentos legais do estado. Observa-se que o Plano Estadual de Educação do Espírito Santo estabelece na Meta 7, Estratégia 7.25, “garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígena e implementar ações educacionais, nos termos das leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil”.

É importante destacar o papel fundamental da Gerência de Educação do Campo, Indígena e Quilombola (GECIQ), vinculada à Secretaria da Educação (Sedu), que, entre outras ações de fortalecimento dos marcos legais da Lei nº 10.639/03, desenvolveu o Curso de Formação Raízes, em parceria com a Comissão Permanente de Estudos Afro-Brasileiros (Ceaфро) e o Centro de Formação dos Profissionais da Educação (Cefope).

Para saber mais: <<https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/inscricoes-abertas-para-formacao-raizes-educacao-das-relacoes-etnico-raciais>>.

2) Movimentos de resistência e fatos históricos

No livro *Negros no Espírito Santo*, Cleber Maciel nos chama a atenção para a compreensão de que “as revoltas dos escravos contra o sistema escravista devem ser vistas não só como revoltas pela liberdade do corpo, mas também, e principalmente, pela mente (MACIEL, 2016, p. 94). Maciel

destaca que a estética negra afirmativa é uma das formas de resistência e reivindicação do direito à liberdade ideológica, religiosa e política. A pedagoga Nilma Lino Gomes (2003) fez a mesma análise em sua tese de doutorado.

A historiografia registra que outras formas de resistência contra a escravidão foram as fugas, os suicídios e os motins. Para Maciel (2016), as fugas deram origem aos quilombos brasileiros. O professor afirma que desde 1710 documentos registram que já havia quilombos nas regiões de Itapemirim, Serra, Muribeca, Ponta da Fruta, Guarapari e outras regiões do estado do Espírito Santo, como Cachoeira, Capivari, Vila do Rio Pardo, São Mateus. “De qualquer forma, no Espírito Santo, como já observado, a primeira metade do século 19 foi fértil em fugas, rebeliões e formação de quilombos” (MACIEL, 2016, p. 98).

Dentre as diversas formas de luta e resistência, destacamos a Insurreição do Queimado, “a mais importante manifestação, devidamente documentada, dos negros contra a escravidão no Espírito Santo” (MARCIAL, 2019, p. 99). Segundo Maciel (2016), a insurreição ocorreu em 1849, em São José do Queimado, hoje distrito do município de Serra, no dia da inauguração da Igreja dedicada a São José e foi organizada por escravizados conscientes da conjuntura histórica. A revolta começou por conta de uma promessa de libertação não cumprida. O frei Gregório José Maria de Bene Gregório de Bene teria espalhado o boato de que a alforria seria concedida em troca do trabalho de construção da igreja. Como diz o ditado “promessa é dívida”, assim, o não cumprimento da promessa gerou uma rebelião¹¹.

3) Personalidades negras capixabas¹²

- Zacimba Gaba – Século 18
- Chico Prego – Século 19
- Elisário – Século 19
- João Pequeno – Século 19
- Benedito Meia-Légua (1805-1885)
- Paulina (1844-?)
- Preta Mariana (?)
- Laura Felizardo (1928- 2020)
- Carmélia Maria de Souza (1936-1974)
- Maria Veronica da Pas (1948-1996)

11. Fonte: <<https://neab.ufes.br/conteudo/insurreicao-de-queimado-completa-170-anos-nesta-terca>>.

12. Fonte: GOMES, F. S.; LAURIANO, J.; SCHWARCZ, L. M. *Enciclopédia Negra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

4) Manifestações culturais negras no Espírito Santo

- Congo
- Ticumbi
- Jongo
- Caxambu
- Folia de Reis
- Alardo

5) Movimento negro, grupos e núcleos de estudos afro-brasileiros vinculados a instituições de Ensino Superior

Os movimentos sociais são como termômetros de análise sobre as condições de vida da população negra nas diferentes regiões brasileiras e no mundo. São esses grupos que, em parceria com outros atores sociais, reivindicam e propõem melhores condições de vida para a população, assim exercendo um papel educativo de suma relevância para a formação crítica dos(as) estudantes. As secretarias de Educação, por meio dos seus profissionais técnicos e docentes, podem estabelecer conexões para a realização de ações educativas conjuntas com a sociedade civil, conforme orientam as DCNs EREER, assim fortalecendo os marcos da gestão participativa e democrática.

Movimento negro e grupos – Séculos 20 e 21

No livro *Negros no Espírito Santo* (OLIVEIRA (org.), 2016), Gustavo Forde apresenta o mapeamento de um conjunto de organizações sociais que constituem o movimento negro capixaba no século 20 e nas primeiras décadas do 21.

Século 20

- **1982** – Grupo Gangazumba
- **1983** – Centro de Estudos da Cultura Negra
- **1985** – Grupo Raça
- **1987** – Grupo Afro Cultural Abi-Dudu
- **1987** – Grupo de Mulheres Negras do Espírito Santo
- **1988** – Agentes de Pastoral Negros
- **1987** – Grupo de União e Consciência Negra
- **1991** – Grupo Negra-ô
- **1994** – Grupo de Artes Cênicas Afro-Dandara e Grupo Nação Zumbi-OJAB
- **1995** – Associação de Mulheres Negras Oborin-Dúdú

Muitas das organizações citadas acima mantêm as atividades com mudanças de membros e alterações de nomes. As organizações do século 20 fortaleceram os caminhos para a continuidade e a formação de novas organizações.

Século 21

- **2004** – Instituto Elimu Prof. Cleber Maciel
- **2004** – Comissão Quilombola do Sapê do Norte
- **2005** – Círculo Palmarino
- **2007** – Fórum Estadual da Juventude Negra do Espírito Santo
- Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo “Zacimba Gaba”

6) Núcleos vinculados a instituições de Ensino Superior¹³

Núcleo de Africanidades e Brasilidades (Nafricab) – Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) – Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) – Instituto Federal do Espírito Santo

Caros(as), gestores(as), professores(as) e demais profissionais da educação, construímos este apêndice de apresentação dos marcos históricos e legais que fortaleceram os caminhos para a aprovação da Lei nº 10.639/03 para auxiliar vocês na ampliação das reflexões, compartilhamento de conhecimento, pesquisa e repertório a partir do diálogo com atores da comunidade escolar e da sociedade civil, buscando caminhos para institucionalizar os marcos legais no currículo e na cultura organizacional da escola, bem como na promoção da equidade racial.

.....
13. Fonte: Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Disponível em: <<https://www.abpn.org.br/conneabs>>.

Referências

ALONSO, A. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP/003/2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Conselho Nacional de Educação**, Brasília, DF, 10 mar. 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Conselho Nacional de Educação**, Brasília, DF, 17 jun. 2004.

CRUZ, M. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, J. (org.). **História da educação do negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2022.

CUNHA JÚNIOR, H. A. Movimento de consciência negra na década de 1970. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, Ano 25, v. 2, n. 46, p. 47-54, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/15183>>. Acesso em: 8 mar. 2022.

FONSECA, M. V. **A educação dos negros**: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista: Edufs, 2002.

FORDE, G. H. A. Movimento Negro e Educação no Espírito Santo. In: OLIVEIRA, O. M. **Negros no Espírito Santo**. 2ª ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016. (Coleção Canaã, v.22).

FREITAS, T. P. **Mulheres negras na educação brasileira**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2017.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. **Sem perder a raiz:** corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MACIEL, C. As lutas contra a escravidão. In: OLIVEIRA, O. M. Negros no Espírito Santo. 2ª ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016. (Coleção Canaã, v.22).

PASSOS, J. C. As desigualdades na escolarização da população negra e a Educação de Jovens e Adultos. **Revista EJA em debate**, Florianópolis, vol. 1, n. 1., nov. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/998>>.. Acesso em: ma. 2022.

PINTO, A. F. M. **Escritores de liberdade:** literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

RODRIGUES, T. C. **Movimento negro no cenário brasileiro:** embate e contribuições à política educacional nas décadas de 1980-1990. 2005. 114 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

SANTOS, S. A. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta antirracista do movimento negro. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE (SECAD). **Educação antirracista:** caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção Educação para todos).

_____. **Educação:** um pensamento negro contemporâneo. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

SILVA, G.; ARAÚJO, M. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológica. In: ROMÃO, J. (org.). **História da educação do negro e outras histórias.** Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2022.

SILVA, P. B. G. **O pensamento negro em educação no Brasil:** expressões do movimento negro. 1ª. ed. São Carlos: Ed. da Universidade Federal de São Carlos, 1997.

SIQUEIRA, M. L. (org.). **Imagens negras:** ancestralidade, diversidade e educação. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006. v. 1.

XAVIER, G.; FARIAS, J.; GOMES, F. (orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação.** São Paulo: Selo Negro, 2012.